

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES  
CENTRO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM LINHA DE FORMAÇÃO EM COMÉRCIO  
EXTERIOR

**BALANÇA COMERCIAL DE SERVIÇOS BRASILEIRA:  
ANÁLISE E POLÍTICA**

Bruna Kappler

Lajeado, outubro de 2016

Bruna Kappler

**BALANÇA COMERCIAL DE SERVIÇOS BRASILEIRA:  
ANÁLISE E POLÍTICA**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II, do curso de Administração com Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, do Centro Universitário UNIVATES, como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Administração com Linha de Formação em Comércio Exterior.

Orientadora: Dr. Fernanda C. Wiebusch Sindelar

Lajeado, outubro de 2016

*“Gente pequeña, en lugares pequeños, haciendo cosas pequeñas, pueden cambiar el mundo”*

*Eduardo Galeano*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Alice, por proporcionar-me a vida e os estudos que ela não teve, sempre visando maior qualidade de vida. Obrigada pelo amor e carinho incondicional e pelas doações de afeto, ela é um exemplo de caráter e boa índole.

À minha irmã, Bianca, que demonstrou que sempre estará ao meu lado, não só me apoiando com este trabalho, mas sim em todas as etapas da minha vida. Agradeço por poder contar contigo.

À orientadora, Fernanda, que se mostrou sempre prestativa, crítica e construtiva para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade. Obrigada pelos ensinamentos e pela amizade que conquistamos.

A todos que compartilharam desta experiência, muito obrigada!

## RESUMO

O comércio de serviços vem ocupando a cada ano mais espaço no comércio nacional e internacional brasileiro. Diante de mudanças comerciais e crescimento gradativo dos serviços, fez-se necessária uma análise estatística e política relacionada às operações de serviços com o exterior. A estratégia governamental possui relevância para determinar as leis, ferramentas e financiamentos para fomentar o setor, dentre eles, cita-se o acesso a capacitação e retirada de barreiras que dificultam o comércio. Este trabalho teve como objetivo analisar as estatísticas da Balança Comercial de Serviços de 2005 a 2015 e o contexto que influencia seus resultados. Se acrescenta a importância de explicar conceitos políticos como estratégias e acordos comerciais. Para realização da análise, utilizou-se a metodologia de pesquisa historiográfica que se baseia em dados anteriores ao período, análise documental baseada em publicações de órgãos governamentais, como o anuário Panorama de Comércio Exterior de Serviços e a Balança de Pagamentos emitida pelo Banco Central do Brasil, bem como dados bibliográficos extraídos de artigos anteriores de outros autores. A análise de dados foi realizada pelo método qualitativo e busca relacionar dados estatísticos com fatores externos, encontrados no contexto político e de mercado. Percebeu-se que a Balança Comercial de Serviços foi deficitária no período analisado, tendo o maior déficit na conta de alugueis de equipamentos e que o governo vem implantando métodos para aumentar o controle das operações, porém não implantou medidas que facilitem as operações ou removam as barreiras comerciais. Em contrapartida, percebeu-se a importância da especialização e capacitação profissional nos setores de serviços, que apresentou uma conta superavitária em negócios, arquitetura e engenharia.

**Palavras-chave:** Comércio Exterior. Serviços. Balança Comercial. Estratégia Política.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Balança Comercial
BCB / Bacen	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social Sobre O Lucro Líquido
EUA	Estados Unidos da América
GATS	<i>General Agreement on Trade in Services</i> (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
ISS	Imposto Sobre Serviços
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
NBS	Nomenclatura Brasileira de Serviços
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
RFB	Receita Federal do Brasil
SCS	Secretaria de Comércio e Serviços
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SISCOSERV	Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio
PASEP	Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS	Programa de Integração Social
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Divisões do comércio.....	19
Figura 2 – Tripé dos órgãos gestores do comércio exterior brasileiro.....	26

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Estrutura da balança de serviços.....	32
Quadro 2 – Fases da pesquisa e análise de dados.....	41
Quadro 3 – Resumo da análise de dados.....	84

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação do setor de serviços no total fluxo de investimento externo direto no brasil de 1998 a 2015.....	47
Gráfico 2 – Participação do setor de serviços no PIB do brasil de 2009 a 2015.....	55
Gráfico 3 – Histórico mensal do dólar de 2005 a 2015, valor em real.....	58
Gráfico 4 – Balança comercial brasileira de bens e serviços, em milhões de dólares.....	62
Gráfico 5 – Participação dos bens e serviços no total de exportações de 2005 a 2015.....	63
Gráfico 6 – Participação dos bens e serviços no total de exportações de 2005 a 2015, em milhões de dólares.....	63
Gráfico 7 – Participação dos bens e serviços no total de importações de 2005 a 2015.....	65
Gráfico 8 – Participação dos bens e serviços no total de importações de 2005 a 2015, em milhões de dólares.....	65
Gráfico 9 – Total de operações mundiais em comércio exterior de serviços, em milhões de dólares.....	66
Gráfico 10 - Balança comercial de serviços de 2005 a 2015, em milhões de dólares.....	69
Gráfico 11 – Participação dos países na exportação de serviços brasileira de 2015.....	72
Gráfico 12 - Participação dos países na importação de serviços brasileira de 2015.....	73
Gráfico 13 – Saldos dos serviços de 2015.....	82

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro de operações de serviços mundiais comparadas às exportações e importações de serviços brasileiras, de 2005 a 2015, em milhões de dólares e participação brasileira no comércio mundial.....	67
Tabela 2 – Histórico da balança comercial de serviços de 1995 a 2004.....	68
Tabela 3 – Principais países importadores dos serviços brasileiros de 2012 a 2015 e sua participação (%) no total das exportações.....	71
Tabela 4 - Principais países exportadores de serviços para os brasileiros de 2012 a 2014 e sua participação (%) no total das importações.....	73
Tabela 5 – Balança comercial de serviços brasileira de 2005 a 2015 e discriminação dos serviços.....	76

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Delimitação do tema.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Problema.....</b>	<b>14</b>
<b>1.3 Hipóteses.....</b>	<b>14</b>
<b>1.4 Objetivos.....</b>	<b>15</b>
1.4.1 Gerais.....	15
1.4.2 Específicos.....	15
<b>1.5 Justificativa.....</b>	<b>16</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Comércio – compra e venda.....</b>	<b>17</b>
2.1.1 Comércio exterior.....	19
2.1.1.1 Importação.....	22
2.1.1.2 Exportação.....	22
2.1.2 Comércio exterior de serviços.....	23
<b>2.2 Política de comércio exterior brasileira.....</b>	<b>25</b>
2.2.1 Incentivos e barreiras governamentais.....	27
2.2.2 Os acordos comerciais.....	28
2.2.3 Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços.....	29
<b>2.3 Contabilização das operações de comércio exterior.....</b>	<b>31</b>
2.3.1 Balança de serviços.....	32

2.3.2 Câmbio.....	34
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>36</b>
<b>3.1 Definição de pesquisa.....</b>	<b>36</b>
3.1.1 Quanto aos objetivos.....	37
3.1.2 Quanto à natureza a abordagem.....	38
3.1.3 Quanto aos procedimentos técnicos.....	39
3.1.4 Quanto ao método.....	40
<b>3.2 Unidade de análise.....</b>	<b>41</b>
3.2.1 Plano de coleta de dados.....	42
3.2.2 Plano de análise de dados.....	43
<b>3.3 Limitações do método.....</b>	<b>44</b>
<b>4 ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>46</b>
<b>4.1 A política brasileira.....</b>	<b>46</b>
4.1.1 Incentivos e barreiras.....	50
4.1.2 O mercado interno.....	54
4.1.3 As estratégias governamentais.....	56
<b>4.2 Balança comercial brasileira.....</b>	<b>61</b>
4.2.1 Influencia dos Serviços na balança.....	62
<b>4.3 Comércio exterior de serviços.....</b>	<b>67</b>
4.3.1 Balança comercial de serviços.....	68
4.3.2 Os parceiros comerciais brasileiros.....	71
4.3.3 Os principais serviços do setor.....	75
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>101</b>
ANEXO I – Balanço de pagamentos.....	102
ANEXO II – Mecanismos financeiros do comércio exterior de serviços.....	105
ANEXO III – Mecanismos fiscais do comércio exterior de serviços.....	107

## 1 INTRODUÇÃO

A compra e venda de mercadorias é comum em qualquer lugar do mundo. O comércio tem evoluído constantemente, seja no mercado interno de um país ou com o exterior, sobretudo devido à globalização. Com a abertura de fronteiras, aumento de negociações e acordos, está cada vez mais fácil e intensa a troca de mercadorias, seja bens ou serviços, entre diferentes países.

As características das operações brasileiras de comércio são abordadas neste trabalho, com foco no comércio com outros países e, ainda, no setor de serviços. Percebeu-se a quantidade significativa de informações e estatísticas que referenciam o comércio exterior de bens, enfatizando-os como principais produtos comercializados. No Brasil, o comércio exterior de Serviços não possui o mesmo destaque que os bens e apresentou quadros deficitários durante a análise. Em contrapartida, o serviço vem se destacando no mercado interno em grandes proporções e acredita-se ser uma questão de tempo para que ele seja mais destacado em operações com o exterior.

De 2005 a 2015, o serviço ocupou uma média de 13,5% do total de exportações realizadas no Brasil e cerca de 25,2% do total de importações. No país, as importações de serviços são maiores que as exportações. Isso gera um déficit na balança de pagamentos. O problema da Balança Comercial de Serviços ser deficitária é visível em todo período analisado das operações de serviços.

Diante disso, a atuação governamental como intermediador do mercado e influenciador dos resultados das operações de comércio exterior é acentuada. As políticas governamentais

influenciam os resultados das operações e podem adicionar e remover entraves para as importações e exportações. No setor de serviços, o introduziu novas formas de controle e realizou ações para incentivar o comércio com o exterior, porém, houve de fato influência nos resultados?

Conforme dados do Banco Central do Brasil (BRASIL, 2016c), a Balança Comercial de Serviços é deficitária desde 1995 a 2015. Durante esse período, é possível destacar o aumento gradativo em volume de dólares das operações, ou seja, a cada ano crescem as importações e exportações. Desde a implantação do plano Real, em 1994, quando a moeda brasileira foi valorizada inicialmente, o que incentivou as importações, razão do déficit, visto que no período anterior, desde 1990 o Brasil estava em um processo gradual de abertura econômica, com redução gradual das tarifas ou queda de barreiras à importação de certos produtos, o que explica o crescimento gradual.

Destaca-se que a participação dos serviços no total das operações de comércio exterior brasileiras não aumenta na mesma proporção. Em comparação, as importações de serviços aumentaram seu volume em 276% de 2005 a 2015, enquanto sua participação no total de importações comerciais cresceu 19,7%. Isso significa que o volume das importações de bens ainda é significativo, absorve o crescimento dos serviços e ocupa grande participação da balança comercial, enquanto os serviços permanecem com praticamente, a mesma participação na balança comercial de 2005.

Além dos resultados estatísticos, a análise do contexto é imprescindível para compreender os resultados das operações. As variáveis internas como a política governamental, legislação, a taxa de câmbio, tecnologia e infraestrutura investida, repercutem diretamente no resultado alcançado na Balança Comercial de Serviços, apesar dos fatores não aclararem diretamente as causas dos déficits, podendo ser considerados uma soma de pequenos fatores.

As variáveis externas também são importantes e podem contribuir para identificar desvios padrões dos resultados, por exemplo a significativa demanda nos Países Baixos devido à falta de tecnologia brasileira em extração de petróleo e a carência de informações do setor de Construções de 2010 a 2013, em relatórios oficiais do BCB. Cada rubrica, como é denominada cada conta de serviços, possui sua peculiaridade e seu contexto e todos os serviços formam os resultados apresentados aqui. Há uma infinidade de serviços classificados pela Nomenclatura Brasileira de Serviços e todos eles são heterogêneos, o que dificulta a formulação de dados

concretos e críveis para desenvolvê-los com uma estratégia governamental.

Historicamente, a principal ação governamental para fomentar o Comércio Exterior de Serviços foi a assinatura do GATS (*General Agreement on Trade in Services* - Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, em português). O GATS foi definido dentro da Rodada do Uruguai em 1994, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. O acordo compromete os países que o firmam a desenvolver seu setor de serviços e cria políticas internacionais claras para padronizar as operações e solucionar conflitos (BRASIL, 2016g).

Além do acordo podem-se citar outras ações do governo, como as linhas de financiamento de comércio exterior de produtos, que foram adaptadas aos serviços, para desenvolver o setor. Neste sentido, o governo brasileiro introduziu, em 2012, duas ferramentas importantes para o setor: a NBS e o SISCOSEV, ambas aumentam o controle governamental e criam mecanismos de maior controle estatístico das operações (BRASIL, 2015i).

A seguir apresenta-se o tema, problema, hipóteses, objetivos e a justificativa do trabalho.

## **1.1 Delimitação do tema**

Com o desenvolvimento da globalização e aumento de operações de comércio, é perceptível que os países iniciaram negociações entre si ou entre blocos econômicos. Este quesito refere-se a vários tipos de operações, por isso busca-se obter mais informações da atuação brasileira em operações e na definição de políticas de comércio exterior de serviços. O foco principal da maioria dos países, inclusive Brasil, é a indústria e as operações de comércio exterior de bens, apresentando políticas de aprimoramento da industrial como método de desenvolvimento do país.

Em contrapartida, o setor de serviços possui características individuais comparado ao de bens e é um mercado que merece ser estudado pela sua complexidade, importância e vantagens em lucratividade, pelo valor agregado que possui, podendo ser uma alternativa para a economia do Brasil, para obtenção de crescimento e desenvolvimento. Assim, o tema desta monografia são as operações e políticas brasileiras de comércio exterior de serviços.

## 1.2 Problema

O setor de serviços está em constante crescimento, seja no mercado interno ou no exterior. Mesmo sendo uma importante fonte na composição do Produto Interno Bruto, considerando o setor interno, o comércio exterior de serviços geralmente é secundário, pois o foco de atuação é o comércio de bens. Considerando os fatores abordados anteriormente referentes aos resultados do comércio exterior de serviços e sobre as possibilidades políticas para desenvolver os setores internacionais, identifica-se um problema a ser abordado.

O governo tem a responsabilidade de intermediar as ações do mercado, possibilitando obtenções de resultados positivos, principalmente no comércio exterior. Este setor determina fatores econômicos que medem a saúde do país, como por exemplo o saldo comercial e o câmbio. Quanto ao saldo, é possível que o governo atue para melhorar seus resultados. Portanto, procura-se descobrir qual foi o desempenho brasileiro das operações de comércio exterior de serviços de 2005 a 2015 e como as políticas governamentais o influenciaram?

## 1.3 Hipóteses

Para obter as informações do comércio exterior de serviços, procura-se compreender como o setor se desenvolve no mercado externo e analisa-se informações governamentais. Busca-se os resultados das operações de importação e exportação de serviços registrados no decorrer dos anos de 2005 a 2015, relacionando-o com as políticas e ações governamentais, adotadas com o objetivo de fomentar o setor.

Pode-se presumir possíveis resultados, sendo que as hipóteses deste estudo são: a) a balança de serviços vem apresentando déficits durante o período de 2005 a 2015; b) os déficits têm como motivo a falta de tecnologia brasileira e falta de incentivo governamental, resultando no maior volume de importações, em comparação as exportações, de modo que o país não é competitivo nas exportações de serviços; e c) a política brasileira de comércio exterior não está direcionada a investimentos no setor de serviços.

## **1.4 Objetivos**

Com o foco definido em Comércio Exterior de Serviços do Brasil, tema deste trabalho, percebe-se que as informações sobre o assunto são insuficientes, pois são dificilmente encontradas em livros ou artigos referentes ao assunto. No mercado não há análises suficientes sobre o comércio exterior de serviços do Brasil, o que torna o assunto interessante para empresários que trabalham na área e para definições político-estratégicas governamentais.

Por isso, busca-se identificar quais são as características das operações internacionais de serviços brasileiros, bem como os fatores que influenciam no resultado da balança comercial de serviços. Entre possíveis fatores, pode-se listar o resultado precedente das operações, a influência realizada pelo governo, fatores econômicos externos, entre outros.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho está subdividido em geral e específico.

### **1.4.1 Geral**

Analisar as estatísticas da balança comercial de serviços de 2005 a 2015 e o contexto que influencia os resultados.

### **1.4.2 Específicos**

Assim, baseando-se no objetivo geral, definiram-se cinco objetivos específicos para este trabalho: a) identificar os principais parceiros do Brasil em importação e exportação de serviços de 2015; b) identificar os principais serviços em importação e exportação de 2015; c) identificar a influência do setor de serviços na balança comercial total do Brasil de 2005 a 2015; d) avaliar a política governamental que vem sendo utilizada no setor de serviços externo, com incentivos e barreiras de 2005 a 2015; e e) analisar as ações governamentais aplicadas para aumentar eficiência no setor.

## 1.5 Justificativa

Este trabalho visa reunir e comparar os resultados dos serviços no comércio exterior brasileiro, a fim de complementar e atualizar as análises do conteúdo disponível, ampliar o saber acadêmico, obter qualificação profissional e também auxiliar a empresas e empresários que atuam no setor a compreender os fatores que influenciam as operações.

Justifica-se a elaboração do mesmo para analisar as informações disponíveis no comércio exterior de serviços, bem como reunir informações dispersas para empresas que atuem na área, para facilitar a compreensão do setor e, conseqüentemente, melhorar a atuação. O impacto para as empresas é visível quando esclarecidas as barreiras de comércio exterior de serviços e o baixo incentivo governamental para o setor, tendo como benefício o acesso a informação.

Para o meio acadêmico, inclusive para a autora, o benefício é apresentado por meio de conhecimento em um setor pouco estudado e não aprofundado durante a graduação. A intensidade de estudos em bens não proporcionou conhecimento suficiente sobre o setor de serviços, sendo gerado com esta monografia.

Neste primeiro capítulo de introdução, foram esclarecidos os objetivos. No segundo e próximo capítulo desta monografia apresenta-se uma revisão teórica do tema e seus principais conceitos. Após, aborda-se a metodologia utilizada e analisa-se o quadro brasileiro do comércio exterior de serviços e sua política. Busca-se relacionar as operações realizadas e as variáveis políticas e econômicas que as influenciam, para então obter informações mais claras do comércio exterior brasileiro no setor de serviços. E, no quinto e último capítulo, apresenta-se as considerações finais desta monografia.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Este capítulo tem por objetivo esclarecer os conceitos teóricos que envolvem o tema. As informações para compreensão deste trabalho estão listadas abaixo em três subcapítulos: comércio – compra e venda, política de comércio exterior brasileira e contabilização das operações de comércio exterior.

O produto mais importante destacado neste trabalho é o serviço, o qual terá enfoque principal em todos os subcapítulos deste referencial, da metodologia e da análise de dados. O conceito será fundamental para compreensão dos dados e dos resultados da análise.

### **2.1 Comércio – compra e venda**

O comércio é definido como a troca de mercadorias ou serviços por unidade monetária. Empresas realizam a produção de bens e serviços com o objetivo de realizar a venda e lucrar com a operação (SANDRONI, 2004) e os consumidores realizam a compra conforme sua necessidade. A troca pela unidade monetária é uma forma de classificar e mensurar o valor de cada produto, conforme padrões de mercado. Assim, após produzir, a empresa é capaz de vender e receber um valor em dinheiro como pagamento, por parte do comprador (BRASIL ESCOLA, 2016).

O comércio pode ser realizado pela venda de um produto, subdividido em bens e/ou

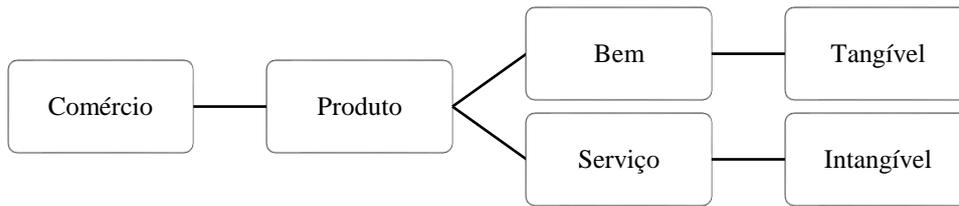
serviços. O produto é aquilo que é ofertado no mercado para uso e consumo, podendo ser um bem tangível ou englobar os serviços intangíveis. O termo ‘produto’ é utilizado como resultado final da comercialização, significa o que é ofertado ao cliente, independentemente de ser bens ou serviços, tendo o objetivo de satisfazer às demandas. O bem é palpável, comparável e mensurável pelas características físicas que apresenta, enquanto o serviço é mesurado pelo seu valor de produção e pela capacidade de resolver o problema do cliente (CORTIÑAS LOPEZ; GAMA, 2002).

Os autores Brown, Lamming e Bessant (2005) destacam o quão importante é a integração e combinação de bens com serviços, operando a empresa de maneira holística. Isso sugere que a empresa realize uma análise considerando exatamente o produto que irá oferecer para satisfazer a demanda. Na visão comercial, o serviço está incluído em todas as operações de venda, representado pelo atendimento, manuseio, entrega, entre outros. Assim, o serviço pode ser vendido isoladamente ou embutido no preço do bem. Cortiñas Lopez e Gama (2002, p. 33) acrescentam que “os serviços consistem em atividades, benefícios ou satisfações que são ofertadas para venda, porém, embora sendo pagos, não representam propriedade”, pois estão inclusos em qualquer operação de comércio.

As operações de serviço são caracterizadas por cinco fatores que as diferenciam dos bens, que podem ser sintetizados da seguinte forma: a) intangibilidade: algo que não podemos tocar ou sentir. A intangibilidade está associada às ações conectadas à venda de bens, por exemplo, o atendimento, a assistência, a garantia, entre outros; b) impossibilidade de armazenagem: seu consumo é simultâneo à produção, não pode ser estocado. A previsão de demanda é essencial para utilização de 100% da capacidade da empresa; c) produção e consumo fisicamente unidos: significa que sua produção e entrega é simultânea, com interação do cliente com o fornecedor; d) fácil entrada no mercado: pouca necessidade de investimento, conhecimento e tecnologia própria para atuar; e, e) influências externas: avanços tecnológicos, regulamentação governamental, mudanças econômicas em outros setores e no governo (SCHMENNER, 1999).

Para resumir a percepção de acordo com os autores Brown, Lamming e Bessant (2005) e Cortiñas Lopez e Gama (2002), é perfeitamente possível realizar uma operação comercial unindo bens e serviços, porém é importante separar os conceitos e compreender a diferença de ambos, conforme Figura 1.

Figura 1 – Divisões do comércio



Fonte: Elaborado pela autora

Para caracterizar a necessidade das partes que atuam no sistema de comércio, surge a lei da oferta e da demanda. Essa lei obedece aos princípios básicos da economia do comércio. Segundo Ribeiro (2009), a oferta é a disponibilidade do produto no mercado e a procura (ou demanda) é a busca do produto por parte do consumidor. Segundo o autor, ambos influenciam diretamente no preço do produto em questão.

Para esclarecimentos, utiliza-se neste trabalho as mesmas bases conceituais de Ribeiro (2009), ou seja, a oferta é a produção, a demanda é a necessidade do consumidor e de Brown, Lamming e Bessant (2005) e Cortiñas Lopez e Gama (2002), para os quais o produto é o resultado da operação, bens são produtos tangíveis e palpáveis e os serviços são produtos intangíveis.

O comércio, além de ser classificado em bens e serviços, também pode ser diferenciado entre o comércio interno, ou seja, dentro do mesmo país e sujeitas a mesma jurisdição, e o comércio externo, realizado entre atores de países diferentes, e resultando em importações e exportações. Como enfoque deste trabalho, utiliza-se as operações de serviços com o exterior.

### 2.1.1 Comércio exterior

Neste subcapítulo, o objetivo é esclarecer os conceitos das operações comerciais internacionais e definir o comércio exterior e suas duas formas de atuação: importação e exportação, sugerindo a compra e a venda de produtos com países no exterior. As operações com o exterior podem trazer vantagens para o desenvolvimento do país, assim como podem afetar o mercado interno.

O benefício em comercializar no mercado interno pode ser expandido quando a empresa se internacionaliza. A abertura do mercado para comércio com o exterior consiste na expansão

de possibilidades, materiais e novo mercado consumidor. A internacionalização de uma empresa, conforme Cortiñas Lopez e Gama (2002) promove o desenvolvimento de sua cultura e dos métodos administrativos, aperfeiçoamento da estratégia mercadológica e adequação do produto ao consumidor e, em consequência, aumentando a competitividade do mercado e a qualidade dos bens e serviços prestados. Além disso, para os autores, os principais motivos para empresas realizarem o comércio com países do exterior são:

Maiores Lucros. Ampliação de mercados. Novos produtos a serem ofertados. Aumento da produção (ato de produzir) e da produtividade (capacidade de produzir). Melhor Utilização da capacidade instalada. Aprimoramento da qualidade. Incorporação de tecnologia. Redução do custo de produção. *Know-how* internacional. Novas ideias de crescimento internacional (CORTIÑAS LOPEZ; GAMA, 2002, p. 25).

Para Eugenio Gudín<sup>1</sup> apud Oliveira (1997), o comércio exterior contribui para elevar o padrão de vida, utilizar a capacidade de produção total das empresas, aumentar a empregabilidade, proporcionando maior riqueza e prosperidade.

Segundo Porter (1999) a competitividade de um país depende da capacidade de sua indústria de inovar e aprimorar-se e relata que os fatores econômicos não são fundamentais para tornar o país líder no setor de atuação, e sim a atuação política, combinada com investimentos e principalmente, aumento da produtividade. Essa política de atuação é importante para definir uma estratégia de competitividade do país.

O autor destaca que de um modo geral, os países não buscam estratégias para alavancar o comércio exterior, permanecendo em métodos tradicionais e antigos. Algumas abordagens referentes às vantagens competitivas (como protecionismos, alteração na taxa de câmbio, medidas de controle de comércio...) não são eficientes e que o necessário é apenas descobrir o que funciona e por quê em cada país, de acordo com suas características naturais, econômicas e sociais (PORTER, 1999).

A estratégia “significa plano, método, manobras ou estratégias usados para alcançar um objetivo ou resultado específico” (SIGNIFICADOS, 2016a, texto digital) e pode ser adotada pelos governos para desenvolver a economia do país.

Os governos ainda precisam adaptar-se aos processos de mudanças mundiais. A

---

<sup>1</sup> Eugênio Gudín Filho foi ministro da Fazenda durante o governo de Café Filho, propondo medidas para reduzir a inflação (PIRES, 2010).

globalização<sup>2</sup> vem intensificando as negociações internacionais devido aumento de facilidades de conexão e informação e, com isso, expondo as diferenças entre os países com maior enfoque. Almeida (1997) enfatiza o quanto as empresas precisam adaptar-se ao processo de globalização, de alterações sociais e culturais para que possam manter-se competitivas. Em seu artigo, a autora discorre sobre a reestruturação necessária dentro da organização, envolvendo avanços tecnológicos, automações, reduções de custo e aumento da competitividade e de racionalização do trabalho, bem como desenvolvimento de planejamento estratégico. O processo de desenvolvimento empresarial ainda tem influência de concorrentes diretos e estrangeiros, que entraram no mercado globalizado para competir.

A realização de operações comerciais com países muito diferentes pode causar problemas com adaptações de produtos e mercados, de modo que o ideal é iniciar com países semelhantes. Entre as características a serem analisadas estão as diferenças climáticas, sociais, culturais, naturais, de matéria prima, produtos alternativos e concorrentes, moeda, entre outros (CORTIÑAS LOPEZ; GAMA, 2002). Esses fatores podem significar as mudanças que uma empresa precisa enfrentar para trabalhar com outros países.

As operações comerciais de compra e venda descritas na definição de comércio, são utilizadas também no comércio exterior, porém, altera-se a nomenclatura para importação, como ato da compra de produtos derivados de outros países, e exportação, como ato da venda de produtos para outros países. O comércio exterior aparece como solução a problemas de demanda nacionais, porém deve ser criteriosamente avaliado, seja em nível governamental ou dentro da própria empresa, para que não seja um fracasso. Para que as operações sejam realizadas, deve-se considerar as duas formas de atuação: a importação e a exportação. Destaca-se as características de cada uma delas.

---

<sup>2</sup> Com a possibilidade de compra de matéria prima, mão de obra ou troca de dinheiro com o mundo todos, as operações comerciais foram crescendo a nível global, aumentando a qualidade de vida e desenvolvendo o país à medida que as operações aconteciam. A abertura econômica global, ou globalização, levou a meios de transporte mais rápidos, a um melhor sistema de comunicações, a moedas mais confiáveis, a políticas comerciais mais livres e a uma maior estabilidade política. E todos esses fatores estimulavam uma maior abertura econômica. O círculo virtuoso ou o espiral de abertura econômica crescente resultante se expandiu a níveis jamais vistos durante o fim do século XIX e início do XX. (FRIEDEN, 2016).

### 2.1.1.1 Importação

O processo de compra de produtos, sejam bens ou serviços, provenientes do exterior é chamado de importação. A importação pode ser definida como “saída de divisa e entrada de mercadoria em território nacional com transferência de propriedade” (CORTIÑAS LOPEZ; GAMA, 2002, p 249). Para compreender a importação, Rodrigues (2011) comenta que os produtos comprados do exterior tendem a ser mais baratos, diferenciados, ou seja, não são encontrados com facilidade no mercado interno, e ainda possuem mais tecnologia, acima da capacidade atual de produção do Brasil. Utilizando o conceito de menor valor para o consumidor, o autor destaca que este ficará mais satisfeito com a redução do preço, enquanto o país sofre com a queda da sua economia.

Pode-se definir que:

A importação é o ingresso seguido de internalização de mercadoria estrangeira no território aduaneiro. Em termos legais, a mercadoria só é considerada importada após sua internalização no país, por meio da etapa de desembaraço aduaneiro e do recolhimento dos tributos exigidos em lei. O processo de importação pode ser dividido em três fases: administrativa, fiscal e cambial (BRASIL, 2015c, texto digital).

Além dos prós, relaciona-se os contras para os países que compram do exterior. A importação pode prejudicar a economia nacional em determinados setores, como eletrônicos, onde consumidores passam a buscar produtos importados e deixam de consumir produtos nacionais. Outro contra seria a realização de maior número de importações comparadas às exportações, o que significa mais saídas de divisas<sup>3</sup> do que entradas, empobrecendo o país (RODRIGUES, 2011).

### 2.1.1.2 Exportação

A exportação consiste na venda ou envio de bens ou serviços para outros países, proporcionando o recebimento de pagamento em divisas. Para Castro (2003), a exportação é uma alternativa para a redução de riscos e ameaças dos mercados, sempre desenvolvendo o

---

<sup>3</sup> Divisas são letras, cheques ou ordens de pagamento conversíveis em moeda estrangeira ou a própria moeda em poder da nação, mantida por entidades públicas ou privadas (SANDRONI, 2004).

planejamento das empresas para máxima eficiência. O autor destaca a importância de atuar no mercado externo para suprir crises internas; ainda garantir a fidelidade dos clientes, com uma frequência de exportações e garantir que a exportação esteja integrada a todos os setores da empresa, para que seja realizada com todo o planejamento possível.

Para complementar, Cortiñas Lopez e Gama (2002, p. 27 e 28) defendem que é necessário um “detalhado diagnóstico dos recursos, esclarecendo se sua atual capacidade é competitiva com o mercado externo, o objetivo não é ter sucesso em uma operação e sim ter os melhores resultados possíveis” em mais negociações.

Segundo Castro (2003), as exportações podem ser com ou sem cobertura cambial. Sem cobertura cambial representa o envio de bens, bagagens, amostras ou remessas de dinheiro, quando não haverá retorno financeiro pela parte que importa, ou seja, compra. Já a operação com cobertura cambial dá-se pela movimentação de moeda estrangeira em contrapartida do envio de bens ou serviços.

As exportações resumem-se em qualquer tipo de saída de produtos do território nacional. A exportação com cobertura cambial representa a venda de produção e recebimento de divisas, mencionada no subcapítulo anterior. Aprofunda-se os conhecimentos, unindo a forma de comércio de produtos intangíveis com o comércio exterior com cobertura cambial.

### **2.1.2 Comércio exterior de serviços**

O comércio exterior de serviços é o foco deste trabalho. Ele relaciona a compra e venda de produtos intangíveis entre diferentes países. É importante destacar a forma de atuação das empresas que trabalham com o exterior pois, por tratar-se de um bem intangível, o serviço pode ser prestado de várias formas e locais, com atuação direta à necessidade do cliente. O importador e o exportador, desta maneira, possuem maior flexibilidade para atuar com serviços.

Desde 1995, os serviços foram tomando forma e padronizando-se no comércio exterior. Em períodos anteriores as negociações eram dificultadas pela falta de definições e intangibilidade dos mesmos. Neste ano, para padronização das operações internacionalmente,

um acordo entre diversos países foi realizado na Rodada Uruguai<sup>4</sup>, Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS ou GATS, na sigla mais utilizada, em inglês: *The General Agreement on Trade in Services*), onde foram definidas quatro formas de atuação:

-Modo 1: Comércio Transfronteiriço (*Cross-Border*). A prestação é realizada a partir do território de um país para o território de qualquer outro país. Por exemplo, podem ser aqui citados os setores de telecomunicações, ensino virtual ou um serviço de consultoria médica ou de engenharia (projeto).

- Modo 2: Consumo no Exterior (*Consumption Abroad*). A prestação é realizada dentro do território de um país para consumidores de qualquer outro país. Um exemplo é o deslocamento de nacionais na condição de turistas para o território de outro país e o consequente consumo de serviços naquele país.

- Modo 3: Presença Comercial (*Commercial Presence*). A prestação é realizada dentro do território de um país através de presença comercial naquele mesmo território. Neste modo, figuram por exemplo as subsidiárias de um banco ou os escritórios de representação de uma construtora.

- Modo 4: Movimento de Pessoas Físicas (*Movement of Natural Persons*). A prestação é realizada pela presença de pessoas físicas de um país no território de outro país. Como ilustração podem aqui ser elencados aqui médicos e consultores, entre outros (BRASIL, 2015i, texto digital).

Para atualizar as informações às empresas, o governo brasileiro desenvolveu o ‘Guia Básico para Exportação de Serviços’ em 2014, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)<sup>5</sup> e pela Secretaria de Comércio e Serviços (SCS), com objetivo de promover as operações de serviços e manter as empresas atualizadas. Segundo o guia, existem várias formas de entrega do serviço ao exterior, entre elas:

Comércio eletrônico; Prestação do serviço a partir do seu país; Estabelecimento de presença comercial no exterior (exemplos: sucursal, filial, controlada ou coligada); *Franchising*; Definição de estratégias combinadas de *onshore* (atendimento e/ou produção no país de destino da prestação) / *offshore* (atendimento e/ ou produção no país de origem da prestação) / *onsite* (atendimento e prestação no ambiente de produção da empresa); Disponibilização de profissionais (*liason*) para serem alocados aos clientes; Venda Direta; Estruturação de uma plataforma no Brasil exclusiva para a exportação de serviços ou para atendimento de clientes específicos; entre outros (BRASIL, 2014d, p. 24, texto digital).

A atuação de empresas no comércio exterior de serviços necessita de desenvolvimento, tecnologia e conhecimento na área, visto que a qualidade é mais trabalhosa de ser mensurada. As empresas que prestam serviços no exterior precisam ficar atentas ao mercado do qual estão ou estarão inseridas, tanto quanto no mercado nacional. Os mercados possuem suas

<sup>4</sup> A Rodada Uruguai, em Montevidéu, formalizou a substituição do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT, em inglês) pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1º de janeiro de 1995. Na ocasião foram assinados diversos acordos estabelecendo diretrizes e regras para o ordenamento do comércio mundial, a competição justa e um cenário menos distorcido por práticas de barreiras unilaterais (BRASIL, 2015i).

<sup>5</sup> Atualmente o MDIC é nomeado de Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2016h).

peculiaridades e todas elas podem ser estudadas e avaliadas pela empresa, os dados devem ser analisados estrategicamente para que ocorra o sucesso nas operações de serviços.

Segundo López, Niembro e Ramos (2011), os países centrais (considerados desenvolvidos) possuem herança histórica, capacidade produtiva e de recursos humanos, maior investimento em pesquisa e desenvolvimento, facilitando o comércio exterior de serviços. Para que os países periféricos (ou subdesenvolvidos) possam concorrer nas cadeias globais de valor<sup>6</sup>, os autores defendem a necessidade de disponibilidade de infraestrutura e capital humano, além de incentivos políticos. Observa-se que os fatores culturais e aspectos geográficos são importantes para o desenvolvimento do setor de serviços, mas não podem ser alterados com facilidade.

Além disso, existem seis fatores que influenciaram no desenvolvimento dos serviços: a) forte difusão da tecnologia de informação e comunicação, que reduz custos de produção; b) a competição e pressão do mundo globalizado e diversificação dos mercados; c) homogeneização mundial das práticas de consumo e comércio; d) especialização e reorganização das empresas; e) ascensão de países que possuem reservas de mão-de-obra, como China e Índia; e f) mudanças de regulamentos que barravam o comércio no passado e hoje incentivam (LOPEZ, 2009 apud LÓPEZ; NIEMBRO; RAMOS, 2011).

Conhecendo-se a definição de comércio e das relações com o exterior, bem como suas vantagens e desvantagens, é fundamental relacionar outros fatores e o contexto que influenciam as operações exteriores de serviço. A partir daí, elenca-se informações importantes sobre a política brasileira referente ao assunto.

## **2.2 Política de comércio exterior brasileira**

As políticas de comércio exterior são as ações de influência realizadas pelo governo nas operações comerciais. A política caracteriza-se como “ato do Estado de governar com vistas à consecução e à salvaguarda de objetivos nacionais, no que concerne ao comércio entre o Brasil

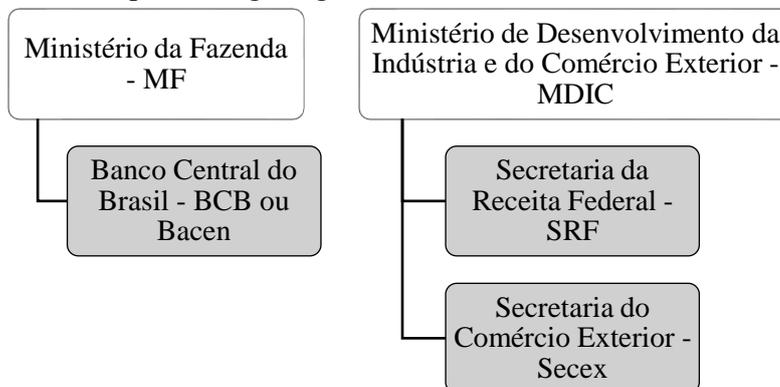
---

<sup>6</sup> Cadeias Globais de Valor podem ser definidas como o conjunto de atividades necessárias a produção e entrega do produto ao consumidor final (FGV, 2016).

e os demais países” (CORTIÑAS LOPEZ; GAMA, 2002, p 163). Além disso, Cortiñas Lopez e Gama (2002) acrescentam que o governo deve proporcionar às empresas, condições necessárias para que possam trabalhar no mercado interno quanto no externo, utilizando mecanismos nas áreas administrativas, fiscais, tributárias, de financiamentos, cambial, monetária, de promoção, infraestrutura e logística. Melo et al. (1997, p.2) defendem que “uma política pública é uma estratégia governamental que visa ao bem-estar social. Implica uma percepção do futuro do país e a definição de meios e instrumentos institucionais para a realização de tais objetivos. ”

No Brasil, o governo possui a estrutura de comércio exterior para auxiliar as empresas nas operações internacionais. Entre os principais órgãos podemos destacar o tripé do comércio exterior: Secretaria da Receita Federal, Banco Central do Brasil e Secretaria do Comércio Exterior, em siglas: SRF, Bacen ou BCB e Secex, respectivamente. O BCB está diretamente vinculado ao Ministério da Fazenda (MF) e a SRF e a Secex estão vinculados ao Ministério de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), conforme Figura 2, e são chamados de órgãos gestores por realizarem o controle e regulamentação das operações internacionais desde sua fiscalização até os regimes financeiros (BRASIL, 2014d).

Figura 2 – Tripé dos órgãos gestores do comércio exterior brasileiro



Fonte: Elaborado pela autora

O comércio exterior conta ainda com auxílio de duas agências: a Câmara do Comércio Exterior (CAMEX) e a Agência Brasileira de Produção de Exportações e Investimentos (APEX). Esses órgãos têm como finalidade apoiar os gestores e auxiliar o governo na formulação da política e as empresas nas operações e promoção dos negócios, sendo conhecidos com órgãos anuentes. Além destes dois, o Brasil possui vários outros órgãos anuentes, que auxiliam nas operações de comércio exterior. Entre eles, podemos citar alguns exemplos: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), Instituto

Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Saúde (MS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), entre outros (BRASIL, DEPLA, 2015). Esses órgãos são responsáveis pela regularização interna do comércio exterior. Dentre os órgãos anuentes, destaca-se neste trabalho a Secretária de Comércio e Serviços (SCS). A SCS trabalha para desenvolver o comércio e incentiva a prestação de serviços, em notícia do sítio da própria secretaria anunciam-se medidas de incentivos às exportações de serviços (BRASIL, 2015g).

A política governamental tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico facilitando ou barrando a entrada de bens e serviços para beneficiar o mercado interno e externo, proporcionando o bem-estar dos cidadãos. Apresenta-se os incentivos e entraves.

## **2.2.1 Incentivos e barreiras governamentais**

O governo atua com seus ministérios para desenvolver políticas que proporcionem benefícios à população e desenvolvimento do país. Utiliza-se fontes governamentais como leis, decretos e documentos emitidos pelos ministérios para basear a atuação no comércio exterior de serviços. O decreto de lei nº 1.418, de 03 de setembro de 1975, estabelece a forma de atuação dos serviços no exterior. Realça as tramitações fiscais e tributárias em vários tipos de operações e acrescenta, além dos serviços prestados, como utilizar os produtos e maquinários necessários para realização da operação.

Os incentivos por parte do governo devem partir de uma análise do mercado, uma definição estratégica e conhecimento dos recursos disponíveis. Existem fatores alteráveis, que o governo pode desenvolver de maneira eficiente e outros que são imutáveis e devem ser contornados. Conforme cita López, Niembro e Ramos (2011), alguns fatores não podem ser alterados por políticas públicas como, por exemplo, aspectos geográficos e culturais.

As ações governamentais influenciam diretamente os resultados operacionais das empresas. Além de incentivos, é importante destacar as barreiras que o governo impõe. A página do MDIC destaca que o setor de serviços possui mais peculiaridades e que suas barreiras não

são tarifárias – assim como acontece com os bens – e sim, são restrições ao mercado externo e cita como exemplos:

Restrições a respeito do tipo de presença comercial (por exemplo, somente joint ventures); Requisitos de registro ou de licenciamento discriminatórios; Exigências de nacionalidade e de residência discriminatórios; Tratamento discriminatório que confira vantagens às empresas domésticas em detrimento das empresas estrangeiras; Obrigações de contratação de mão-de-obra local; Aplicação discriminatória de normas técnicas. (BRASIL, 2016a, texto digital).

Com a política de incentivos e barreiras, o governo influencia diretamente nos resultados comerciais do comércio exterior de serviços, promovendo-o ou até mesmo, causando seu déficit. A política é uma ferramenta que leva à eficácia, assim como a manutenção de acordos comerciais e parcerias internacionais que podem desenvolver mais ainda o setor.

### **2.2.2 Os acordos comerciais**

Além de incentivar o mercado interno e proporcionar as condições adequadas às empresas que operam com comércio exterior, é também obrigação do governo viabilizar as negociações com o exterior, visando o desenvolvimento das operações. Os acordos internacionais trazem benefícios ao país, destacando-se o aumento do volume de importações e exportações, desenvolvimento de investimentos e relações amistosas com outros países. “Os Acordos Internacionais têm por objetivo principal garantir os direitos de seguridade social previstos nas legislações dos dois países aos respectivos trabalhadores e dependentes legais, residentes ou em trânsito no país” (BRASIL, 2015h, texto digital).

Para tanto, o país pode realizar acordos bilaterais e multilaterais com outros países, com objetivo de formalizar operações e benefícios. Acordos bilaterais possuem foco específico em apenas dois países, ou seja, é elaborado de acordo com as necessidades políticas e econômicas de ambos. Já o âmbito multilateral envolve três ou mais países, esse tipo de acordo visa aprimoramento de problemas que afetem a todos, gerando cooperação e ações por parte dos membros para solucionar ou evitar o problema (ALMEIDA, 2004).

No âmbito multilateral, o Brasil busca realização de “acordos voltados para questões políticas (solução de controvérsia, arbitragem, asilo) e de segurança”, (ALMEIDA, 2004, p. 347) ainda busca aumentar as negociações, acordos de cooperação entre países e a integração

em blocos econômicos. O Brasil vem participando de importantes conferências e reuniões para promover acordos multilaterais e colocar-se em posição econômica ativa, porém destaca-se a complexidade de como as relações internacionais vêm se desenvolvendo (BRASIL, 2015f).

Comparando os acordos comerciais de bens com os de serviços, percebe-se diferença na atuação. Os bens possuem tarifas, restrições quantitativas e barreiras não tarifárias, e os serviços possuem regulamentos e permissões legais para que prestadores de serviço e investidores estrangeiros sejam integrados à economia interna.

No âmbito bilateral, o Brasil realiza negociações e firma acordos diretamente com os países de interesse. Assim, amplificando o campo de atuação. Desta forma, o país torna-se estrategicamente competitivo, relacionando-se com outros países que podem lhe oferecer benefícios.

### **2.2.3 Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços**

A atuação do governo, para incentivar o comércio exterior de serviços, é um fator importante. Para complementar os avanços, quase vinte anos depois das leis implantadas sobre o comércio exterior de serviços, mencionadas no subcapítulo de incentivos e barreiras comerciais, o Brasil assinou, em 1994, o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS ou GATS), pela ata Final da Rodada Uruguai, entrando em vigor em janeiro de 1995, já mencionado anteriormente. O GATS tem por objetivo aumentar investimentos e regular as atividades internacionais de serviços visando a expansão com transparência, bem como aumentar as negociações entre os países participantes (CINTRA, 1999). A OMC (2016) acrescenta que o acordo é um sistema de regras internacionais para facilitar as operações e garantir competitividade a todos os países, assegurando comércio de forma justa e equitativa e liberação equitativa das negociações.

Relacionando os acordos comerciais com o comércio exterior de serviços, pode-se perceber uma evolução no setor com o acordo. O GATS foi implantado em 1995 e representou um avanço nas negociações de serviços. Seu objetivo é assegurar que os signatários assumam compromissos e atuem conforme as medidas implantadas pelo acordo. Para isso,

O GATS adotou os princípios gerais da OMC de Tratamento Nacional (TN) e de Nação Mais Favorecida (NMF) com o intuito de garantir a não discriminação. De um lado, Tratamento Nacional (TN) significa conceder aos serviços e aos prestadores de serviços de outros Membros condições de concorrência não menos favoráveis do que as que são oferecidas a seus próprios serviços e prestadores domésticos de serviços similares. O objetivo é garantir a mesma possibilidade de competir e não um tratamento formalmente idêntico. De outro lado, Nação Mais Favorecida (NMF) significa a concessão imediata, a qualquer outro Membro, de um tratamento não menos favorável do que o dado aos serviços e prestadores de serviços de qualquer outro país (BRASIL, 2015e, texto digital).

Assim como os acordos favorecem o comércio exterior e desenvolvem empresas para importar e exportar, o governo também precisa ser cauteloso com o mercado interno, evitando que operações afetem as empresas nacionais. Para isso implanta barreiras, que têm o objetivo de dificultar o comércio com o exterior e facilitar o comércio com o mercado interno. As barreiras também foram mencionadas no GATS, porém não foram plenamente identificadas. No acordo foram estipuladas rodadas de negócios para discutir as principais dificuldades ao trabalhar com comércio exterior de serviços, para auxiliar na sua identificação e solução em comum acordo entre todos os signatários. Normalmente, as barreiras restringem ou impedem a empresa de se estabelecer fisicamente, prestar o serviço no exterior ou ainda impactam no profissional prestador do serviço, com exigências, licenças, comparações com o mercado interno, obrigações, normas técnicas ou qualquer outro tipo de burocracias, de forma temporária ou permanente (OMC, 2016).

Como uma raiz importante do GATS, cita-se o Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL. O tratado, assinado em 2008, referencia os termos do GATS e define que o bloco econômico realizará rodadas de negociações para desenvolver, gradativamente, o comércio exterior de serviços. O protocolo é uma subdivisão do GATS, firmada pelos membros do bloco econômico para fomentar o setor. (BRASIL, 2008).

Contudo, há uma controvérsia entre a efetividade do GATS e da Rodada do Uruguai. Os compromissos assumidos necessitam de maiores negociações e liberações progressivas, que levam tempo e acabaram não sendo eficientes como o planejado, principalmente para países em desenvolvimento. É importante ressaltar que nos países latinos, por exemplo, cada país possui seu objetivo e estratégia comercial de serviços, não sendo necessariamente igual aos planos de seus próprios vizinhos, dificultando as negociações e formação de consenso, de modo que os governos estão atuando com cautela para defender seu espaço político (LIMA; HERREROS; MULDER, 2011).

Nessa situação, a definição de uma política de desenvolvimento por parte

governamental, com foco nos itens de maior influência sobre a Balança de Serviços, torna o país mais competitivo. É importante focar esforços em qualidade dos dados e estatísticas e definir uma estratégia, baseada nessas informações – mais precisas - e trabalhar em acordos internacionais que viabilizem os negócios. Ademais, a “crise mundial tem mostrado a importância de contar com uma sólida regulação prudencial no setor dos serviços financeiros antes de assumir compromissos nesse setor em acordos comerciais” (LIMA; HERREROS; MULDER, 2011, p. 25).

É evidente que o GATS se tornou uma importante ferramenta para padronizar o comércio internacional de serviços, pois proporciona as informações legais, normas regulamentadoras para um comércio internacional justo para todos os países, garantindo a expansão dos serviços no mercado. Por isso tornou-se uma ferramenta nas negociações mundiais e para padronizar as operações e políticas internas, visto que para realizar as negociações o país precisa cumprir com as normas e com as diretrizes das rodadas de negociações, posteriormente realizadas.

### **2.3 Contabilização das operações de comércio exterior**

As operações de comércio exterior são registradas pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e suas estatísticas são avaliadas mensalmente, apresentando relatórios anuais. Já a parte financeira destas operações é mensurada pelo Banco Central do Brasil (BCB). A função do BCB é controlar a entrada e saída de divisas, bem como registrar os valores da operação e compará-los estatisticamente.

Além disso, o BCB tem acesso às reservas de divisas do Brasil. “De acordo com a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, compete privativamente ao BCB ser depositário das reservas oficiais de ouro, de moeda estrangeira e de direitos especiais de saque” (BRASIL, 2014a, texto digital). Ou seja, a instituição realiza o controle da poupança monetária brasileira.

Tratando-se de operações de entrada e saídas de divisas e ainda do valor das reservas internacionais brasileiras, o Banco Central é responsável por mensurar o Balanço de Pagamentos, no qual são registrados o conjunto de todas as operações de caráter econômico e financeiro de um país com o resto do mundo (SANDRONI, 1989).

Considera-se que o balanço de pagamentos representa todos os valores pagos e recebidos pelo país em um período de tempo, geralmente anual, e engloba todas as transações com outros países (Anexo I). Além disso, é importante ressaltar que cada conta mencionada possui seu crédito e seu débito, dentro do Balanço, para que o resultado líquido seja apurado. Neste trabalho, foca-se nas operações de comércio exterior de serviços registrados na balança de serviços que integra a conta de transações correntes.

### 2.3.1 Balança de serviços

A balança de serviços, para Sandroni (1989), possui características mais específicas que os bens e com maior dificuldade em mensurar em um único cálculo, devido suas variações. Nela, podem ser mensurados valores de transportes, seguros, viagens, lucros, assistência técnica, *royalties*, despesas administrativas, entre outros. Ou seja, todos os serviços mencionados aqui e dispostos nas Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS) estão inclusas nessa conta do balanço de pagamentos.

É possível encontrar subdivisões da conta de serviços, como Serviços de Fatores – que derivam dos fatores de produção – e os Serviços de Não Fatores – como fretes, *royalties* e direitos autorais (FOREGON, 2015).

No Quadro 1, resume-se a estrutura da Balança de Serviços com alguns exemplos, e onde a mesma está inserida no Balanço de Pagamentos:

Quadro 1 – Estrutura da balança de serviços

<b>Balanço de pagamentos – BPM6</b>	
Discriminação (US\$ milhões)	
<u>Transações correntes</u>	
Balança comercial (bens) e Serviços	
Balança comercial (bens)	
Balança de Serviços	
Serviços de manufatura sobre insumos físicos pertencentes a outros	
Serviços de manutenção e reparo	
Transportes	
Viagens	
Negócios	
Pessoais	
Saúde	

<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação</li> <li>Outras viagens pessoais, inclusive turismo</li> <li><i>Dos quais: Com uso de cartões internacionais</i></li> <li>Construção</li> <li>Seguros</li> <li>Serviços financeiros</li> <li>Serviços de propriedade intelectual</li> <li>Telecomunicação, computação e informações</li> <li>Aluguel de equipamentos</li> <li>Outros serviços de negócio, inclusive arquitetura e engenharia</li> <li>Serviços culturais, pessoais e recreativos</li> <li>Serviços governamentais</li> <li>Renda primária <ul style="list-style-type: none"> <li>Salários e ordenados</li> <li>Renda de investimentos <ul style="list-style-type: none"> <li>Renda de investimento direto <ul style="list-style-type: none"> <li>Lucros e dividendos remetidos</li> <li>Lucros reinvestidos</li> <li>Juros de operações intercompanhia</li> </ul> </li> <li>Renda de investimento em carteira <ul style="list-style-type: none"> <li>Lucros e dividendos</li> <li>Juros de títulos negociados no mercado externo</li> <li>Juros de títulos negociados no mercado doméstico – despesas</li> </ul> </li> <li>Renda de outros investimentos (juros)</li> <li>Renda de reservas – receitas</li> </ul> </li> <li>Demais rendas primárias</li> </ul> </li> <li>Renda secundária <ul style="list-style-type: none"> <li>Governo</li> <li>Demais setores <ul style="list-style-type: none"> <li>Transferências pessoais</li> <li>Outras transferências</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>
---

Fonte: Elaborado pela autora com base em (BRASIL, 2016c).

O resultado da balança de serviços segue os padrões da balança comercial. Para fins de cálculo, encontra-se o valor total das operações de importação e o total das operações de exportação durante determinado período. Reduz-se o valor das importações (M) das exportações (X), nesta fórmula:  $(BS=X-M)$ , tendo como resultado o saldo da balança de serviços. Se o resultado for positivo – ou seja, mais exportações do que importações – obtém-se um *superávit*, gerando receitas e acúmulo de reservas internacionais. Caso resultado for o contrário – mais importações comparadas às exportações – a balança de serviços resulta em um *déficit*, utilizando das reservas para compensar o valor negativo. É essencial que o país trabalhe em *superávit* ou equilíbrio para manter a economia saudável.

### 2.3.2 Câmbio

No Brasil, utiliza-se como moeda corrente o Real, e apenas ela pode ser utilizada para tramitações comerciais internas, porém, a venda ou compra de mercadorias com o exterior necessita da utilização das divisas. Para operar com o exterior, as empresas ou consumidores (para uso em turismo, por exemplo) devem procurar o BCB ou instituições financeiras que façam o intermédio entre as partes. Turistas podem utilizar agências de turismo autorizadas a realizar operações de câmbio. Da mesma forma, a operação inversa pode ser realizada quando um estrangeiro necessita comprar o Real.

O câmbio é definido como:

a operação de troca de moeda de um país pela moeda de outro. Por exemplo, quando um brasileiro decide viajar para o exterior e precisa de moeda estrangeira, o agente autorizado pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio recebe dele a moeda nacional e lhe entrega, vende, o equivalente em moeda estrangeira (BRASIL, 2009, texto digital).

A página Portal Brasil ainda alerta que as trocas são realizadas conforme cotação estabelecida no dia. As taxas praticadas pelos agentes autorizados podem ser praticadas livremente, porém é o BCB que divulga a cotação oficial baseada em taxas médias praticadas entre bancos, conhecida como “Ptax”. A Taxa Ptax é utilizada como referência das operações de câmbio (BRASIL, 2009).

O BCB tem controle e responsabilidade direta sobre o câmbio e as operações realizadas. É ele que regulamenta e concede autorizações às agências ou instituições que podem operar com o câmbio, além de fiscalizá-las e puni-las em caso de irregularidades. O BCB ainda possui livre arbítrio para vender e comprar divisas, influenciando diretamente na taxa Ptax diária, “comprando e vendendo moeda estrangeira de forma ocasional e limitada com o objetivo de conter movimentos desordenados da taxa de câmbio flutuante, determinada pela oferta e demanda” (BRASIL, 2009).

O câmbio também é influenciado pela lei econômica da oferta e demanda. O objetivo do BCB em vender divisas é aumentar a demanda de divisas no mercado e, automaticamente, reduzir o preço da taxa Ptax de troca. Com isso, percebe-se que o câmbio sofre influência direta das operações de compra e venda, mencionadas no primeiro subcapítulo deste referencial, porém sua taxa diária não altera as estatísticas, visto que o Balanço de Pagamentos é mensurado

em moeda estrangeira, mais precisamente o dólar.

O câmbio simboliza o valor das operações e ainda, funciona como incentivo para importar ou exportar. A taxa, durante um período, pode explicar aumento ou diminuição do fluxo das operações de compra e venda com o exterior e impactar no mercado interno. Com o real desvalorizado frente à moeda estrangeira, a tendência é o aumento das exportações, pois a remuneração no câmbio é maior em reais, já com a valorização do real, ocorre o aumento de importações, uma vez que o valor em moeda nacional se torna mais competitivo.

Para o país, obter um resultado positivo ou equilibrado na balança comercial, é considerado eficiência. “Eficiência é a qualidade daquilo ou de quem é competente, que realiza de maneira correta as suas funções” (SIGNIFICADOS, 2016a, texto digital). Em resumo, trabalhar com eficiência significa obter o melhor resultado com operações de exportação de serviços, que desenvolve o mercado interno e traz superávit com o aumento do valor agregado (sendo que a tecnologia aumenta o valor do produto).

Em síntese, a partir da revisão da literatura realizada, o comércio exterior é um segmento fundamental para economia de um país, pois se superavitário pode contribuir para obtenção de crescimento econômico e de reservas internacionais. Contudo, o setor de serviços conta com peculiaridades e heterogeneidades, dificultando as operações e as ações governamentais para desenvolvê-lo. No Brasil, o controle governamental e a concessão de incentivos para ampliação do comércio exterior de serviços são recentes, sendo fundamental o desenvolvimento de estudos que contribuam para o alcance desse objetivo.

A seguir apresenta-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia tem como objetivo esclarecer o desenvolvimento e os métodos de coleta e análise de dados deste trabalho. Para Gil (2002) a metodologia é a descrição dos procedimentos da pesquisa e deve ser elaborada conforme características específicas de cada problema. O autor ainda salienta aspectos que devem ser considerados na definição da metodologia: a) tipo de pesquisa, esclarecer se a pesquisa é de natureza exploratória, descritiva ou explicativa e ainda o método utilizado; b) população e amostra, definição da extensão da pesquisa; c) coleta de dados, as técnicas utilizadas e d) análise de dados, descreve os procedimentos da análise. Neste capítulo, serão descritos os métodos de pesquisa e de análise dos dados (GIL, 2002).

### **3.1 Definição de pesquisa**

A pesquisa é definida respondendo às perguntas de como os resultados são alcançados, com quais recursos, local e datas. Desta forma, será possível definir a pesquisa em diversos âmbitos. É “um conjunto de processos sistemáticos, críticos e empíricos aplicados no estudo de um fenômeno” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 30).

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p. 17).

Para Demo (2014), a pesquisa é uma produção que critica os caminhos alternativos e

busca novas avaliações para os resultados já identificados. É a construção de objetos de estudo que compreendem em discussões e desvendam novas possibilidades.

Assim, o problema proposto neste trabalho necessitou de uma pesquisa para ser explorado. A pesquisa pode ser classificada quanto aos objetivos, quanto a natureza da abordagem, quanto aos procedimentos técnicos e quanto ao método, como será apresentado a seguir.

### **3.1.1 Quanto aos objetivos**

O objetivo desta pesquisa foi exploratório de modo a analisar os resultados da balança comercial de serviços e tornar mais clara as ações do governo quanto ao comércio exterior de serviços e identificar os fatores que influenciaram os resultados. Assim, somaram-se às publicações de fontes governamentais, as pesquisas já realizadas no setor, para desenvolver e atualizar o conteúdo. Segundo Samara e Barros (1997), a pesquisa exploratória é informal e tende a ser flexível e criativa, levantando hipóteses a serem confirmadas. A pesquisa é realizada em fontes que dominam o assunto e que forneçam dados úteis e secundários (disponíveis) para análise.

Explorar as informações significa proceder no campo das teorias determinísticas, considerando os resultados encontrados e determinar opções nunca antes estudadas no tema. Ainda, pode-se mencionar que o “objetivo é examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado, sobre o qual temos muitas dúvidas ou que não foi abordado antes” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO; 2013, p. 101).

O método explicativo definido por Sampieri, Collado e Lucio (2013), recomenda identificar a existência e motivos do problema selecionado, ainda explorá-lo de forma a encontrar o maior número possível de explicações plausíveis.

Assim, a pesquisa analisou os resultados da balança comercial de serviços de 2005 a 2015 e o contexto externo no mesmo período, buscando possíveis fatores que influenciaram o comportamento do conteúdo encontrado na análise.

### 3.1.2 Quanto a natureza da abordagem

A abordagem da pesquisa busca apresentar a forma de como os dados são coletados. Pode ser qualitativa, quantitativa ou apresentar os dois métodos, sendo quali-quantitativa ou quanti-qualitativa, nos dois últimos dá-se maior importância ao método destacado por primeiro na nomenclatura.

Para realização deste trabalho, ambas as técnicas de coleta foram importantes, de modo que a pesquisa utilizou a abordagem quali-quantitativa, que engloba os dois métodos, qualitativo e quantitativo. Como o mesmo possui fontes de dados diferentes (pesquisas anteriores e relatórios governamentais), a análise em ambos os métodos é viabilizada e, por fim, realizou-se a conexão dos resultados. As pesquisas anteriores possuem análises mais críticas quanto às políticas de governo e sua eficiência, demonstrando uma abordagem qualitativa, enquanto publicações governamentais contêm informações estatísticas das operações, trazendo conteúdos quantitativos sobre valores movimentados no período, taxas de crescimento e principais produtos e mercados. Ambos se complementam em seu conteúdo e foram necessários para resolução deste problema.

A pesquisa qualitativa utiliza informações que não podem ser tabuladas ou analisadas estatisticamente, ou seja, movem-se de maneira dinâmica para alcançar os resultados e não fazem mensurações. Trabalhou-se com hipóteses que auxiliam a definir as perguntas ou material analisado, assim facilitando a busca do material correto. Os dados deste tipo de pesquisa complementam o referencial estudado. Para essa abordagem de pesquisa, a coleta e a análise são realizados de maneira praticamente simultânea (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 33). Para Malhotra (2011), é possível obter melhor visão e compreensão do problema e seu contexto com a pesquisa qualitativa, pois ela desvenda o problema baseada em conceitos pré-estabelecidos sobre o assunto e ainda representar incerteza, assim essa abordagem é capaz de esclarecer as expectativas e apresentar uma conclusão.

De acordo com as definições dos autores, é possível esclarecer que a pesquisa deste trabalho é qualitativa quando mencionadas as análises das políticas de incentivos e barreiras comerciais e governamentais, que são irregulares em seu conteúdo e necessitam de avaliação

individual para que sejam corretamente avaliados.

A análise quantitativa é realizada mediante coleta de dados variáveis e correlação entre eles (GIL, 2002). Essa abordagem representa um plano de questionamentos ou informações que são necessárias como um marco teórico, ou seja, relacionam o referencial coletado com os objetivos da pesquisa, visando encontrar resultados pertinentes. Ainda é possível caracterizar como produtos de medições e comparações, representados por números e gráficos de maneira objetiva (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Quanto a natureza quantitativa deste trabalho não houve questionário, os dados analisados foram fornecidos eletronicamente pelos instrumentos virtuais disponibilizados pelo governo (publicações e relatórios). Ainda, a análise quantitativa foi utilizada devido à avaliação dos dados numéricos, de forma tabular e gráfica. É possível mensurar os resultados da balança comercial de serviços e encontrar dados coerentes anualmente, índices e desvios que possam agregar a análise dos dados. O método, então, auxiliou na obtenção das informações corretas para atingir o objetivo deste trabalho.

### **3.1.3 Quanto aos procedimentos técnicos**

Os procedimentos técnicos referem-se à fonte de pesquisa dos dados. Para Lakatos e Marconi (2010) a pesquisa documental restringe a análise a documentos, sendo escritas ou não. Segundo os autores, são denominados documentos públicos aqueles que possuem origem em órgãos federais – como é o caso – podendo ser: ofícios, relatórios, anuários, entre outros, denominados de fontes secundárias, transcritos de primárias contemporâneas.

Sendo a fonte mais valiosa para esse tipo de pesquisa, os registros em arquivos públicos são fundamentais para entender o fenômeno estudado e proporcionar maior conhecimento histórico e das situações da pesquisa (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

A fonte está diretamente conectada ao objetivo da pesquisa e aos resultados esperados. Coletou-se os dados em fontes bibliográficas, em publicações periódicas divulgadas pelo governo federal e seus Ministérios, bem como materiais encontrados de por meios eletrônicos ou digitais. Tabulou-se as informações obtidas para que, se possível, seja encontrado um padrão

ou teoria com essas informações.

Os dados deste trabalho são derivados, principalmente, de publicações governamentais. O governo brasileiro disponibiliza acesso à informação por páginas e sítios na internet, fornecendo publicações de fontes como, por exemplo, o Banco Central do Brasil e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Além das fontes internas, os dados da Organização Mundial do Comércio e fontes como a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), também possuem dados relevantes. As respectivas fontes forneceram informações sobre as operações do Brasil e do mundo em Comércio Exterior e operações comerciais. Além de dados quantitativos, é possível obter dados qualitativos como ações políticas e estratégicas, nas mesmas publicações, adicionados a fontes de leis e decretos.

### **3.1.4 Quanto ao método**

Para a análise, define-se o método de pesquisa, que neste caso é bibliográfico, hipotético-dedutivo e historiográfico. Esses métodos se enquadraram nas características do referencial teórico e da análise de dados, sendo considerados os três métodos utilizados para compreensão do problema e considerações finais deste trabalho.

O método de pesquisa bibliográfico pode ser definido para busca de informações disponíveis em livros, artigos científicos, periódicos, entre outros materiais já elaborados. Os periódicos têm como característica os dados atualizados com maior frequência e mais atuais possíveis. Esse tipo de pesquisa tem como vantagem a conexão de dados dispersos, que dificilmente são coletados diretamente e, em contrapartida, a pesquisa pode ser comprometida pois as fontes secundárias de pesquisa podem conter erros, que serão reproduzidos na análise (GIL, 2002). Considera-se a pesquisa bibliográfica como método deste trabalho devido sua estrutura, bem como o fato de os dados coletados foram extraídos de publicações governamentais.

As autoras Lakatos e Marconi (2010) caracterizam o método hipotético-dedutivo por uma expectativa inicial, nela é definido um possível problema. A partir daí realiza-se as análises e descobre-se se o resultado pertence ou não às hipóteses anteriores, a descoberta é chamada de teses de falseamento. Assim, a etapa final consiste na reformulação da solução conforme os

testes realizados com cada hipótese. Ou seja, compara-se os resultados da análise com as expectativas iniciais e a partir daí desenvolve-se uma nova teoria para solucionar o problema.

Baseando-se em Vergara (2006) pode-se destacar o método historiográfico. O mesmo defende o uso de materiais do passado para analisar e encontrar a solução do problema. Assim, desvendam-se dados históricos que influenciam diretamente no tema abordado para que possa ser resolvido. O método ainda permite a reflexão e a compreensão dos fatos que fundamentaram a pesquisa, favorecendo a interpretação dos dados.

### 3.2 Unidade de análise

Para que a coleta e análise de dados seja realizada da forma mais precisa possível, é fundamental que sejam realizadas as fases da pesquisa, ver Quadro 2, conforme os objetivos específicos e que os dados obtidos se enquadrem dentro da necessidade da mesma. Deste modo, foi possível coletar informações suficientes e com qualidade para análise. É fundamental que as conclusões finais atendam às expectativas da hipótese ou demonstrem os resultados mais coerentes para o problema. As fases elaboradas estão diretamente relacionadas ao contexto da balança comercial de serviços, que é a unidade de análise desta monografia.

Quadro 2 – Fases da pesquisa e análise de dados

FASE 1	Coleta de histórico do dólar
FASE 2	Levantamento de influência dos serviços internos no PIB nacional
FASE 3	Levantamento de dados da Balança Comercial de Bens e Serviços
FASE 4	Separação entre os dados de Bens e Serviços
FASE 5	Levantamento dos dados mundiais de Comércio Exterior de Serviços
FASE 6	Tabulação do ranking de países de importação e exportação
FASE 7	Análise dos produtos comercializados
FASE 8	Leitura de artigos anteriores do tema para análises do contexto
FASE 9	Formulação de gráficos para facilitar a compreensão
FASE 10	Redação da análise de dados

Fonte: Elaborado pela Autora

Para esclarecer dados da análise, define-se o período de análise de 2005 a 2015 como

principal. Os dados da Balança Comercial de Serviços apresentam três períodos neste trabalho. O período histórico é considerado de 1995 a 2004, sendo informativo, onde não será realizada análise aprofundada. O período de 2005 a 2015 é considerado o período mais recente e é a base deste estudo, proporcionando as informações estatísticas para as principais análises. O período de 2012 a 2015, possui relevância pois é o período de utilização do SISCOMEX, esse período apresenta dados mais aprofundados, informados pela Secretaria de Comércio Exterior de Serviços. A análise dos dados deu-se pela avaliação histórica e documental, partindo de informações governamentais e de organizações internacionais que disponibilizam estatísticas sobre o tema. A partir das informações sobre balança comercial de serviços e comparações com números internos, mundiais, da balança de bens e o contexto de comércio e político, adquiriu-se dados estatísticos para realização da análise.

### **3.2.1 Plano de coleta de dados**

Os dados foram obtidos por meios eletrônicos, em sítios do governo. Sendo secundários, fornecidos e elaborados pelo próprio governo federal brasileiro, seus ministérios e órgãos governamentais, autorizados a trabalhar com o comércio exterior e fornecer informações para análise; organizações internacionais, que trabalham com dados estatísticos e avaliações políticas sobre os mercados mundial e brasileiro; e autores que realizaram pesquisas anteriores com tema semelhante e que podem agregar conhecimento à resolução do tema proposto neste trabalho.

Dados secundários são aqueles coletados para alguma finalidade diferente do problema em questão, como dados disponíveis de organizações comerciais (...) e a Internet. Em contrapartida, os dados primários são originados pelo pesquisador para o problema específico em estudo, como os dados do levantamento (MALHOTRA, 2011, p. 33).

Basicamente, os dados analisados foram obtidos de relatórios de atuação do comércio exterior de serviço durante o período de 2005 a 2015 e pesquisas de períodos anteriores, realizadas por outros autores. Utilizou-se as pesquisas anteriores para determinar um histórico que possa – ou não – comprovar se as políticas governamentais foram eficientes e se atingiram resultados positivos.

A coleta de dados foi realizada com a leitura de todas as publicações e conteúdos

propostos, bem como sua tabulação em planilha de cálculo. Os dados, inseridos em tabelas e gráficos auxiliaram na melhor compreensão da situação e na correta interpretação das operações.

### **3.2.2 Plano de análise de dados**

Para analisar os dados obtidos geralmente utiliza-se a planilha de cálculo. Sendo que a análise quantitativa foi obtida através de uma matriz dados, colocadas em um *software* que é capaz de classificá-los e filtrar os dados mais interessantes à pesquisa realizada e aplicá-los em tabelas e gráficos (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Os dados estatísticos coletados das publicações e relatórios governamentais foram tabulados em planilha de cálculo para analisar os resultados. Para este trabalho, se utilizou a ferramenta Excel. Considera-se o volume de exportações e importações de serviços, resultados da balança, os principais produtos e os principais países, comparando evoluções, ou não, nas operações.

A análise dos dados, a partir das informações tabuladas, foi realizada em paralela com a lista de principais produtos comercializados e os principais mercados. Nesse quesito, uma pesquisa paralela que identificou as principais causas dos resultados faz-se necessária. Ou seja, caso um serviço se destaque na balança comercial, o mesmo seria analisado paralelamente para identificar qualquer desvio do padrão nas operações.

A pesquisa paralela foi realizada qualitativamente, em fontes governamentais, artigos e reportagens que possuam informações que justifiquem alterações nos resultados. Por fim, o resultado das operações foi comparado com as ações políticas realizadas pelo setor público para desenvolver o setor e medir sua eficiência devido às mudanças de comportamento.

Analisou-se os dados conforme os objetivos específicos deste trabalho.

### 3.3 Limitações do método

O presente trabalho traz como limitações de pesquisa a busca de informação, sendo ela emitida pelo governo federal e a dificuldade de rastreamento em suas diversas fontes de informação. Os conceitos deste ramo do comércio são dificilmente encontrados em livros e publicações, compara-se as opiniões dos autores disponíveis e utiliza-se publicações governamentais como fontes de informações seguras referente ao assunto.

O sistema SISCOSERV traz em seus relatórios análises de mercado mais detalhadas, sendo de grande utilidade. Porém, pode ser considerada uma limitação do resultado, o fato de o mesmo ser expressivamente recente e os dados apurados representem apenas quatro anos (de 2012 a 2015), não podendo ser definitivos para certificar os resultados, porém podem trazer indicações de operações futuras. Anos anteriores ao sistema apresentam apenas valores de operações, não aprofundando o tema em parceiros comerciais e serviços comercializados.

É importante ressaltar que os dados fornecidos pela UNCTAD diferem dos oferecidos pelo MDIC no panorama de 2014 e 2015. As informações emitidas pela mesma fonte no Ministério da Indústria, Comércio e Serviço (MDIC) também divergem em publicações de um ano ao outro, de 2012 a 2015, apresentado dados distintos aos anos anteriores. A alteração é, em média, de um bilhão para mais ou para menos causando distorção dos resultados de importações e exportações de serviços, e como resultado, no saldo da balança comercial de serviços. Os dados estatísticos do Banco Central do Brasil apresentam valores semelhantes aos dados da UNCTAD, acrescentando informações mais completas referentes aos serviços da balança comercial brasileira. Utiliza-se, aqui, a fonte da UNCTAD para descrever os valores estatísticos e quantitativos das operações e as informações do BCB e MDIC para análises aprofundadas e qualitativas das operações.

Para estudo dos parceiros comerciais e produtos comercializados, utiliza-se como base os quatro anos de aplicação do SISCOSERV. Durante esse período, os relatórios governamentais apresentam informações mais precisas de negociações e índices quantitativos. O período de 2005 a 2011 não possui a mesma qualidade de informações e seus dados são qualitativos, adquiridos por intermédio de outros artigos ou publicações.

Menciona-se outras limitações, como custos e o curto prazo de tempo para realização da pesquisa. Segundo Vergara (2013), há tendência de elevação de custos para realização da pesquisa histórica e ainda conta com tempo limitado para realização, considerando que uma pesquisa deste âmbito necessita de tempo para avaliação dos dados.

## **4 ANÁLISE DE DADOS**

Conforme o material estudado no referencial teórico e a proposta de metodologia, elege-se dados estatísticos relevantes para a análise. O Brasil possui dados estatísticos e qualitativos para comparações anuais em relatórios e panoramas do SISCOSEV. No âmbito internacional, agências de desenvolvimento também são eficientes para fornecer informações para a análise de dados. Apresentam-se neste capítulo os dados importantes e as análises realizadas de acordo com o contexto.

### **4.1 A política brasileira**

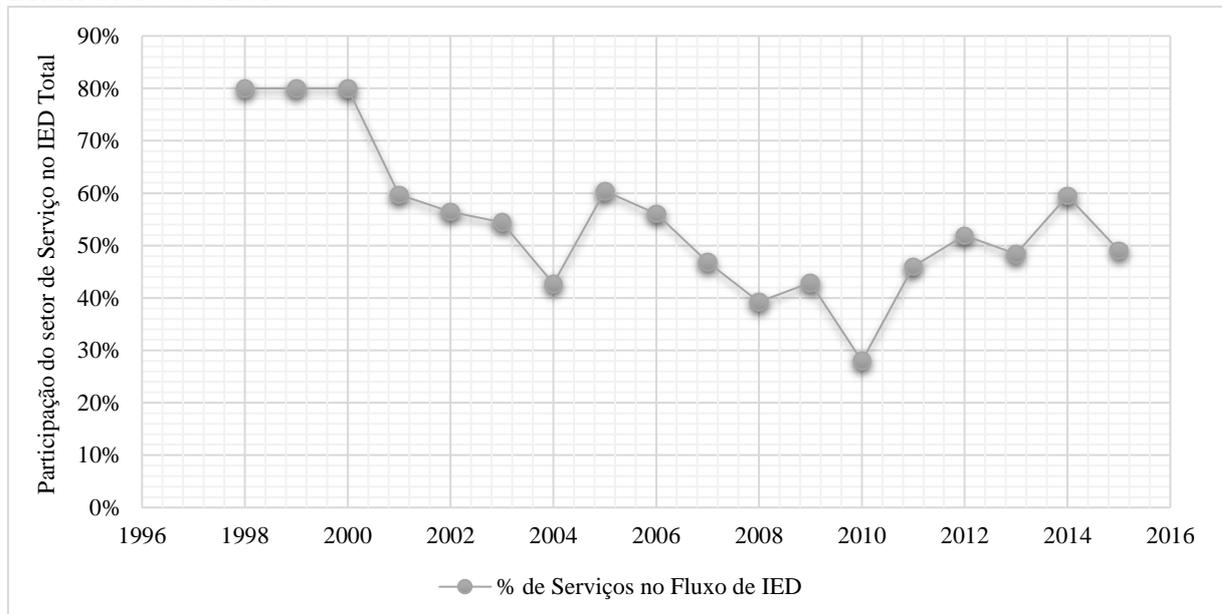
Os serviços foram influenciados por avanços tecnológicos e incorporaram-se na produção de mercadorias. Segundo Ribeiro (2011), esses dois fatores foram fundamentais para o desenvolvimento do comércio exterior de serviços no Brasil, assim como, o aumento do setor interno e aumento de relações internacionais do país com a abertura de mercado de 1990. Para o autor, a tendência de crescimento do setor significa que o governo precisa controlá-lo de maneira mais eficiente.

A política de comércio exterior brasileira sempre foi centralizada em bens, daí surgem acordos comerciais, benefícios fiscais e de crédito e ainda o fortalecimento do mercado. A partir daí, pode-se concluir duas razões para deixar o comércio exterior de serviços em segundo plano, uma é o fato do serviço possuir produtos não comercializáveis e a outra é de que o

desenvolvimento de um setor de serviços forte é característica de países desenvolvidos (RIBEIRO, 2011).

Os serviços brasileiros tiveram incentivos para aumentar o investimento externo, desde a década de 1990 até os anos 2000. Para que o Brasil seja um país competitivo no setor de serviços, é necessário investimento e regulamentações de barreiras comerciais. Quanto ao investimento estrangeiro, a política brasileira e o incentivo facilitaram a expansão do setor de serviços, sendo desenvolvido o setor financeiro e a internacionalização de empresas com serviços profissionais e técnicos. Em contrapartida, o investimento também facilitou a entrada de multinacionais, que se instalaram no Brasil para desenvolver serviços de telecomunicações, eletricidade e construção de rotas (aproveitando-se da onda de privatizações da época e da facilidade de entrada de capital estrangeiro no Brasil depois dos anos 1990). O Investimento Externo Direto (IED) contribui para o aumento das exportações, seja com o aumento de filiais no exterior ou com a atração de empresas estrangeiras, o investimento da época contribuiu para superávits de serviços financeiros e serviços profissionais e técnicos. De 2000 a 2008, acrescenta-se o quanto o fluxo de IED no setor de serviços sofreu uma queda, de 80% no primeiro ano a 39% em 2008, conforme a Gráfico 1 (PEREIRA; SENNES; MULDER, 2011).

Gráfico 1 – Participação do setor de serviços no total fluxo de investimento externo direto no Brasil de 1998 a 2015



Fonte: Elaborado pela Autora com base em (PEREIRA; SENNES; MULDER, 2011); (BRASIL, 2016d, texto digital).

Os acordos comerciais não tiveram influência nessa época (de 1990 aos anos 2011), pois o governo despreendeu mais atenção ao comércio de bens. Até 2011, o governo formalizou

relativamente poucos acordos de serviços, o GATS é o principal deles, referenciando o Protocolo de Montevideu Sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL e suas rodadas de negociações. O protocolo, somado à posição geopolítica, fez da América do Sul um potencial parceiro comercial de serviços, mesmo que falte acordos e benefícios para viabilizar as operações (PEREIRA; SENNES; MULDER, 2011).

“Setores como transporte aéreo, serviços bancários, mercados de ações, engenharia, construção, distribuição, franchising, turismo e serviços de telemedicina parecem ter um grande potencial para expandir os seus negócios regionais” (PEREIRA; SENNES; MULDER, 2011, p. 38).

Ressalta-se que o GATS é uma ferramenta que padroniza o comércio internacional. Assim o Protocolo de Montevideu é amparado por ele, assim como todos os acordos bilaterais e multilaterais que o país desenvolveu no setor de serviços.

Nessa situação é importante que o país assuma uma política de desenvolvimento, focando-se nos itens de maior influência sobre a Balança de Serviços. É importante focar esforços em qualidade dos dados e estatísticas e definir uma estratégia, baseada nessas informações – mais precisas - e trabalhar em acordos internacionais que viabilizem os negócios. (LIMA; HERREROS; MULDER, 2011).

Percebe-se que o governo tem despendido cada vez mais atenção em controle de operações de serviços, lançando publicações, fontes de informações mais claras aos operadores de comércio exterior e aumentando a qualidade dos registros. Além disso, já em 2005 havia sido criada a Secretaria de Comércio e Serviços (SCS), com a responsabilidade de monitorar as operações, auxiliar nas tramitações internacionais e desenvolver o setor (PEREIRA; SENNES; MULDER, 2011). Em 2011, foi criado o Portal Brasileiro de Comércio Exterior<sup>7</sup>, pela Secex e MDIC, o mesmo tinha o objetivo de informar empresas internacionalizadas (BRASIL, 2011). O sítio possui orientações necessárias para operar em Comércio Exterior, o foco é nitidamente para alavancar o comércio de bens e investimentos, porém encontram-se informações sobre as operações de serviços, como o panorama anual, estatísticas e o perfil brasileiro de operações em serviços.

Segundo o sítio de acesso à informação, em 2012 foi lançado o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no

---

<sup>7</sup> Atualmente, ao acessar sítio do novo Portal Brasileiro de Comércio Exterior, fornecido pelo Portal na reportagem, percebe-se que o mesmo foi atualizado para [www.brasilexport.gov.br](http://www.brasilexport.gov.br), que encaminha novamente para um novo portal, ativo até na data de acesso, [www.investexportbrasil.gov.br](http://www.investexportbrasil.gov.br).

Patrimônio, SISCOSERV em suas siglas. “O SISCOSERV foi instituído pela Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 19 de julho de 2012, e consiste em um sistema informatizado que permite o registro das operações de comércio exterior de serviços e de intangíveis do Brasil” (BRASIL, 2015a, texto digital). O objetivo do sistema é “o combate à sonegação de impostos e o aumento do controle de informações de transações com o exterior” (BRASIL, 2012a, texto digital). Ainda segundo o sítio Portal Brasil (BRASIL, 2012b), o sistema registra as operações de pessoas físicas e jurídicas, auxiliando no monitoramento e na mensuração das mesmas, é utilizado também para aperfeiçoamento da política de comércio exterior de serviços. Dalton e Oliveira (2015) reiteram o pioneirismo do Brasil com a adoção do sistema e a eficiência da captação de dados e fornecimento de informações à sociedade.

Segundo a WTM do Brasil (2015), o sistema é dividido nos módulos: venda e aquisição. O módulo venda de serviços, que produzam variação no patrimônio, possui os seguintes registros:

Registro de Venda de Serviços (RVS): contém dados referentes à venda, por residente ou domiciliado no País, de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio à residente ou domiciliado no exterior;

Registro de Faturamento (RF): contém dados referentes ao faturamento relativo à venda objeto de prévio RVS (WTM do Brasil, 2015, texto digital).

Já o módulo “aquisição de serviço e intangíveis” conta com o:

Registro de Aquisição de Serviços (RAS): contém dados referentes à aquisição, por residente ou domiciliado no País, de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, de residente ou domiciliado no exterior;

Registro de Pagamento (RP): contém dados referentes ao pagamento relativo à aquisição objeto de prévio RAS (WTM do Brasil, 2015, texto digital).

O SISCOSERV apresenta informações relevantes para a balança comercial de serviços e de pagamentos brasileira. Antes dele, as operações de serviços eram mensuradas a partir de dados do Balanço de Pagamentos emitido pelo BCB e pelos registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relacionados à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de cada empresa que opera em Comércio Exterior. As atividades eram registradas com base em indicadores e correlacionadas entre si, desta forma pode-se considerar que os relatórios emitidos depois de agosto de 2012 contêm informações mais precisas que os anteriores, considerando-se que o SISCOSERV é obrigatório aos operantes e registra as operações com maior critério (BRASIL, 2015a). Ainda é mencionada-se que os dados de “Optantes do Simples Nacional, Microempreendedores Individuais (MEI), Pessoas Físicas que

não realizem operações em valor superior a US\$ 30.000,00 no mês” não estão inclusos nos registros pois são isentos da obrigatoriedade (BRASIL, 2014d, p. 10).

Ainda em 2012, instituiu-se o Decreto Presidencial nº 7.708, de 02 de abril, oficializando a lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2015b) que teve por objetivo definir a Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS) e suas notas explicativas. As NBSs definem códigos dos serviços e intangíveis como produtos, possibilitando maior precisão da informação, “elaboração, fiscalização e avaliação de políticas públicas e outras ações do governo de forma integrada” (BRASIL, 2015a, texto digital).

A NBS é o classificador nacional para a identificação dos serviços e intangíveis como Produtos viabiliza a adequada elaboração, fiscalização e avaliação de políticas públicas de forma integrada. Visando a competitividade do setor, propicia a harmonização de ações voltadas ao fomento empreendedor, à tributação, às compras públicas, ao comércio exterior, entre outras (BRASIL, 2016g, texto digital).

A utilização da NBS e do SISCOSEV trouxeram, a partir de 2012, maior controle na apuração dos dados e formulação das estatísticas do Comércio Exterior de Serviços. Com a implantação de ambos, as operações tornaram-se mais rígidas e controladas pelo governo, impossibilitando fraudes e acompanhando o volume das operações em cada setor dos serviços. Auxiliando nesse importante passo de burocratização, o governo brasileiro tem a responsabilidade de informar às empresas operantes e fomentar as operações de comércio exterior de serviços.

#### **4.1.1 Incentivos e barreiras**

Como forma de atuação a política brasileira pode fornecer ao mercado, formas de incentivos e barreiras. Os incentivos facilitam os negócios, enquanto as barreiras aumentam as dificuldades. O Brasil possui poucas informações claras a respeito de sua política de incentivos para o setor de serviço, exceto quando se aclara as linhas de financiamento, porém, pode-se elencar alguns fatores.

O Brasil é um país que possui riquezas em recursos naturais, favorecendo a comercialização de bens, porém o setor de serviços ainda é pouco conhecido e disseminado. A política governamental deve atuar como fomento dos setores com resultados negativos e

especialização dos positivos. O reconhecimento dos fatores que dificultam os resultados eficazes é essencial para definição de uma política adequada. Dalton e Oliveira (2015, p. 58) salientam que “nosso país é criativo, mas carente de educação e, provavelmente, por isso, apresenta números tão fracos em sua balança de serviços”.

Como uma das poucas formas de incentivo, o Brasil, segundo o Decreto nº 6480 de 11 de junho de 2008, promulga o Protocolo de Montevideo sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL, declarando que além de cumprir com o GATS, inicia tramitações de benefícios com o bloco econômico Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), favorecendo as negociações de serviços entre as partes e determinando quais dos mesmos seriam incentivados, sendo: a) Movimento de Pessoas Físicas Prestadoras de Serviços; b) Serviços Financeiros; c) Serviços de Transportes Terrestre e Aquático e d) Serviços de Transporte Aéreo. Estabelecendo uma tabela de como o Brasil atua na negociação e promoção dos mesmos e a evolução de cada uma das quatro negociações realizadas anteriormente (BRASIL, 2008).

Depois do decreto, a criação do SISCOSEV e das NBS trouxe avanços para o controle e incentivos ao Brasil. Para desenvolver o setor de comércio exterior de serviços, em 2013, segundo o MDIC (BRASIL, 2013b), o governo brasileiro lançou o Programa Especial de Exportações (PEE), com o objetivo de integrar os governos federal com os estaduais e promover a exportação conforme a necessidade de cada setor. Mário Mugnaini Jr.<sup>8</sup> afirma que serão resolvidos problemas “como as dificuldades de créditos e garantias, os impostos em cascata e os problemas de infraestrutura de transportes” (BRASIL, 2013b, texto digital). Além disso, o incentivo objetiva desenvolver o mercado interno e proporcionar mais empregos. O programa envolve o setor de serviços buscando oferecer maior visibilidade, visto que “têm assumido um papel importante como geradores de divisas e de empregos de elevada qualificação” o governo auxilia e cria mecanismos de estímulos em construção civil, prospecção de petróleo, advocacia, arquitetura e consultoria em engenharia.

O Guia Básico para Exportação de Serviços de 2014, emitido pela Receita Federal do Brasil com apoio do MDIC, destaca os dois tipos de fomento e benefícios para exportação de serviços: Incentivos Financeiros e Incentivos Fiscais.

Dentro dos incentivos financeiros, o Guia traz todos os benefícios de crédito que o exportador de serviços possui (Anexo II). Destaca-se dentro do incentivo de crédito que o

---

<sup>8</sup> Secretário executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), em 2013 (MDIC, 2013).

governo fornece os financiamentos à exportação, oferecendo ao vendedor a oportunidade de subsídio de operações de serviço como adiantamentos de contrato de câmbio sem tarifas, auxílio financeiro para produção do serviço, como investimentos em tecnologia, desenvolvimento, pesquisa e para pagamento das importações, além de fornecer garantias ao exportador em casos de instabilidade política ou econômica, fornecimento de taxas de juros equivalentes às internacionais. Cabe às empresas encontrar a fonte de subsídio que se enquadra com as necessidades, utilizando os incentivos disponibilizados na política governamental (BRASIL, 2014d, p. 28). Percebe-se que o governo fornece o incentivo e provavelmente há um critério para liberação do incentivo, de fato há recursos disponíveis para que empresas possam trabalhar com serviços com maior confiança e segurança.

Da mesma forma, pode-se destacar os incentivos fiscais (Anexo III) que a política brasileira de comércio exterior proporciona. Entre os incentivos, pode-se citar isenção de tributação de PIS/PASEP, COFINS, ISS (exceto realizados no Brasil) na exportação de serviços. Já tributos como IRPJ e CSLL incidem normalmente, conforme a tributação da empresa. A política atual conta com incentivo para manutenção em banco do exterior, das divisas recebidas, desde que respeite a burocracia estabelecida pelo BCB. Ainda há dois regimes especiais de tributação, uma delas incentivando a exportação de tecnologia de informação e a segunda com benefícios para aquisição de bens de capital por empresas exportadoras. Os incentivos mencionados representam as tributações atuais a qual o operador de comércio exterior de serviços está submetido, percebe-se que os incentivos não representam volume ou atratividade para fomentar o setor (BRASIL, 2014d, p. 28).

Os incentivos acima descritos auxiliam o exportador nas tramitações de exportação com o exterior. Rodrigues destaca que a operação inversa, a importação de serviços, não possui incentivo de Imposto Sobre Serviços (ISS) e sim, possui taxaço, aumentando ainda mais seu custo. O autor acrescenta que a alíquota de ISS é de 5% para importações de serviços. Neste caso, não há incentivos fiscais, como é o caso da exportação (RODRIGUES, 2011). Quanto a importação, a Confederação Nacional da Indústria - CNI (2013, p. 10) ressalta a “incidência de seis tributos – sendo o mais importante o IRRF – a sistemática de cálculo acarreta em carga tributária de ao menos 41,08% sobre o valor da operação. A depender da sistemática de cálculo, a carga atinge 51,26%”.

Para a importação de serviços, identifica-se seis distorções no cálculo. Entre essas distorções, cita-se a incidência de um imposto na base de cálculo de outros, a dupla tributação

e falta de controle da SRF, aplicação incorreta do CIDE-Remessas<sup>9</sup> na importação, indedutibilidade das despesas e limitação dessa dedutibilidade e não concessão de isenção do IOF-Câmbio. A maioria – exceto a primeira e a última – é aplicável à transferência de tecnologia, sendo uma atividade com dificuldades de tratamento, apresentadas pelas empresas e pelo governo, mas que podem ser sanadas com a devida orientação (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2013).

Essas barreiras (alta incidência de impostos de importação e as distorções de seus cálculos), identificadas pela CNI, são entraves para a importação de serviços de tecnologia. As referidas barreiras interferem a entrada de tecnologia externa e instigam as indústrias a comprar ou gerar tecnologia nacional. Uma política que tem por objetivo reduzir a quantidade de importações pode gerar resultados contraditórios, entre eles a falta de competitividade da indústria que necessita de dita tecnologia importada e em contrapartida, incentiva a criação de tecnologias nacionais para atender à demanda. No último fator, é necessário que o governo acompanhe esse processo e disponibilize os recursos necessários, como acesso ao investimento e capacidade técnica para o desenvolvimento de tecnologia, dito capital social, com acesso à educação e capacitação (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2013). Desta forma, a importação de serviços de tecnologia possui um entrave, imposto pela política governamental para proteger a indústria interna e incentivar a tecnologia nacional.

É possível identificar outra barreira comercial no quesito de expatriação dos funcionários para prestar serviços no exterior. A lei vigente atualmente (lei nº 7.064/1982 e de sua extensão promovida pela lei nº 11.962/2009) utiliza o princípio de territorialidade para processos burocráticos de contratação de funcionários no exterior, ou seja, caso a empresa queira utilizar seus próprios funcionários, terá que contratá-los no Brasil (conforme leis vigentes) e realizar uma contratação no exterior (conforme as leis do outro país). Para autorização prévia, o Ministério do Trabalho deve ser acionado e as divergências devem ser resolvidas em tribunais brasileiros. Outros fatores são processos rescisórios e fundo de garantia, que aumentam os custos e a burocracia realizada pela empresa. A contratação de funcionários do exterior é inevitável, para garantir a competitividade da empresa. Uma alteração nas leis trabalhistas para prestação de serviços no exterior é urgente e necessária para alavancar o setor

---

<sup>9</sup> A Lei 10.168/2000 veio instituir a contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE; esta devida pela pessoa jurídica detentora de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, bem como aquela signatária de contratos que impliquem transferência de tecnologia, firmados com residentes ou domiciliados no exterior (CONTÁBEIS, 2006).

de comércio exterior de serviços (LIMA, 2016).

As leis do trabalho são fundamentais para a prestação de serviços no exterior, por isso é necessária a mão de obra qualificada para prestá-la. Como exemplo, Lima (2106) utiliza operários da construção civil, que quando contratados no exterior não possuem a mesma capacitação, nem mesmo o conhecimento de clima organizacional da empresa. Além disso, a qualidade do serviço pode ser afetada, interferindo também em futuras operações e nas relações internacionais da empresa. Ademais, soma-se a isso o aumento de custos para levar os próprios funcionários ao exterior, inviabilizando os preços e reduzindo o volume das operações, por competitividade.

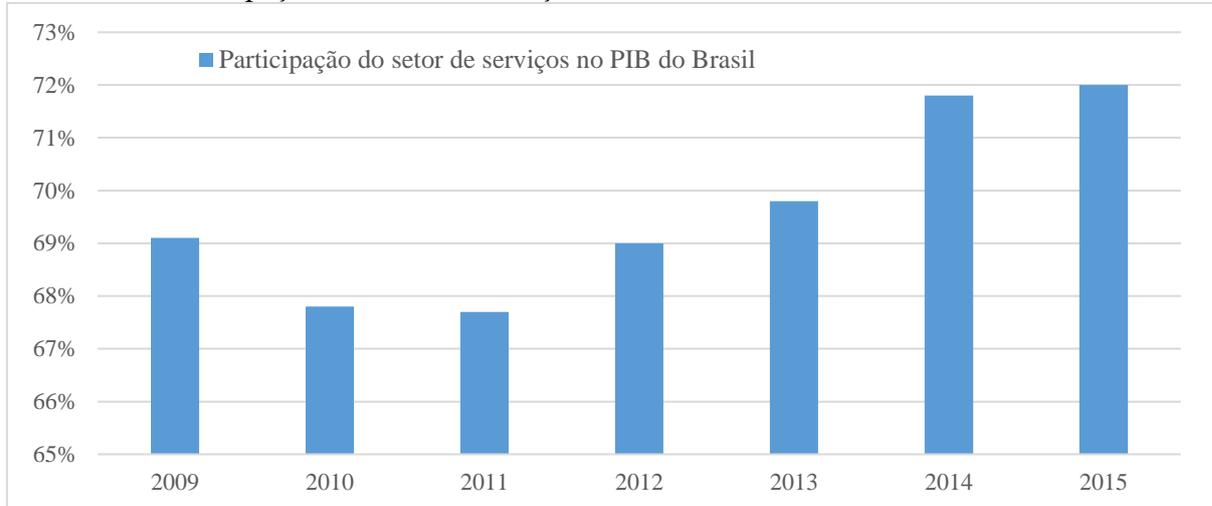
É necessária uma análise, por parte da empresa, de todos os benefícios e entraves sofridos ao internacionalizar sua empresa. Para isso, o governo precisa reavaliar sua política e disponibilizar a informação, de maneira mais centralizada e clara. Para desenvolver uma política adequada de Comércio Exterior de Serviços, é necessário conhecer o mercado interno de serviços e analisar seus fatores determinantes.

#### **4.1.2 O mercado interno**

Para compreender a importância do setor de serviços no mercado interno, apresenta-se sua influência no Produto Interno Bruto brasileiro e na geração de empregos. O setor interno é relevante pois possui capacitação e desenvolvimento, sendo impulsor ao mercado externo. Com o setor de serviços desenvolvido internamente, é possível desenvolver o setor de serviços no comércio exterior.

No ano de 2009, conforme Gráfico 2, o setor era responsável por 69,1% do PIB brasileiro, sofre queda e chega a 2015 com participação de 72%. O gráfico apresenta o declínio sofrido nos anos de 2010 e 2011, possivelmente devido aos impactos da crise mundial iniciada em 2008, e apresenta recuperação e crescimento a partir de 2011 (BRASIL, 2014c). Apesar da instabilidade, o setor foi responsável por 72% do valor do PIB de 2015, enquanto que a indústria e a agropecuária juntas contribuíram com 28%.

Gráfico 2 – Participação do setor de serviços no PIB do Brasil de 2009 a 2015



Fonte: Elaborado pela Autora com base em (BRASIL, 2014b); (BRASIL, 2016a).

Ainda, segundo o Panorama de Serviços de 2014, o setor de serviços também tem importância significativa para a geração de empregos. O setor apresentou uma participação entre 71% a 73% dos empregos entre 2009 a 2013 (BRASIL, 2014c), alcançando uma grande parcela da população economicamente ativa, geradora de renda e de consumo. Esse fator impacta significativamente o crescimento econômico.

A crescente participação do setor de serviços no PIB é uma característica que acompanha o desenvolvimento das economias nacionais. Pode-se considerar, ainda, que nos países desenvolvidos, o setor de serviços é o principal responsável pela geração de empregos e pelo crescimento econômico” (BRASIL, 2014c, p. 63).

É importante ressaltar o quanto o mercado interno, principalmente indústria, necessita de importação de serviços. Entre exemplos, é possível citar logística, financeiros, *royalties*, arrendamentos, entre outros, sendo que sua carga impositiva afeta diretamente na competitividade do setor interno e dificultando as operações com o exterior (CNI, 2013). Entre os fatores da dependência de importações de serviços, pode-se citar a falta de tecnologia e infraestrutura interna, sendo necessária a compra.

O setor interno conta com baixa qualidade na regulamentação das atividades, bem como nível de informalidade elevado. “Sobretudo, é preciso distinguir os serviços que estão passando por um processo de internacionalização daqueles que são apenas comercializáveis internamente para que a regulamentação seja adequada a novas situações” (MELO et al. 1997, p. 8). Desta forma, é possível que o governo trabalhe na regularização das atividades e também na definição das políticas de incentivo.

Para isso, o governo apresenta programas como o ‘Inovativa’, que fomentam o mercado interno, capacitando empresas para exportar, com o passar do tempo. Segundo o sítio Inovativa, o programa oferece oportunidade de capacitação nacional e internacional à projetos inovadores, com o objetivo de aceleração de larga escala e orientação para internacionalização (BRASIL, 2016e). A vantagem do programa é expandir internacionalmente, permitindo que cada vez mais empresas com capacitação trabalhem em comércio exterior e aumentem a qualidade das operações. A empresa capacitada internamente, estará apta para elevar a quantidade de suas operações e atuar no setor externo.

Os dados internos do setor de serviços possuem relevância na economia brasileira, principalmente por representar 72% do PIB. Deste modo, o serviço pode, da mesma forma gerar renda com a exportação, visto que importação é prejudicial pois reduz o valor do PIB e sua capacidade interna demonstra que é possível atuar com mais ênfase no comércio exterior, principalmente desenvolvendo as exportações. Assim, o governo precisa avaliar as estatísticas e fornecer a política mais adequada para fomentar as exportações e garantir que o mercado externo possua recursos necessários para desenvolver-se. Trata-se de uma política avaliativa e de orientação, que trabalha para que cada setor obtenha as vantagens necessárias, sem afetar a outra parte. O governo deve atuar como orientador.

#### **4.1.3 As estratégias governamentais**

Todas as ações governamentais para incentivar ou barrar qualquer tipo de operação do mercado, são consideradas estratégias. Com elas, o país pode atingir objetivos comerciais, acordos internacionais e desenvolver a atividade econômica de determinado setor. A estratégia, a nível de país, torna-se complicada devido à conexão e dependência que um setor possui com o outro. Essa conexão pode ser a nível de fornecimento de matéria prima, fomento, mão de obra e empregabilidade, entre outros. O governo deve trabalhar em equilíbrio quanto ao mercado interno e externo de agricultura, indústria e serviços, assim como no mercado financeiro.

Melo et al. (1997) reiteram que o governo deve atuar para atingir os objetivos, traçando um plano e metas para o bem-estar social. Para colocá-lo em prática, o setor de serviços dificulta o processo devido a sua heterogeneidade, ou seja, cada serviço possui características distintas

e necessitam tratamento especial. Além disso é destaca-se o quanto a definição de uma estratégia é importante, considerando-se temas como globalização, avanços tecnológicos e a terceira revolução industrial<sup>10</sup>, que levaram os serviços a um nível de negociações nunca antes visto e com tendência de crescimento.

Ademais, destaca-se a influência que o Estado exerce sobre a economia. Em um modelo liberal, o Estado seria responsável pelas relações internacionais e definições de leis e pouca influência social e no mercado, um Estado socialista, está incumbido de proporcionar à sociedade programas que garantam a igualdade, pode-se mencionar nesse quesito a educação e capacitação. Melo et al. (1997) afirmam que em um Estado socialista, a elevação dos preços de serviço tem se tornado um empecilho para garantia do bem-estar social, refletindo nos custos governamentais, educação e capacitação, elevação dos salários de serviços e aumento de custos para empresas, dificultando o processo de exportações. O ponto importante nesse quesito é a conciliação entre a capacitação e a produtividade econômica com o equilíbrio fiscal público.

Para uma análise mais aprofundada, é necessária a estruturação e inclinação política no período estudado. Considera-se que os índices do setor de serviços de 2005 a 2015 são baseados na política do Partido dos Trabalhadores (PT), desde a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2011) e, posteriormente com a presidente Dilma Rousseff (2011 a agosto de 2016). Em resumo, a política governamental tinha objetivo de reduzir a desigualdade com programas sociais, aumentar as relações exteriores com acordos, pagar parte da dívida externa e reduzir a inflação (PRESIDENTES DO BRASIL, 2016). Dentre os fatores, considera-se que o acesso à capacitação por parte dos programas sociais implantados teve influência para o avanço no setor interno de serviços.

Além dos programas sociais, o governo de 2003 a 2015 realizou outros investimentos. Entre eles, cita-se o investimento em infraestrutura, que trouxe o aumento da quantidade de investidores estrangeiros.

O Presidente Lula na esfera econômica soube aproveitar seu prestígio externo, o que resultou numa enorme quantidade de acordos bilaterais entre vários países traduzido

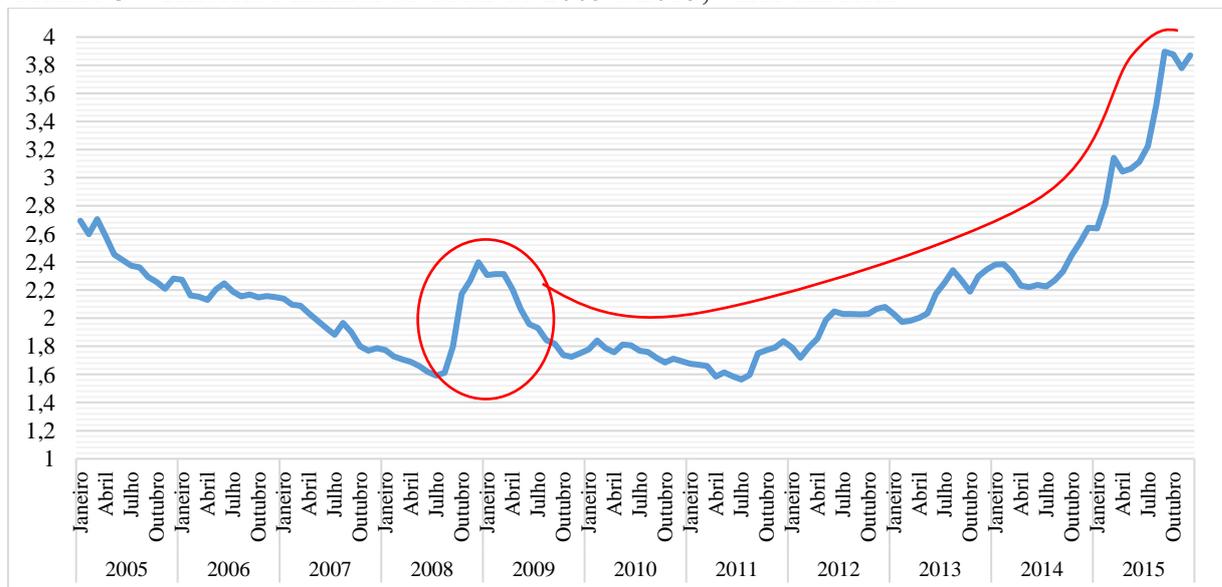
---

<sup>10</sup> Está ocorrendo na sociedade, um processo chamado e Terceira Revolução Industrial, que teve início na década de 1940, após o término da Segunda Guerra Mundial, e permanece em atividade até os dias de hoje. Este processo teve o comando dos Estados Unidos da América, que já é a grande potência econômica do mundo. Esta revolução apresenta como característica principal os avanços tecnológicos no sistema de produção industrial. Esta ação não está mudando apenas as tecnologias que regem o nosso cotidiano, mas sim os meios de produção, assim como o próprio espaço geográfico e as relações humanas. Esta Revolução que é um avanço Técnico-Científico e Informacional, está sendo o grande propulsor da globalização nos dias de hoje (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013, texto digital).

no aumento das exportações brasileiras. (...) no governo Dilma iniciou-se com uma forte valorização do real frente ao dólar, o que prejudicou o volume de exportações que o Brasil havia desenvolvido na era Lula, porém o superávit primário é alto (CRUZEIRO, 2016, texto digital).

A alteração cambial no período de 2005 a 2015 trouxe influências às negociações. Como visto no subcapítulo 2.3.2, conforme a cotação de câmbio, a valorização do Real serve para estimular as exportações, reduzindo as importações ou vice-versa. Com a valorização do Real frente ao dólar a partir de 2005 a 2011, exportava-se uma menor quantidade de produtos. Em contrapartida, as importações possuíam benefício. O período de descontrole da taxa de câmbio do dólar ocorreu após a crise de 2008 (Gráfico 3, no círculo vermelho) onde, em meados de setembro de 2008, o Real sofreu uma desvalorização considerável, estando a R\$1,61 em agosto de 2008 e chegando ao auge de R\$2,39 em dezembro do mesmo ano (ACS SERVIÇOS, 2016).

Gráfico 3 – Histórico mensal do dólar de 2005 a 2015, valor em Real



Fonte: Elaborado pela Autora com base em (ACS SERVIÇOS, 2016, texto digital).

A partir de 2009, ações governamentais tentaram reduzir a taxa do dólar. Com a desvalorização repentina do Real em comparação ao dólar, ocasionado pela bolha imobiliária dos Estados Unidos, no final de 2008, se fazia necessária uma medida estatal para controlar e estabilizar a moeda. O BCB começou a utilizar as divisas, “comprando e vendendo moeda estrangeira de forma ocasional e limitada, com o objetivo de conter movimentos desordenados da taxa de câmbio” (BRASIL, 2014e, texto digital). E o governo assumiu políticas para controlar a moeda, de 2009 a 2013, de modo que o Real se valorizou devido a oferta e demanda, mantendo um equilíbrio estável.

Porém a desvalorização do Real foi inevitável, o valor do dólar subiu consideravelmente

de 2013 a 2015. Conforme demonstra a linha vermelha no Gráfico 3.

A queda do real em 2015 é reflexo da delicada situação que atravessa o país, envolvido em um gigantesco escândalo de corrupção, com agudos problemas econômicos e uma crise política que travou a aprovação de parte das medidas do ajuste fiscal lançado pelo governo para endireitar as contas públicas (UOL ECONOMIA, 2015, texto digital).

O dólar inicia 2015 sendo cotado a R\$2,638 em janeiro e fecha o ano a R\$ 3,869 (ACS SERVIÇOS, 2016), o que passou a incentivar as exportações, contudo dificultando a realização de importações, as quais tornaram-se mais caras. A partir de 2011 até 2015, o alto valor do dólar, comparado ao Real, reduz a competitividade das importações, facilitando as operações de exportações devido a maior rentabilidade.

Em outras palavras, o câmbio possui influência direta nas operações de comércio exterior, alterando os resultados da balança e os ganhos dos operadores, ou seja, ele pode desestimular importações e estimular exportações, considerando que o valor das operações é influenciado. O fator câmbio realiza o estímulo e é responsável por expectativas e especulações do mercado, o que torna a atuação do governo importante para controle da economia do país.

Em 2015, a política brasileira sofria crises, afetando diretamente a economia. “O problema é que as crises política e econômica se retroalimentam e está ficando cada vez mais difícil vislumbrar uma solução fiscal e a volta do crescimento” (CALEIRO, 2015, texto digital). A balança comercial de serviços sofre impacto devido à variação cambial, nesse sentido, a valorização do dólar estimularia o aumento das exportações, podendo proporcionar um resultado positivo, em contrapartida, a instabilidade política e econômica brasileira gera insegurança nas operações devido à baixa confiança do Brasil no exterior, sendo esse um fator que reduz a quantidade de operações de exportação brasileira, por falta de compradores.

Em síntese, a estratégia apresentada pelo governo no período de 2005 a 2015, período de análise deste trabalho, foca em relações internacionais sólidas e políticas de desenvolvimento social. No final do período, as políticas foram destinadas a controlar a crise e contornar a situação econômica do país. Não houve ênfase em políticas que incentivem o comércio exterior de serviços, sendo encontrados, apenas aprimoramentos no controle de registros existentes.

Assim, é fundamental definir uma política de comércio exterior de serviços que respeite as questões na pauta do GATS, “nos aspectos relativos a competitividade, atualização tecnológica, relação câmbio/salário e participação nas redes internacionais”. E, além disso,

alavancar o setor interno com investimentos, novas tecnologias, apoio à micro e pequenas empresas e aprimorar “as regulamentações quanto à mobilidade da mão-de-obra poderão elevar internacionalmente a comercialização destes serviços” (MELO et al. 1997, p. 9 e 10).

Uma boa estratégia para alavancar o comércio exterior de serviços deve conter “políticas de treinamento para os trabalhadores com pouca qualificação. O setor serviços precisa gerar mais empregos, mas estes devem ser de boa qualidade, para que se promova um efetivo combate à pobreza e à desigualdade no país”. Além disso o Estado deve proporcionar às empresas o acesso a tecnologias e inovações, que aumentam a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor (MELO et al., 1997, p. 12). Pereira (2002) também realça o quanto os incentivos à educação, infraestrutura e para pequenas empresas são importantes para uma política de promoção dos serviços, acrescenta que cada serviço deve possuir uma estratégia distinta, considerando todas as divergências e que os financiamentos são importantes para fomentá-los.

Brito, Pereira e Baptista (2015) defendem que o Brasil pode dar o primeiro passo para desenvolver o comércio exterior de serviços, no setor de turismo. Considera-se que o país possui características propícias para fomentar o setor, como clima tropical, grande extensão litorânea e biomas como o Pantanal e a Amazônia, porém não o incentiva. Com a política correta, complementa Pereira (2014), o governo deveria investir em portos e aeroportos, incentivar o turismo e os setores alimentícios, hoteleiros e de viagens seriam desenvolvidos, trazendo superávit nesta rubrica.

Os serviços tornaram-se centrais no novo paradigma do comércio internacional, sendo pauta fundamental nas negociações internacionais em curso. Os serviços estão localizados no centro do debate sobre competitividade e inovação. Trata-se de insumos cada vez mais determinantes para acelerar o crescimento econômico e a produtividade de toda a economia, pois são indispensáveis para melhorar a intermediação financeira, a infraestrutura, a logística, o acesso e o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), a educação, a competitividade do setor de bens e manufaturas e a própria qualidade das políticas públicas (BRASIL, 2016<sup>a</sup>, p. 6).

A fonte da citação acima é o próprio governo brasileiro. Ou seja, há ciência da importância dos serviços, porém outros fatores – talvez mais urgentes – ou a própria heterogeneidade dos serviços dificulta o estabelecimento de uma estratégia governamental para desenvolver e aprimorar o setor.

Como forma de incentivo ao turismo e alavancagem de serviços internos o governo, durante o período de 2005 a 2015, realizou a Copa do Mundo em 2014. Com investimentos em

infraestrutura e serviços que o Brasil necessitava, dentre eles, cita-se projetos de mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações, infraestrutura turística. Ainda, o Brasil contou com aumento significativo de turistas e aumentando a visibilidade do país em projeções internacionais (BRASIL, 2015j).

Faz-se necessária uma análise estatística da Balança Comercial para relacionar com as ações governamentais. Desta forma, é possível comparar os resultados com as políticas aplicadas e planificar uma estratégia para desenvolvimento do setor de serviços.

#### **4.2 Balança comercial brasileira**

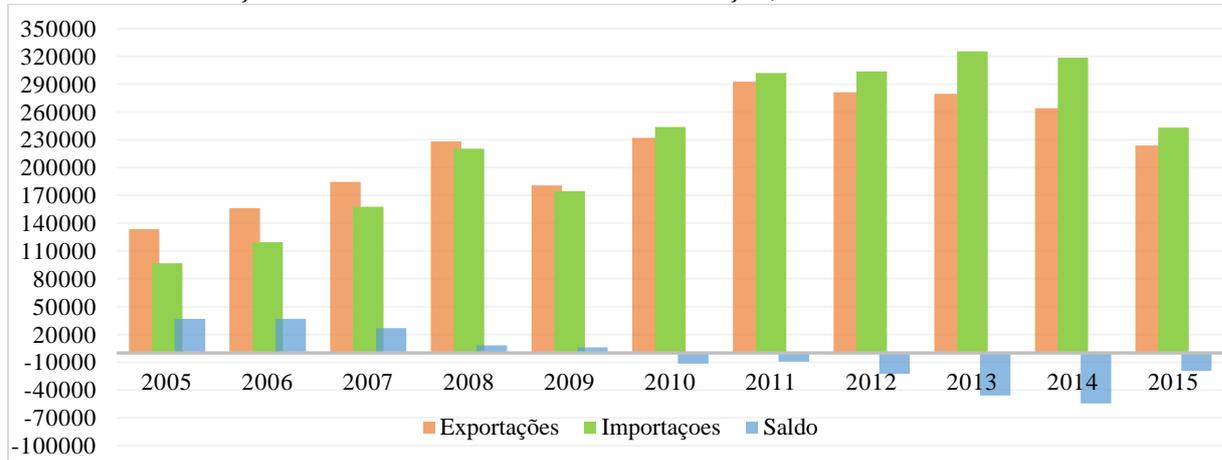
Este subcapítulo tem por objetivo apresentar o contexto brasileiro nas operações de comércio exterior. Apresenta-se estatísticas informativas de bens e serviços e a participação de cada setor no total das operações. Assim como, compara-se o volume brasileiro ao mundial para compreender a atuação do país no setor de comércio exterior de serviços.

A balança comercial de bens e de serviços era superavitária de 2005 até 2009. Significa que, nesse período, o Brasil exportava mais do que o valor de suas importações e gerando reservas de divisas monetárias. O melhor resultado ocorreu em 2005, quando o saldo da balança comercial de bens e serviços foi de USD 36,8 bilhões (UNCTAD, 2016). Em 2010, a balança comercial registrou seu primeiro déficit do período. Conforme Gráfico 4, nos anos seguintes, o Brasil teve aumento significativo do déficit, de -11,6 bilhões de dólares em 2010 e chegando a -54,6 bilhões de dólares em 2014. Sua recuperação, em 2015, foi significativa, visto que o saldo negativo se reduziu a -19,3 bilhões de dólares (BRASIL, 2016c).

Entre os fatores do déficit de 2010, não se pode considerar a crise financeira. Martello (2010, texto digital) acrescenta que “a crise financeira internacional não foi a responsável direta pela queda do saldo comercial”, como justificativa apresenta-se a o crescimento interno como fator que influenciou os resultados negativos da balança comercial. Com a crise mundial em 2008 e desvalorização do real em comparação ao dólar, houve queda nas importações, gerando saldos positivos em 2008 e 2009, já as exportações sofriam impacto pela queda no poder de compra de países afetados pela crise de 2008. Porém em 2010, enquanto o Brasil ainda não sofria impactos da crise de 2008, a valorização do Real proporciona a retomada operações de

importação e investimentos das empresas (compra de máquinas e equipamentos), ainda, as compras de bens de consumo da população elevaram-se. Em contrapartida, as exportações não obtiveram um crescimento na mesma intensidade, gerando, assim, o déficit de 2010.

Gráfico 4 – Balança comercial brasileira de bens e serviços, em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pela Autora baseado em (UNCTAD, 2015, texto digital); (BRASIL, 2016c, texto digital).

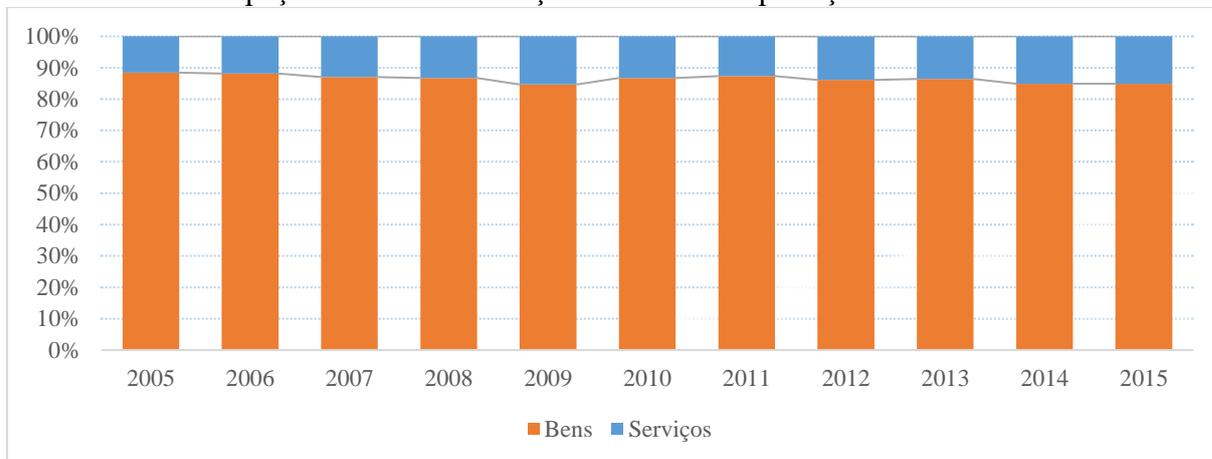
Considera-se negativo o fato da balança comercial brasileira seguir deficitária de 2010 até 2015. A baixa no volume, em dólares, das operações foi um fator determinante no ano de 2015, visto que as operações de importação reduziram 23% de 2014 a 2015, enquanto as exportações sofreram queda de 15%, no mesmo período. O saldo da balança cresceu 64,6% se comparada a 2014 e considera-se um fator positivo pois reduz o déficit, mesmo permanecendo a níveis negativos em USD -19,3 bilhões. Entre as justificativas, pode-se citar a desvalorização do Real em 2015, dificultando as importações, enquanto as exportações, de acordo com Cintra (2016) sofriam com a queda no preço das *commodities*.

#### 4.2.1 Influencia dos serviços na balança

A balança comercial é formada pela soma das operações de bens e das operações de serviços, assim, é possível determinar o montante de cada uma. Por exemplo, as exportações de serviços possuem uma média de 13,5% de participação no total de exportações da balança comercial de bens e serviços, conforme Gráfico 5, em azul. Desde 2005, quando participava com 11,5%, até 2015, com 15%, o serviço teve crescimento de 30% (UNCTAD, 2015). Sua participação teve o maior índice no ano de 2009, considerando o período analisado, sendo de 15,35%, enquanto os bens ocupavam 84,65% das exportações brasileiras. Em média, os bens

ocuparam 86,5% das exportações da balança comercial brasileira no período de 2005 a 2015, como pode ser visualizado no Gráfico 5, em laranja.

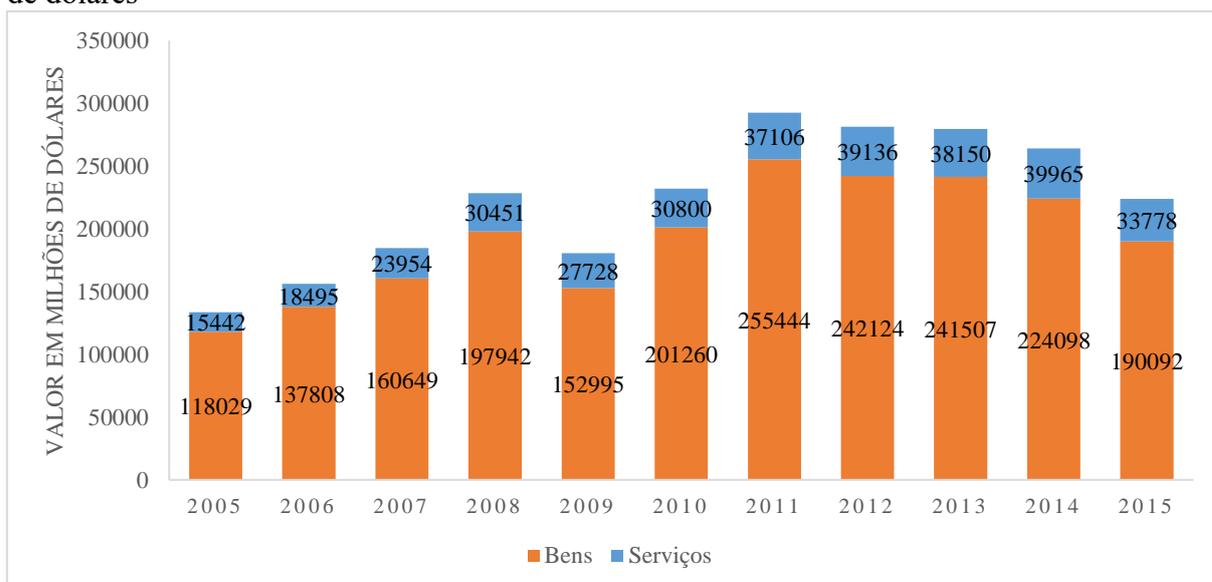
Gráfico 5 – Participação dos bens e serviços no total de exportações de 2005 a 2015



Fonte: Elaborado pela Autora com base em (UNCTAD, 2015, texto digital); (BRASIL, 2016c, texto digital).

O Gráfico 6 demonstra a quantidade, em milhões de dólares, a participação das exportações de serviços nos últimos 11 anos, de 2005 a 2015. Nos anos de 2011 a 2014, o volume de exportações de serviços alcançou um patamar mais considerável na balança e, em 2014 e 2015, o setor foi responsável de mais de mais de 15% das operações (UNCTAD, 2015). Percebe-se que o serviço não possui influência nos resultados com o mesmo patamar que ocupa no mercado interno, apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 6 – Participação dos bens e serviços no total de exportações de 2005 a 2015, em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pela Autora com base em (UNCTAD, 2015, texto digital); (BRASIL, 2016c, texto digital).

As exportações de bens apresentaram redução de 7,0%, em contraste com as exportações de serviços, que cresceram 6,3%, totalizando US\$ 39,8 bilhões em 2014.

Entre 2010 e 2014, as exportações de serviços avançaram 32,4%, expandindo de 13% para 15% a participação dos serviços na composição das exportações brasileiras (BRASIL, 2014c, p. 17).

As exportações de bens são significativamente mais volumosas que o setor de serviços, mesmo que o último possua uma margem de valor agregado maior, não é o suficiente para impactar nos resultados do país. Pode-se atribuir esse fato ao potencial brasileiro na exportação de *commodities* somados aos parques industriais e ao desenvolvimento da manufatura presente no comércio exterior brasileiro, que representa valores significativos na balança comercial (BRASIL, 2014c).

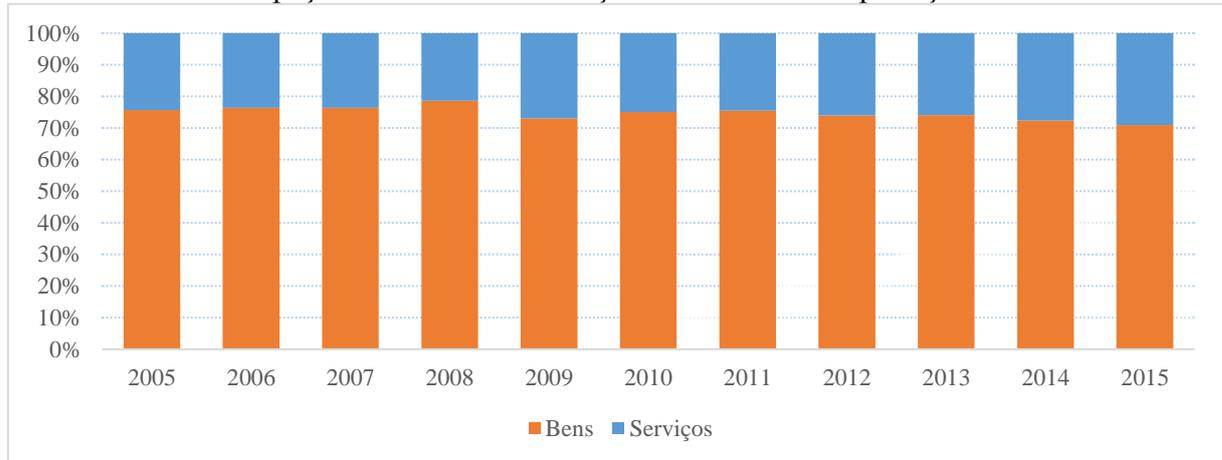
Referindo-se às importações, a participação do setor de serviços é maior quando comparado às exportações. A média dos 11 anos (de 2005 a 2015) analisados é de 25,2%, tendo seu auge em 2015, com 29% do total das importações do período, conforme Gráfico 7. A evolução não teve tanto crescimento quanto às exportações, ficando em 19,7% de 2005 a 2015 (UNCTAD, 2015). Assim, as importações possuem maior participação na balança comercial de bens e serviços, enquanto as exportações apresentam maior nível de crescimento.

Em 2014, as importações de bens e serviços tiveram redução de 2,1% em comparação ao ano anterior, atingindo o valor de US\$ 316,1 bilhões; as importações de bens diminuíram 4,5%. Em contraposição, as importações de serviços avançaram 4,6%, alcançando a cifra de US\$ 87,0 bilhões em 2014. No período entre 2010 e 2014, as importações de serviços apresentaram crescimento de 46,2%, elevando a sua participação na composição das importações brasileiras de 24,7% para 27,5% (BRASIL, 2014c, p. 17).

O crescimento nas importações de serviços, se comparada a dos bens, pode ser justificado pela alta demanda de tecnologia exterior, com aluguel de máquinas e equipamentos e aumento das viagens internacionais, com a ascensão da classe média durante o período (BRASIL, 2013a). Além de fatos que Martello (2013) apresenta, destacando a recuperação do mercado após a crise financeira internacional como um fator que propicia importações.

O ano de 2015 trouxe uma representativa queda no volume total de importações da balança comercial brasileira, caindo em 23% do valor total importado em 2014. A alta valorização do dólar teve impacto na quantidade importada, ou seja, comprou-se menor quantidade a um preço mais caro. O setor de bens teve uma queda de 25% do valor das importações, enquanto os serviços caíram 20%. No Gráfico 8, é possível comparar a participação, em milhões de dólares, mais ativa das importações de serviços no total de importações de cada ano.

Gráfico 7 – Participação dos bens e serviços no total de importações de 2005 a 2015



Fonte: Elaborado pela Autora com base em (UNCTAD, 2015, texto digital); (BRASIL, 2016c, texto digital).

Observa-se o volume das operações e destaca-se dois períodos de instabilidade das importações, o ano de 2009 e o ano de 2015. Nos demais anos do período analisado, as importações apresentam índices de crescimento. O ano de 2009 passa por uma recessão devido à crise financeira e repentina desvalorização do Real, e uma recuperação no ano de 2010. O ano de 2015 apresenta sinais de crise política interna e valorização do dólar, dificultando a importação.

Gráfico 8 – Participação dos bens e serviços no total de importações de 2005 a 2015, em milhões de dólares

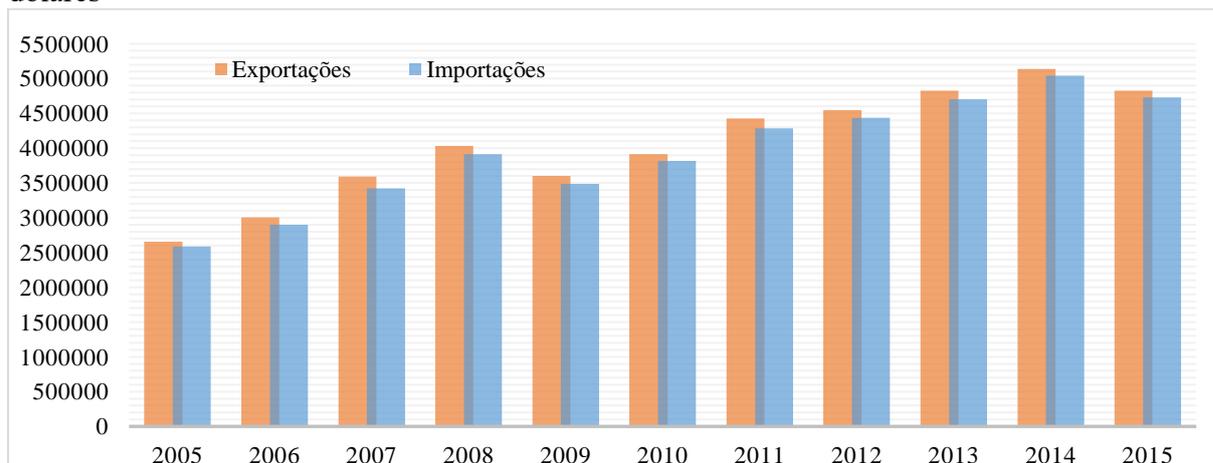


Fonte: Elaborado pela Autora com base em (UNCTAD, 2015, texto digital); (BRASIL, 2016c, texto digital).

Quando comparados aos anos anteriores, percebe-se que 2015 sofreu queda nos valores, tanto bens, quanto os serviços. Os importados sofreram com o aumento do dólar, enquanto a queda de exportações pode ter suas raízes na crise interna brasileira ou na queda internacional no preço dos *commodities*. Por isso, compara-se a atuação brasileira nas operações de serviços mundiais.

Considerando-se as operações mundiais de comércio exterior de serviços, os valores de exportação e importação são praticamente os mesmos, sendo que enquanto um país exporta o outro importa e a contabilização mundial deve ser equilibrada. Por esse motivo, o Gráfico 9 apresenta os valores semelhantes, sendo que as diferenças podem ser consideradas erros e omissões.

Gráfico 9 – Total de operações mundiais em comércio exterior de serviços, em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pela Autora com base em (UNCTAD, 2015, texto digital).

Em análise generalizada, percebe-se um crescimento gradativo de 2005 a 2008, com aumento de 52%. Em 2009, a queda das operações de serviços tem explicação mais provável na crise de 2008, da bolha imobiliária, representando uma queda de 11% se comparada a 2008. Em mais um período de crescimento, as operações de serviços bateram a marca de 5,13 bilhões de dólares em 2014, apresentando crescimento de 42% se comparado à 2009 e a 93,5% se comparada à 2005. Ou seja, em 10 anos o mundo quase duplicou o volume das suas operações de serviços. O ano de 2015 apresentou queda de 6% se comparado à 2014 (UNCTAD, 2015). Assim como no Brasil, a balança de serviços mundial apresentou retrocessos no último ano.

Os principais motivos são contração da demanda puxada pela desaceleração da China, queda nos preços das principais *commodities*, elevada volatilidade dos mercados financeiros, desvalorização das moedas, fuga de capitais desde a sinalização de alta da taxa de juros básica nos Estados Unidos, contração do crédito. Esse conjunto de fatores arrasta parte significativa dos países em desenvolvimento para um período de recessão ou de baixo dinamismo econômico (CINTRA, 2016, texto digital).

O desempenho brasileiro comparado ao volume total mundial pode ser analisado na Tabela 1, que apresenta o volume total de operações mundiais (de importação e exportação), comparado às operações brasileiras em volume comercializado (milhões de dólares) e a participação do Brasil no comércio mundial (%).

Percebe-se que as exportações brasileiras de serviços representam, em média, a 0,74% do total mundial. Sua participação em 2005 era de 0,58%, subindo 0,11% e atingindo o patamar de 0,70% em 2015. O auge das exportações ocorreu em 2012, com participação de 0,81% do total mundial. Já as importações possuem maior participação nas operações globais, atuam com uma média de 1,42% do total mundial no período de 2005 a 2015. O crescimento da participação foi constante de 2005 a 2013, saindo de 0,98% a 1,79% (aumentando 88%), porém em 2014 seu resultado não foi tão eficiente e caindo 0,3% de 2013 até 2015 (UNCTAD, 2015,). Considerando que o Brasil figura entre as 10 principais economias mundiais, observa-se que no comércio internacional a participação ainda é reduzida, de modo que o governo brasileiro deveria desenvolver mais o setor comércio exterior para buscar crescimento econômico.

Tabela 1 – Quadro de operações de serviços mundiais comparadas às exportações e importações de serviços brasileiras, de 2005 a 2015, em milhões de dólares e participação brasileira no comércio mundial

EXPORTAÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	2.655.860	3.005.110	3.591.150	4.033.300	3.601.250	3.913.490	4.427.400	4.546.670	4.824.830	5.139.260	4.826.030
Brasil	15.442	18.495	23.954	30.451	27.728	30.800	37.106	39.136	38.150	39.965	33.778
Participação (%)	0,581%	0,615%	0,667%	0,755%	0,770%	0,787%	0,838%	0,861%	0,791%	0,778%	0,700%

IMPORTAÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	2.586.181	2.899.486	3.421.748	3.911.575	3.486.300	3.817.096	4.285.786	4.437.298	4.701.100	5.044.209	4.729.463
Brasil	23.471	28.149	37.173	47.140	46.974	60.828	74.149	78.984	84.383	88.072	70.756
Participação (%)	0,908%	0,971%	1,086%	1,205%	1,347%	1,594%	1,730%	1,780%	1,795%	1,746%	1,496%

Fonte: Elaborado pela Autora com base em (UNCTAD, 2015, texto digital).

As comparações da balança comercial brasileira, entre serviços e bens, e as operações mundiais de serviços, apresentaram crescimento nas operações no período analisado, com desestabilização em 2008 e 2009, possivelmente devido à crise gerada pela bolha imobiliária, e retrocesso em 2015. O ano de 2015 não possui uma crise específica, possui problemas internos e externos, políticos e econômicos que interferem nos resultados das operações dos mercados.

### 4.3 Comércio exterior de serviços

As operações de Comércio Exterior de Serviços apresentam um problema estatístico relacionado ao registro e controle dos dados. O governo brasileiro, atualmente, possui um relatório chamado ‘Panorama de Comércio Exterior de Serviços’, emitido anualmente e

contendo informações estatísticas, de crescimento e das principais operações (considerando produtos e países), desde 2012. O relatório de 2015 é considerado o mais completo em suas informações, enquanto o de 2013 está carente de dados e análises.

As versões anteriores do Panorama utilizavam dados desagregados fornecidos pelo BACEN, advindos da conta de serviços do Balanço de Pagamentos (BP), além de uma visão de receitas e despesas dos setores econômicos atuantes no comércio exterior de serviços, classificados segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do IBGE (BRASIL, 2014c, p.6).

No entanto, existe a dificuldade de registrar os dados de serviços e confiar no seu fluxo de comércio. O controle é frágil e não é homogêneo, dificultando comparações internacionais e análises de evoluções anuais (LÓPEZ; NIEMBRO; RAMOS, 2011). O que dificulta sua mensuração, além disso, muitos serviços estão embutidos nos preços dos produtos, desta forma, o trabalho para possuir dados estatísticos é minucioso e deve ser trabalhado com cautela pelo governo.

A seguir, faz-se uma análise dos dados, em volumes monetários, das operações brasileiras. Destacando os países com os quais o Brasil mais opera e principais produtos comercializados, para compreender melhor a formulação das contas de importação, exportação e seu saldo.

#### 4.3.1 Balança comercial de serviços

A balança comercial de serviços possui um histórico saldo negativo. Durante a década de 90, o Brasil destaca-se nas exportações no quesito “outros serviços”, como negócios, arquitetura e engenharia, excluindo fretes e turismo. Teve desaceleração em 2000 e recuperou seu ritmo de 2004 a 2008. Contudo, ainda exportava menos que suas importações, apresentando déficit na balança de serviços (PEREIRA; SENNES; MULDER, 2011).

Tabela 2 – Histórico da balança comercial de serviços de 1995 a 2004

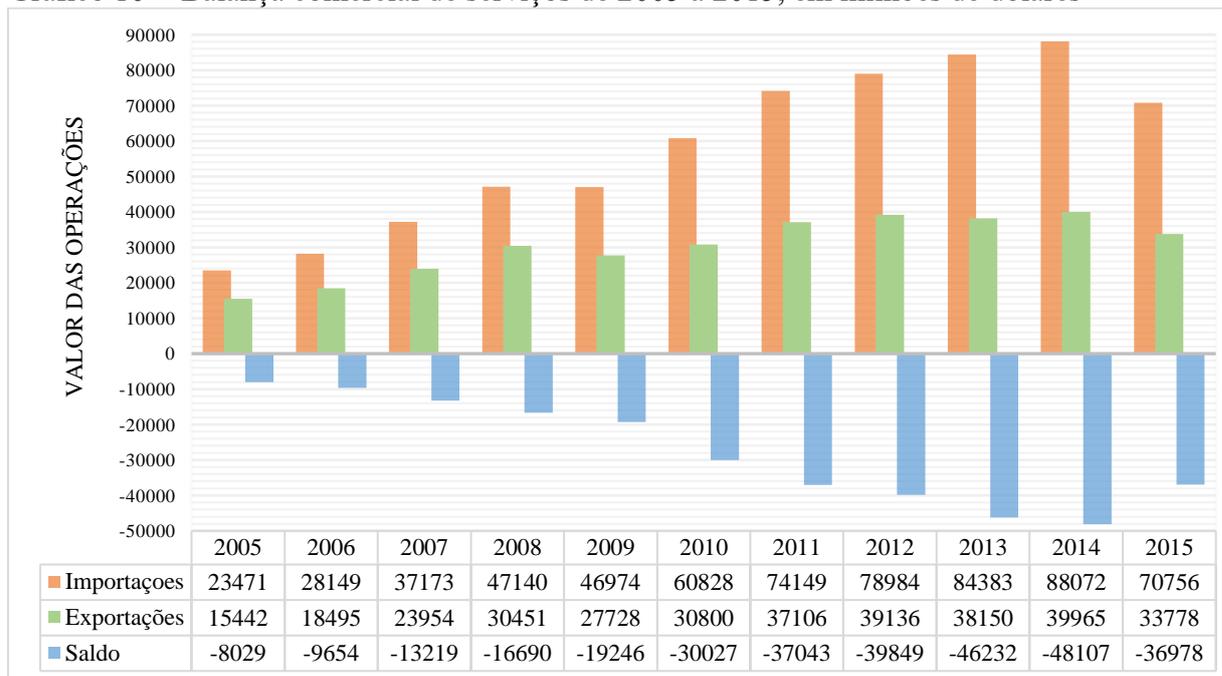
<b>SERVIÇOS</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Exportação	4.588	4.628	6.428	7.426	6.466	8.767	8.799	9.065	9.973	12.087
Importação	11.605	12.907	16.550	17.203	13.429	15.978	16.385	13.883	14.693	16.408
<b>Saldo</b>	<b>-7.017</b>	<b>-8.279</b>	<b>-10.121</b>	<b>-9.777</b>	<b>-6.962</b>	<b>-7.211</b>	<b>-7.586</b>	<b>-4.818</b>	<b>-4.720</b>	<b>-4.321</b>

Fonte: Elaborado pela Autora com base em (BRASIL, 2016c, texto digital).

O histórico brasileiro das operações de serviço demonstra os resultados obtidos pelas ações governamentais. A Tabela 2, acima, apresenta o valor das operações de comércio exterior de serviços do período de 1995 a 2004, ou seja, anterior ao período de enfoque deste trabalho. Os autores Pereira, Sennes e Mulder (2011, p. 38) reiteram que déficit no período de 1994 a 1998 é simultâneo a apreciação real da moeda na taxa real de câmbio, sendo essa a explicação da tendência deficitária. Ou seja, quanto mais valorizava o real, maior era o déficit. Em 1999, a desvalorização proporcionou melhores resultados à balança comercial de serviços. Os anos de 2000 e 2001 tiveram resultados equilibrados, porém em 2002 a 2004, o saldo apresentou seu melhor resultado no período.

O período histórico possui fins informativos, visto que a análise é baseada de 2005 a 2015. O Gráfico 10 apresenta os dados da balança comercial de serviços em volume de importações, exportações e respectivo saldo. É possível identificar uma linha de crescimento no volume, em dólar, das operações, com ênfase maior nas importações, que aumentaram significativamente. Em seu valor de importações mais alto, 2014, houve um crescimento de 276% se comparado a 2005. Já as exportações não cresceram na mesma proporção, ficando em 147%, no mesmo período. A diferença entre o crescimento da exportação se comparado à importação é claramente visualizável no saldo da balança, que a cada ano torna-se mais negativo, atingindo a marca de -48,1 bilhões de dólares em 2014.

Gráfico 10 - Balança comercial de serviços de 2005 a 2015, em milhões de dólares



Fonte: Elaborado pela Autora com base em (UNCTAD, 2015, texto digital).

A Balança Comercial de Serviços segue a mesma tendência que a Balança Mundial e a de Bens e Serviços. Considera-se que as três formas de análise apresentam crescimento de 2005 a 2008, com instabilidade no ano de 2009 (reflexo da crise da bolha imobiliária americana), retorno do crescimento em 2010 a 2014, sendo 2014 o ano com maiores resultados em volume das operações e no caso do Brasil, o maior déficit do período.

Já o ano de 2015 apresenta uma peculiaridade de redução das operações. A UNCTAD (2016) acrescenta que a queda nos valores operacionais de serviços pode ser atribuída a depreciação de moedas de principais potências comerciais na comparação com o dólar, como exemplo, cita a União Europeia: cujas exportações, em dólares, caíram -10%, contudo se considerado em termos de Euros, apresentaram um crescimento de 8%. Considerando o fator do dólar, percebe-se no Gráfico 6 (Histórico mensal do dólar de 2005 a 2015) que o dólar atingiu a marca de R\$ 3,89 em 2015. Esse processo reduz o valor das operações em dólar, gerando resultados menores que o ano anterior pois o valor comercializado em reais é o mesmo, enquanto o real deprecia, o valor da operação em dólar, é mais barato. No ano de 2015, as importações de serviços tiveram um retrocesso de -19,6%, enquanto as exportações retrocederam -15,4% em seu volume monetário de operações em dólar. Como outras razões para a queda no volume das operações, salienta-se a crise política interna brasileira e a contração da demanda, a queda nos preços de *commodities*, a volatilidade dos mercados financeiros, fuga de capitais, entre outros citados por Cintra (2016), anteriormente.

Analisa-se os saldos da Balança Comercial de Bens e Serviços (Gráfico 4) e constata-se que os serviços são responsáveis por déficits do período. Como exemplos, nos anos de 2010 a 2013, os bens apresentavam saldos positivos, assim como 2015, enquanto os serviços eram deficitários. O respectivo saldo da Balança Comercial era negativo também, impulsionado pelos serviços, cujo superávit dos bens não é suficiente para compensar seu déficit. No ano de 2014, o déficit total foi de -54,6 bilhões de dólares, destes, -48,1 são dos serviços. No ano de 2015, o resultado da Balança Comercial de Bens e Serviços é -19,3 bilhões de dólares, os serviços assumem -36,9 bilhões de dólares de déficit, sendo que os bens possuem superávit de 17,6 bilhões de dólares. O resultado de 2015 é alarmante pois assume que os serviços estão dependentes dos bens, que são responsáveis pela geração de divisas utilizadas para saldar o déficit de serviços.

Os resultados da Balança Comercial são importantes, porém é necessário compreender quais fatores chegam até esse nível de operações. A seguir, analisa-se as estatísticas e suas

características como parceiros comerciais e principais produtos, para compreender a formulação desses valores.

#### 4.3.2 Os parceiros comerciais brasileiros

As operações brasileiras de serviços contam com um parceiro principal: Estados Unidos. Destaca-se a participação crescente dos Países Baixos, do qual intensifica-se anualmente as importações. Outro fator importante é a unificação da União Europeia, que se considerado um mercado único, possui grande representatividade nas operações.

Na Tabela 3, é possível acompanhar a atuação dos 6 principais parceiros comerciais brasileiros na Exportação de Serviços durante o período do SISCOSEV. Antes da implantação do sistema de controle, não foi possível obter os dados concretos dos parceiros comerciais. Nesse quesito é visível a disparidade que os EUA apresentam comparados aos demais países. O país recebeu 32,5% das nossas exportações em 2015. Os principais serviços exportados para eles foram serviços profissionais e técnicos, gerenciais e de consultoria e auxiliares financeiros. Em segundo lugar, estão os Países Baixos, com 9,4% de participação em 2015. Os outros 4 países alternam suas posições, apesar das estatísticas serem semelhantes, sendo Reino Unido (3º lugar em 2012), Alemanha (3º lugar em 2013 e 2015) e Suíça (3º lugar em 2014), tendo seus resultados destacados como terceira colocação em cada ano na tabela e disputam a terceira colocação durante os 4 anos estudados, a França segue sempre em sexto lugar.

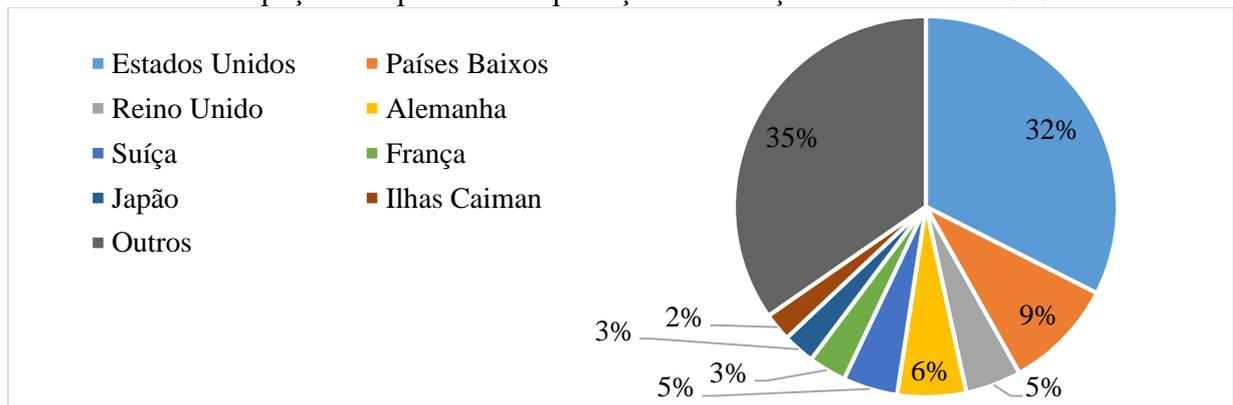
Tabela 3 – Principais países importadores dos serviços brasileiros de 2012 a 2015 e sua participação (%) no total das exportações

PAÍS	2012	2013	2014	2015
Estados Unidos	48,2	36,01	29,4	32,5
Países Baixos	5,1	7,18	8,3	9,4
Reino Unido	<b>4,5</b>	5,06	4,6	4,7
Alemanha	4,3	<b>5,54</b>	5,9	<b>5,8</b>
Suíça	3,9	4,89	<b>6,1</b>	4,6
França	3,1	2,79	3,1	3,2

Fonte: Elaborado pela Autora com base em (BRASIL, 2013a); (BRASIL, 2014a); (BRASIL, 2014b); (BRASIL, 2016a), grifo nosso.

É possível avaliar a participação dos principais países de 2015 (Gráfico 11), sendo a maior conta, a soma total de outros países, que, mesmo com pouca participação, somam o percentual de 35% sobre o total de exportações do período. O grande percentual de outros países pode representar a dinâmica que o Brasil opera em suas exportações, oferecendo seus serviços a países menos desenvolvidos também, porém é inevitável a participação dos países desenvolvidos.

Gráfico 11 – Participação dos países na exportação de serviços brasileira de 2015



Fonte: Elaborado pela Autora com base em (BRASIL, 2013a); (BRASIL, 2014a); (BRASIL, 2014b); (BRASIL, 2016a).

Em 2015, os principais mercados de destino das exportações brasileiras de serviços e intangíveis foram Estados Unidos (US\$ 6,16 bilhões), Países Baixos (US\$ 1,78 bilhão), Alemanha (US\$ 1,09 bilhão), Reino Unido (US\$ 899 milhões) e Suíça (US\$ 876 milhões). Os cinco principais mercados de exportação do Brasil representaram 57% de todas as exportações de serviços registradas no SISCOSERV durante o ano. Para se ter uma visão de bloco a União Europeia adquiriu US\$ 6,30 bilhões em serviços e intangíveis do Brasil em 2015 (vista como um bloco, a UE passaria a ser o principal mercado de destino das exportações brasileiras de serviços); os demais países do Mercosul, US\$ 843 milhões; e os demais do BRICS, US\$ 411 milhões (BRASIL, 2016b, p. 2).

Da mesma forma que as exportações, os principais parceiros que vendem produtos ao Brasil também possuem dados consolidados a partir de 2012, com a implantação do SISCOSERV. Antes deste período, não há relatórios que apresentem informações estatísticas quanto aos parceiros comerciais.

As operações de importação possuem um diferencial na participação dos países. A Tabela 4 demonstra o percentual que cada país nas importações brasileiras. Mais uma vez a primeira colocação com os Estados Unidos que possuía 36,3% em 2013 e decaiu para 28,6% em 2015. Porém o destaque é dado aos Países Baixos, que apresentam a segunda colocação com participação muito próxima aos EUA, em 2012 apresentava participação de 23,1% do mercado brasileiro e alcançou 26,1% em 2015. Diferentemente das exportações, a Noruega aparece na lista de principais países vendedores de importações do Brasil, ocupando o lugar da

Suíça.

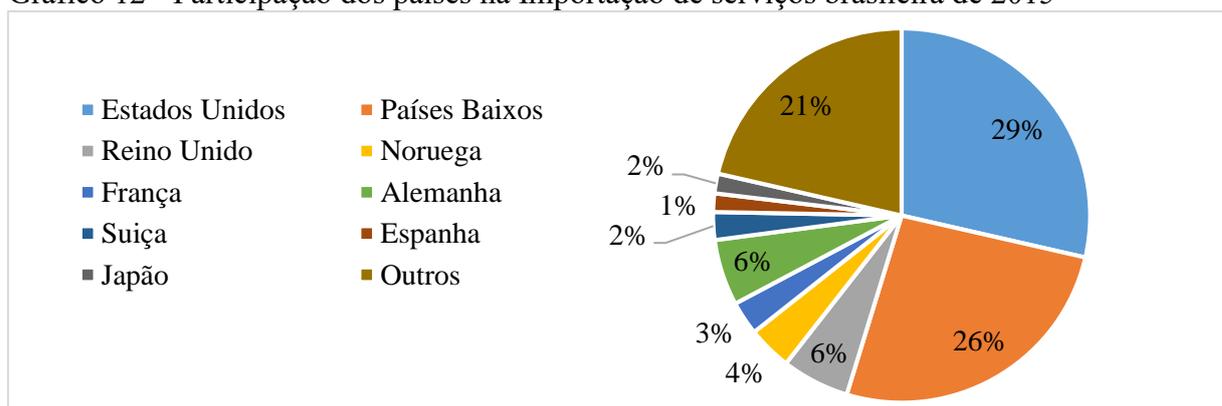
Tabela 4 - Principais países exportadores de serviços para os brasileiros de 2012 a 2014 e sua participação (%) no total das importações

PAÍS	2012	2013	2014	2015
Estados Unidos	31,4	36,3	27,2	28,6
Países Baixos	23,1	25,26	24,9	26,1
Reino Unido	<b>6,6</b>	6,79	4,7	<b>5,8</b>
Noruega	4,5	4,02	3,8	3,8
França	3,5	5,37	3,1	2,9
Alemanha	3,4	<b>7,12</b>	<b>5,1</b>	5,7

Fonte: Elaborado pela Autora com base em (BRASIL, 2013a); (BRASIL, 2014a); (BRASIL, 2014b); (BRASIL, 2016a), grifo nosso.

Em 2015, conforme Gráfico 12, é possível destacar os principais vendedores de serviços ao Brasil. A participação de 29% é dos Estados Unidos e a de 26% representa os Países Baixos, que crescem em sua participação a cada ano, conforme Tabela 4. Os 21% representam a soma de pequenas importações de outros países, enquanto que as outras áreas do gráfico representam uma pequena porcentagem dentro das operações de importação. No decorrer dos quatro anos do SISCOSEV, percebe-se a entrada de países latino americanos como origem das importações brasileiras, o que sugere aumento na parceria do MERCOSUL, entre eles, cita-se Paraguai e Argentina, mesmo que em 2015 não tenham atingido participação suficiente para a classificação dos dez principais parceiros comerciais.

Gráfico 12 - Participação dos países na Importação de serviços brasileira de 2015



Fonte: Elaborado pela Autora com base em (BRASIL, 2013a); (BRASIL, 2014a); (BRASIL, 2014b); (BRASIL, 2016a).

Em relação às importações, os principais mercados fornecedores de serviços e intangíveis para o Brasil foram Estados Unidos (US\$ 13,05 bilhões), Países Baixos (US\$ 11,9 bilhões), Reino Unido (US\$ 2,63 bilhões), Alemanha (US\$ 2,6 bilhões) e Noruega (US\$ 1,73 bilhão). Os cinco principais países dos quais o Brasil adquiriu serviços totalizaram 70% das importações brasileiras, sendo 54,7% somente para os dois primeiros. Para se ter uma visão do peso representado pelos principais blocos econômicos, a União Europeia (UE) vendeu US\$ 22,8 bilhões em serviços e

intangíveis para o Brasil (por esse prisma, a UE também passaria a ser o principal mercado fornecedor das importações brasileiras de serviços); os demais países do Mercosul, US\$ 1,62 bilhões; e os demais do BRICS, US\$ 687 milhões. O Brasil é deficitário em seu comércio exterior de serviços com todos os blocos mencionados (BRASIL, 2016b, p. 2).

A seguir, faz-se necessária uma análise mais detalhada dos principais parceiros comerciais do Brasil: Estados Unidos, Países Baixos, Alemanha e Reino Unido. Menciona-se aqui algumas informações, segundo dados dos Panoramas de Comércio Exterior de Serviços de 2012 (BRASIL, 2013), 2013 (BRASIL, 2014b), 2014 (BRASIL, 2014c) e 2015 (BRASIL, 2016a).

Os Estados Unidos é o principal operador em exportações e importações brasileiras, atuando com 32,5% e 28,6%, respectivamente. No quesito exportações, os EUA compram serviços profissionais e técnicos, gerenciais e de consultoria e auxiliares financeiros, na lista de anos anteriores estão serviços de corretagem de títulos e tecnologia em informação. No quesito importações brasileiras, os EUA são vendedores de serviços de arrendamento mercantil operacional ou locação de máquinas e equipamentos (sendo 23,8% de suas vendas), licenciamento de direitos autorais e serviços financeiros.

Os Países Baixos ocupam o segundo lugar nas operações brasileiras, nossas exportações ao país são, principalmente, de serviços gerenciais e de consultoria, de engenharia e profissionais e técnicos, anos anteriores apresentavam a rubrica de manutenções. “A Holanda<sup>11</sup> é o segundo maior destino de pagamento das importações brasileiras de serviços e isso se deve ao aluguel de equipamentos, pela Petrobras, da empresa SMB *offshore*, de origem holandesa” (PEREIRA, 2014, p. 81). Pode-se considerar que a rubrica ocupa 89,7% das importações com o país, o restante é ocupado por transporte aquaviário e transferência de tecnologia.

As exportações do Brasil para a Alemanha apresentam basicamente a rubrica de transporte aquaviário de cargas, manuseio de cargas, serviços profissionais e técnicos e de consultoria em Tecnologia de Informação (TI), o país vem destacando-se pela terceira colocação no ranking das operações brasileiras e está com a posição em 2015. Nas importações, a Alemanha é responsável pela venda de arrendamento mercantil operacional ou locação de máquinas e equipamentos, serviços profissionais e técnicos, consultoria em Tecnologia da

---

<sup>11</sup> O certo é Países Baixos. Os Países Baixos são conhecidos como Holanda no Brasil, o que é tecnicamente incorreto. Houve uma época um país, mais uma província autônoma, chamada Holanda. No século XVII se tornou uma potência marítima, dominado toda a região dos Países Baixos. Hoje em dia, esta região é parte dos Países Baixos, e está dividida em duas províncias: Holanda do Norte e Holanda do Sul. Portanto, Holanda na verdade são duas províncias dos Países Baixos, que é o nome oficial e correto do país (Ducs Amsterdã, 2016).

Informação (TI). Observa-se que a Alemanha apresenta praticamente as mesmas rubricas nas operações de exportação e importação brasileiras, excluindo a locação de máquinas e equipamentos.

O Reino Unido é um dos cinco principais vendedores de serviços ao Brasil, sua média de 2012 a 2015 é de 6% do volume total de importações, que são, principalmente, na rubrica de arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos, serviços profissionais e técnicos e de transporte aquaviário de cargas. Já nas exportações brasileiras, o Reino Unido compra uma média de 4,5% dos nossos serviços, sendo os principais os serviços auxiliares aos serviços financeiros, serviços gerenciais, de consultoria gerencial, de relações públicas e de comunicação social e outros serviços profissionais e técnicos. É possível concluir que há um intercâmbio de serviços profissionais e técnicos entre Brasil e Reino Unido, visto que engloba serviços sem descrição específica.

Os países que ocupam outras posições, possuem participação abaixo de 5% no total de operações realizadas pelo Brasil no comércio exterior de serviços, seus índices de 2015 podem ser observados no Gráfico 11 e no Gráfico 12 e seus itens consumidos entram em uma gama heterogênea de serviços. A classificação de parceiros de 2015 foi apresentado para relacionar os principais países e demonstrar sua participação dentro das operações, da mesma forma, há informações apenas desde 2012 com a implantação do SISCOSERV e não é o objetivo expor a participação anual de países com pouca influência, apenas dos 6 primeiros, como mostram as Tabela 3 e a Tabela 4. Faz-se necessária uma análise dos produtos comercializados para aprofundar o estudo do tema.

### **4.3.3 Os principais serviços do setor**

Para descrever os dados dos principais produtos, é importante compreender o quanto cada item influencia na Balança Comercial de Serviços. Os saldos totais já foram apresentados em subcapítulos anteriores e a Tabela 5 apresenta o saldo comercial de cada rubrica de serviços. Percebe-se que os saldos totais de 2005 a 2015 são negativos, todos eles mensurados em milhões de dólares. Na discriminação, aparecem as principais rubricas, ou seja, serviços e seu saldo comercial (importações reduzidas das exportações). O valor negativo representa um

déficit nas contas, resultando em mais saídas de divisas (para pagar as importações) do que entradas.

Tabela 5 – Balança comercial de serviços brasileira de 2005 a 2015 e discriminação dos serviços, em milhões de dólares

Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Serviços de manufatura sobre insumos físicos pertencentes a outros</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-2
<b>Serviços de manutenção e reparo</b>	2	5	2	4	13	6	-9	-11	-27	160	256
<b>Transportes</b>	-1 953	-3 123	-4 378	-4 996	-3 924	-6 138	-7 962	-8 398	-9 376	-8 697	-5 664
Passageiros	-878	-1 476	-1 893	-1 983	-1 668	-2 657	-3 531	-3 723	-3 949	-3 870	-2 589
Fretes	-866	-1 136	-1 552	-2 599	-1 740	-2 625	-3 387	-3 437	-3 859	-3 694	-2 551
Outros serviços de transportes	-209	-511	-934	-413	-516	-856	-1 044	-1 237	-1 568	-1 133	-524
<b>Viagens</b>	-858	-1 448	-3 258	-5 177	-5 594	-10 704	-14 707	-15 661	-18 554	-18 724	-11 513
Negócios	-826	-717	-886	-2 095	-1 350	-2 427	-2 889	-2 917	-3 027	-3 701	-1 591
Pessoais	-32	-731	-2 373	-3 082	-4 244	-8 277	-11 818	-12 743	-15 527	-15 023	-9 922
<b>Construção</b>	8	18	12	14	11	-	-	-	-	267	46
<b>Seguros</b>	-568	-430	-766	-837	-1 442	-1 113	-1 212	-994	-1 076	-783	-333
<b>Serviços financeiros</b>	-230	-110	283	93	-42	208	843	774	1 308	184	-282
<b>Serviços de propriedade intelectual</b>	-1 303	-1 513	-1 940	-2 232	-2 078	-3 036	-3 447	-3 922	-4 199	-5 548	-4 669
<b>Telecomunicação, computação e informações</b>	-1 502	-1 811	-1 945	-2 442	-2 422	-3 164	-3 714	-4 025	-4 501	-2 224	-1 768
<b>Aluguel de equipamentos</b>	-4 130	-4 887	-5 771	-7 808	-9 393	-13 718	-16 682	-18 736	-19 056	-22 629	-21 532
<b>Outros serviços de negócio, inclusive arquitetura e engenharia</b>	3 801	4 790	6 370	8 420	7 591	6 969	8 731	9 473	8 326	12 651	10 247
<b>Serviços culturais, pessoais e recreativos</b>	-396	-452	-578	-783	-878	2 022	2 384	2 741	2 443	-1 541	-659
<b>Serviços governamentais</b>	-755	-450	-1 134	-1 116	-1 416	-1 488	-1 390	-1 410	-1 661	-1 238	-1 045
<b>Total de Serviços</b>	-7 883	-9 410	-13 103	-16 861	-19 574	-30 156	-37 166	-40 168	-46 372	-48 107	-36 919

Fonte: Elaborado pela Autora com base em (BRASIL, 2016c, texto digital).

O saldo negativo não é adequado à economia de nenhum país. Por isso, verifica-se o histórico das rubricas que mais afetam os resultados da Balança Comercial. Para López, Niembro e Ramos (2011, p.7), os serviços exportados tiveram mudanças em 2009, entre elas, as mudanças de atuação das operações, começando a trabalhar com outros ramos como “saúde, educação, contabilidade, serviços jurídicos e de administração, publicidade e pesquisa e desenvolvimento, entre outros”, além dos já habituais de construção, engenharia e finanças e dos inovadores que são *softwares* e investimentos externos diretos. Sendo que todos esses desenvolvem-se mais a cada ano, demonstrando resultado oposto à retração de serviços tradicionais como transportes e turismo. Para compreensão, apresenta-se uma análise individual de cada serviço destacado na Balança Comercial (BRASIL, 2016c, texto digital):

- Serviços de manufatura sobre insumos físicos pertencentes a outros: a rubrica não possui movimentação de exportação e importação, começando a operar em 2014. Seu saldo era zerado e suas operações possuem baixo volume.

- Serviços de manutenção e reparo: seu saldo vem crescendo, tornando-se um dos

serviços superavitários de 2015. Possui participação nas exportações realizadas aos Estados Unidos e Países Baixos, os dois principais importadores de serviços brasileiros.

- Transportes: é responsável por quase 15% do déficit do setor de serviços. As contas de passageiros e fretes ocupam igual resultado dentro da rubrica e ambas apresentam histórico deficitário crescente, com exceção de 2009 e 2015, onde os resultados foram alterados por fatores externos, como a crise da bolha imobiliária e queda no preço de *commodities* em 2015. O déficit representa que o Brasil possui deficiência no serviço de transporte interno e na exportação do setor, a rubrica atinge o valor de -5,6 bilhões de dólares. O Panorama de serviços 2012 (BRASIL, 2013a) explica que o desempenho negativo da conta de transportes pode ser relacionado à performance do país como exportador de *commodities* agrícolas e minerais, sendo a rubrica um serviço secundário à exportação de bens.

- Viagens: Percebe-se que um valor considerável da conta está em viagens pessoais (US\$ -10 bilhões) e não em viagens de negócios (US\$ -1,5 bilhões). O déficit na conta de viagens internacionais pode ser explicado pelo crescimento e consolidação da classe média na última década, que foi acompanhado pelo aumento do número de turistas brasileiros no exterior (BRASIL, 2013a).

Em 2014, o governo brasileiro realiza incentivos ao turismo, refletindo no item 'viagens'. Com investimentos em infraestrutura, aeroportos, telecomunicações, entre outros, o governo realizou a Copa do Mundo de futebol (BRASIL, 2015j). Entretanto, no ano de 2014 não é possível identificar alterações positivas nos resultados desta conta em específico, as importações de turismo seguem em USD 6 bilhões no ano de 2013 e de 2014. Em ambos, as exportações são de USD 25 bilhões, não alterando o saldo comercial de USD -18 bilhões em cada ano, anterior e durante a realização do campeonato.

A redução do déficit da conta de viagens ocorreu em 2015, podendo ser um reflexo do aumento da visibilidade do país ou da perda de poder de compra da nova classe média, mencionada em 2012, que sofreu com a desvalorização do real frente a outras moedas e acabou reduzindo a quantidade de viagens realizadas para turismo. A rubrica apresenta saldo de -11,5 bilhões de dólares em 2015, sendo o segundo maior déficit da balança de serviços. A conta, assim como todos os resultados comerciais brasileiros, sofreu redução com a crise política, visto que as importações caíram de US\$ 25,5 bilhões em 2014 para US\$ 17,3 bilhões em 2015.

Uma alternativa viável para a redução do déficit em viagens internacionais não deve

apenas visar o menor ritmo de crescimento das despesas, deve promover as receitas com a visita de estrangeiros ao país, ampliando o mercado dos serviços de alojamento e alimentação brasileiro. Políticas públicas devem focar itens que promovam a competitividade do turismo no país, como a infraestrutura de portos e aeroportos (PEREIRA, 2014, p. 93).

Diante disso, o governo brasileiro aplicou outra ação para reduzir a quantidade de importações de viagens, ou seja, brasileiros viajando ao exterior. Em 2015, restituiu-se a cobrança de imposto de 25% de Imposto de Renda sobre remessas ao exterior para prestação de serviços, desta forma, agências de turismo repassam o aumento ao consumidor final. A medida entrou em vigor em janeiro de 2016, não impactando nos resultados desta análise, porém é considerada uma medida governamental para reduzir o déficit da rubrica e incentivar as viagens nacionais. “O setor de turismo tinha isenção dessa cobrança com base no artigo 60 da Lei 12.249 de 2010, que estipulava o prazo de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2015 para a alíquota zero” (CACIOLI, 2016, texto digital), sendo um dos fatores que justificam os maiores déficits da rubrica de viagens no período analisado.

- Construção: os serviços de construção apresentavam superávit de US\$ 368,4 milhões no valor acumulado de 1992 a 2001 (PEREIRA, 2002). No ano de 2005 a 2009, a conta apresentou um superávit de US\$ 62 milhões, recaindo para a falta de operações ou de registros em 2010 a 2013, retornando com superávit de US\$ 267 milhões em 2014 e US\$ 46 milhões em 2015. O Panorama de Serviços de 2012 (BRASIL, 2013a) apresenta uma informação referente ao saldo de US\$ 10 milhões no setor de construção, informação que o BCB não apresenta em seu relatório, onde a conta está zerada. Não há valores de importação e exportação de 2010 a 2013 mesmo com a obrigatoriedade do SISCOSERV em 2012 e 2013, também não há motivos plausíveis. Há duas explicações possíveis: a falta de lançamento de dados devido a denúncias de corrupção das construtoras ou o lançamento das contas nos serviços de negócio, arquitetura e engenharia, que é superavitária.

A exportação de serviços de construção civil tem um efeito multiplicador, gerando empregos diretos (através da obra) e indiretos (através dos insumos exportados). Atualmente estes insumos (produtos que serão consumidos na obra) são financiados, juntamente com todo o projeto pelo BNDES. Pois bem, a empresa é brasileira, o financiamento também, logo, os produtos utilizados também serão brasileiros (MAXIMILIANO et al., 2005; p.3).

Segundo Maximiliano et al. (2005) a primeira construtora a atuar no exterior foi a Construtora Norberto Odebrecht, na década de 70. Os autores reiteram que a exportação de construção gera venda casada de bens, como materiais de construção e equipamentos de uso pessoal. Em pesquisa realizada em 2005, os autores concluíram que o Brasil foi um grande

exportador de calçados para obras. Ainda destacam que os incentivos à construção são poucos, há dificuldade em acessar os financiamentos, alta burocracia e impostos altos. Em contrapartida, não há barreiras sociais, culturais ou técnicas para desenvolver a exportação do setor e o mesmo está repleto de oportunidades, principalmente em países sulistas e subdesenvolvidos como na América do Sul e na África.

Pereira, Sennes e Mulder (2011) reiteram o mesmo fator da construção civil que impulsiona a exportação de bens e acrescentam que o setor é um nicho invadido por empresas brasileiras e que atualmente possuem empresas de grande porte mundial exportando engenharia e construção. “Em 2007, três empresas brasileiras estavam entre as 225 maiores exportadoras de construção do mundo: Norberto Odebrecht (21), Construtora Andrade Gutierrez (82) e Camargo Correa Construção e Comércio (203)” (ENR RECORD ENGINEERING NEWS; 2007, apud PEREIRA; SENNES; MULDER, 2011, p. 49).

Vários autores destacam o quanto o mercado da construção possui oportunidades para brasileiros que querem exportar serviços, para isso, mesclam informações com a consultoria em engenharia, aqui separada em duas contas distintas. Porém, a balança comercial apresenta falha nos registros das operações de construção, o que se torna um fator contraditório. Segundo Stefano (2016), as Construtoras Andrade Gutierrez e Odebrecht podem ser investigadas nos Estados Unidos por suborno a funcionários públicos, lavagem de dinheiro, sonegação e outras fraudes. Guimarães (2016) traz a lista dos principais países Latino Americanos (Peru, Argentina, Venezuela), envolvidos com a Lava Jato<sup>12</sup>, que vincula as construtoras em obras do exterior com a Petrobrás, em todas mencionando pagamento de propina a funcionários públicos. As operações de delação do Lava Jato impactaram a política e economia de 2015, afetando, principalmente as maiores empresas brasileiras que operam no comércio exterior de serviços.

- Seguros: a rubrica apresenta déficit em todos os anos analisados, porém não é representativa o suficiente para impactar nos resultados.

- Serviços financeiros: a conta apresentou superávit em 2007 e 2008 e de 2010 a 2014,

---

<sup>12</sup> O nome do caso, “Lava Jato”, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou. A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia (MPF, 2016).

não possui volume considerável para causar impacto, porém percebe-se que é um fator positivo que pode ser desenvolvido.

- Serviços de propriedade intelectual: historicamente, a rubrica já possuía déficits de 1992 a 2001 era um dos maiores da Balança Comercial de Serviços, sendo US\$ -7,3 bilhões associados royalties e licenças (PEREIRA, 2002). No ano de 2005, a conta estava com US\$ 1,5 bilhões e atingiu o patamar de US\$ -5,5 bilhões em 2014. O ano de 2015 também trouxe redução no volume, fechando o ano com déficit de US\$ -4,6 bilhões.

- Serviços de direitos de autor: estão presentes entre os três principais itens importados dos Estados Unidos nos últimos quatro anos e representam 17,3% das operações de importação realizadas dos Estados Unidos (BRASIL; MDIC; SCC; 2013).

- Telecomunicação, computação e informações: representavam superávit em comunicações (US\$ 138,2 milhões) de 1992 a 2001 e déficits em computação e informação (US\$ 5.614,7 milhões), no mesmo período (PEREIRA, 2002). Na soma de todas as operações, a conta torna-se deficitária de 2005 a 2015. Demonstrando a deficiência brasileira em tecnologia e informação.

- Aluguel de equipamentos: A rubrica de aluguel de equipamentos é completamente deficitária. O fato se dá devido à baixa tecnologia e a divergência do parque fabril do Brasil – tendo como exemplo a extração de petróleo, cujo o Brasil não possui maquinário -, que acaba apenas importando o serviço de aluguel, tendo a conta deficitária. O Brasil não atua com esse item na sua gama de exportações, aumentando mais ainda a deficiência no setor (PEREIRA, 2014). Como mencionado quando discriminado os principais mercados (PEREIRA, 2014), os Países Baixos, mais precisamente Holanda, é responsável por contratos no aluguel de equipamentos para a Petrobrás, fornecendo maquinário para a produção de petróleo.

Além disso, Stefano (2016) menciona que a empresa Shell, grande rede petrolífera, é anglo-holandesa, seguramente realizando aquisições no próprio país de origem, mesmo depois de instalada no Brasil. Em 2015, 86% das importações de serviços realizadas nos países baixos foram destinados à essa rubrica. Além dos Países Baixos, os Estados Unidos é o também possuem grande participação no aluguel de máquinas e equipamentos, sendo praticamente 23% das importações provenientes dos EUA.

De 1992 a 2001, a conta somou um déficit de US\$ -9,7 bilhões (PEREIRA, 2002). Em

2005, seu déficit era de US\$ -4,1 bilhões e terminou o ano de 2014 com US\$ -22,6 bilhões. O ano de 2015 não apresentou grande variação, permanecendo em US\$ -21,5 bilhões. A falta de especialização brasileira no setor acaba gerando a necessidade de compra do exterior, causando, assim, o maior déficit da conta de serviços brasileira, representando 58% do déficit da balança comercial de 2015. Em contrapartida, a CNI (2013) reitera o quanto a entrada de tecnologia externa possui entraves operacionais como altos impostos, gerados pelo protecionismo político, o fato é que mesmo com essa barreira comercial, o serviço de aluguel de equipamentos ainda é deficitário, significando representatividade nas importações.

- Outros serviços de negócio, inclusive arquitetura e engenharia: é melhor conta no comércio exterior de serviços. A soma acumulada de 1992 a 2001 gerou um superávit de US\$ 8,2 bilhões em serviços profissionais e técnicos (PEREIRA, 2002). Em 2005, a conta estava com superávit de US\$ 3,8 bilhões, com crescimento de 230% até 2014, quando a conta atingiu o auge de US\$ 12,6 bilhões. Em 2015, sofreu a recaída conforme todos os resultados da balança, permanecendo estável em US\$ 10,2 bilhões, ainda em superávit. Consideravelmente, é a conta que sustenta o déficit total da balança, conforme Gráfico 13, que apresenta todos os resultados dos serviços do ano de 2015.

A conta ainda é mencionada pelo Panorama de Comércio Exterior de Serviços (BRASIL, 2013a) onde se destacaram os serviços de arquitetura, engenharia e outros serviços técnicos e manutenção e instalação de escritórios e aluguel de imóveis, além de honorários de profissionais liberais. A conta apresenta superávit nos quatro anos do SISCOSEV. O superávit da conta dá indícios de profissionalização do mercado interno brasileiro que começa a exportar conhecimento. Supõe-se que seja o item brasileiro que possui características de contar com valor agregado, ou seja, aumento do valor devido a capacitação profissional do vendedor. Em resumo, a nova perspectiva de venda de serviços profissionais é uma oportunidade, as operações destas rubricas envolvem capacitação, profissionalização, representando resultados positivos e superavitários à balança comercial. Neste quesito, faz-se necessária uma análise governamental de possíveis barreiras que impedem o Brasil em especializar-se nisso, entre elas, cita-se as leis trabalhistas, controles das operações de construção e redução da burocracia.

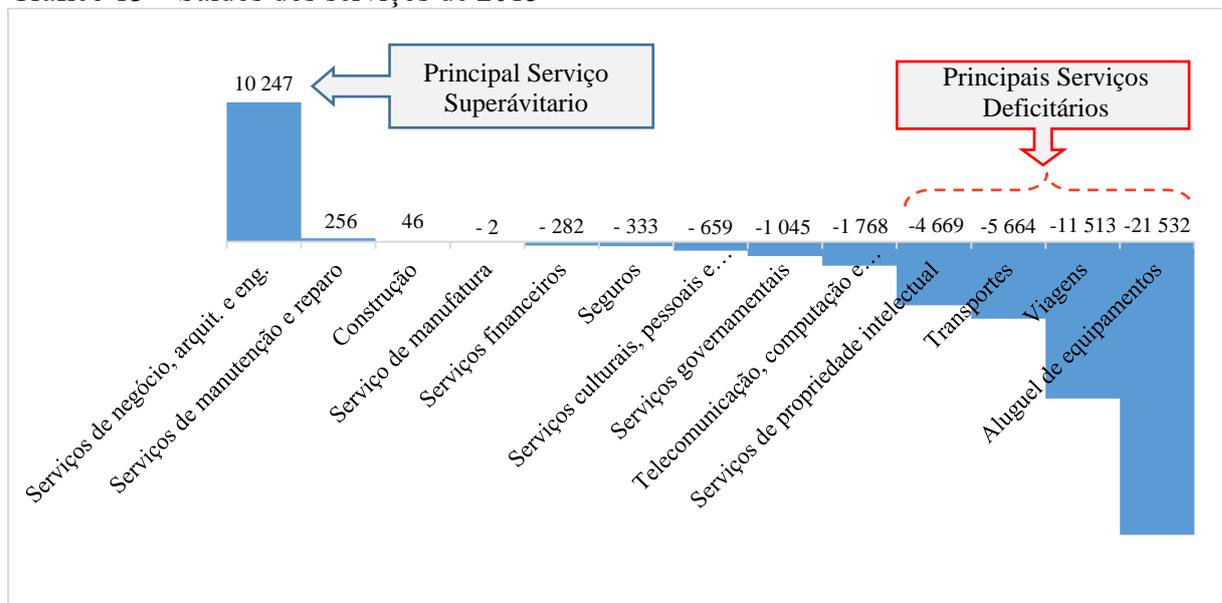
- Serviços culturais, pessoais e recreativos: a conta apresentou instabilidade no período de 2005 a 2015. No início do período, a rubrica era deficitária, tendo um crescimento em 2010 a 2013, atingindo a máxima de superávit de US\$ 2.741 milhões, em 2012. Já em 2014, a conta regressou ao déficit, com US\$ -1.541 milhões e recuperação em 2015, com o saldo final de US\$

659 milhões.

- Serviços governamentais: sempre deficitários e com crescimento do saldo negativo de 2005 a 2013. Tendo recuperação em 2014 e 2015, a conta fechou o período com saldo de US\$ -1.045 milhões.

As contas de serviços apresentam, em geral, histórico deficitário. O superávit apresentado por poucas contas não é suficiente para equilibrar os resultados da Balança Comercial de Serviços. O Gráfico 13 apresenta os resultados das contas no ano de 2015, último ano da análise e que representa os resultados finais do período, podendo justificar possíveis ações governamentais. As rubricas estão ordenadas de maneira decrescente.

Gráfico 13 – Saldos dos serviços de 2015



Fonte: Elaborado pela Autora; (BRASIL; BCB; 2016).

Os serviços de negócios, arquitetura e engenharia, somado a manutenção e reparo acabam não suprimindo o alto déficit do aluguel de equipamentos, os superávits somam apenas US\$ 10.549 milhões. As quatro maiores contas deficitárias somam US\$ -43.378 milhões, enquanto todas deficitárias somam US\$ -47.468 milhões. A soma de todas as contas segue sendo deficitária e é o saldo apresentado nos índices desta análise, US\$ -36.978 milhões. Sem mais superávits, a balança comercial de serviços segue negativa.

A análise de dados deste trabalho teve foco em dados de operações de comércio exterior de serviços de 2005 a 2015. Com as informações disponibilizadas pelo governo federal e seus principais relatórios: a balança comercial de bens e serviços do Banco do Brasil e o Panorama de Comércio Exterior de Serviços, emitido pelo MDIC, depois da implantação do SISCOMEX,

realiza-se uma comparação dos serviços com a balança comercial de bens, participação mundial e uma análise detalhada dos países que realizam negociações de importação e exportação ao Brasil, bem como os serviços comercializados e seu resultado na balança de serviços.

Uma análise contextual com dados cambiais, legislações, acordos e, principalmente, barreiras comerciais determina possíveis desvios ou variações nos resultados. Em análise geral, percebe-se que a balança de serviços apresenta dois períodos de instabilidade, intercalada por períodos de crescimento.

De 2005 a 2008, a balança comercial de serviços crescia em seu volume de operações, em importações mais que em exportações e, conseqüentemente, maior o déficit anual, durante esse período, a balança de serviços era amparada pelos bens, que eram superavitários a ponto de manter toda a balança comercial de bens e serviços superavitária. Em 2009, percebe-se os impactos da crise financeira de 2008 com uma leve estagnação nos serviços, enquanto os bens sofrem maior impacto.

De 2010 até 2014, a balança de serviços seguiu no mesmo nível anterior, com aumento gradativo das operações e de seu déficit comercial. Porém, nesse período, a balança comercial de bens também obteve déficit devido ao aquecimento da economia, que proporcionou melhores condições para importações.

O ano de 2015 apresenta uma peculiaridade. Nas operações mundiais, na balança comercial e na balança de serviços, é visível uma redução no volume de importações e exportações, conseqüentemente, redução do déficit. Entre os fatores, cita-se a crise política brasileira, mas também a desaceleração da China, queda nos preços de *commodities*, volatilidade dos mercados financeiros, entre outros.

Diante do exposto neste referencial e na análise de dados, resumida pelo Quadro 3, observou-se que a balança comercial de serviços apresentou-se deficitária ao longo do período analisado, sendo os maiores déficits associados a conta de arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos, a conta de viagens e serviços de propriedade intelectual, sugerindo a falta de tecnologia e infraestrutura do país. Em contrapartida, embora com valor inferior, os serviços associados a negócios, arquitetura e engenharia e singelos serviços financeiros, foram superavitários. Além disso, observou-se que a conta de construção gera conflitos com opiniões entre diferentes autores e falta de informações por parte do governo brasileiro.

Quadro 3 – Resumo da análise de dados

ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS, INCENTIVOS E BARREIRAS	Assinatura do GATS e do Protocolo de Montevideo e ações com o MERCOSUL
	Criação das NBS e do SISCOSEV
	Investimentos na Copa do Mundo em 2014
	Criação do Guia Básico de Exportação para auxiliar nas exportações
	Financiamentos de bens adaptados aos serviços
	Altos impostos e distorções de cálculos protegem o mercado nacional
	Expatriação de funcionários, leis trabalhistas e burocracias que dificultam as operações
	Capacitação interna e profissionalização
	Intervenção na taxa de câmbio
	Cultura governamental voltada aos bens
	Não há ênfase em Comércio Exterior de Serviços, porém reconhece a importância do setor
BALANÇA COMERCIAL DE SERVIÇOS	Deficitária de 2005 a 2015
	Exportações de serviço são 15% do total, enquanto importações são 29%, em 2015
	Os bens cobrem o déficit dos serviços
PARCEIROS COMERCIAIS	O principal é Estados Unidos
	Em segundo lugar, os Países Baixos destacam-se por fornecer aluguel de maquinários ao setor petrolífero
	Em seguida, aparecem Alemanha, Reino Unido e França
	Basicamente desenvolvidos
PRINCIPAIS PRODUTOS	Serviços gerenciais e técnicos são o maior superávit de 2015 e representam profissionalização
	Construção é uma rubrica que representa oportunidades, porém não possui registros no BCB de 2010 a 2013
	Viagens é deficitária, contou com incentivos pela Copa do Mundo, mas não apresentou resultados
	Aluguel de máquinas e equipamentos é o maior déficit de 2015, representa a falta de tecnologia interna

Fonte: Elaborado pela Autora

Assim, verifica-se que o governo brasileiro precisa desenvolver mais o setor de comércio exterior de serviços, para poder aumentar a participação deste. Como, por exemplo, a alteração das leis trabalhistas, possibilitando a geração de empregos no exterior com benefícios às empresas e ao funcionário e viabilizando as operações. A falta de auxílio governamental quanto a definição das leis trabalhistas e a necessidade de contratação de funcionários do exterior devido a burocracia e a altos custos rescisórios são entraves que travam as operações e o possível superávit do setor de serviços. Ainda, uma reformulação de benefícios fiscais e financeiros, com redução da burocracia nas operações, traria resultados positivos.

Além disso, o governo não empreendeu ações que resultassem melhores números no saldo da balança comercial. O período em que o governo implantou o sistema SISCOSEV (2012 a 2015) apresentou os maiores déficits dos últimos 20 anos. Sendo que, desde a sua implantação, a única mudança ocorrida foi a retração econômica de 2015 mencionada por Cintra (2016). Mesmo tendo avançado no controle das operações, não há sinais de que o sistema tenha sido utilizado para determinar estratégias e evoluções no setor. Ademais, os relatórios do

sistema não apresentam dados consolidados sobre os principais produtos, destacando com mais ênfase as relações com os parceiros comerciais.

Com os resultados desta análise e avaliação do contexto do comércio exterior de serviços, é possível identificar melhorias para desenvolver e fomentar o setor para, conseqüentemente, obter superávit. O governo possui estratégia para o comércio de bens, não considerando o setor de serviços, que acaba negativo a ponto de afetar o superávit dos bens. Para que os serviços se desenvolvam e atinjam um equilíbrio das importações com as exportações, é necessário maior engajamento governamental, reestruturação da cultura nacional, enfatizando os serviços para que se tornem mais eficientes, empenho na mudança de leis, no acesso à informação e nas estatísticas do setor.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O setor de serviços contribui de maneira significativa na geração de empregos e renda do setor interno. No Brasil, o setor interno de serviços representou 72% do PIB brasileiro em 2015, destacando-se mais que a indústria e a agricultura. Em contrapartida, o setor internacional de serviços representa cerca de 15% das exportações totais do Brasil, e os bens atuam nos outros 85%, significa que o Brasil é, geralmente, um exportador de bens, nos setores agrícolas e/ou industriais. Constata-se que o setor externo de serviços não possui a mesma relevância que o setor interno.

Considerando esse cenário, este trabalho buscou investigar qual foi o desempenho brasileiro no comércio exterior de serviços e como as políticas governamentais o influenciam. Para tanto, definiu-se como objetivo, analisar as estatísticas da balança comercial de serviços de 2005 a 2015 e o contexto que influenciava esses resultados. Como hipóteses, acreditava-se que o Brasil não era competitivo nas exportações de serviços devido à falta de tecnologia brasileira e falta de incentivo governamental, resultando em uma balança deficitária de serviços e, que a política brasileira de comércio exterior não estava direcionada à realização investimentos no setor de serviços.

Neste sentido, com o desenvolvimento da pesquisa confirmou-se que a balança comercial de serviços foi deficitária ao longo do período estudado e não observou-se a influência significativa de ações governamentais junto ao setor, sendo as variações ocorridas decorrentes, em maior medida, por influência de fatores externos, tais como a ocorrência o desempenho econômico dos países parceiros (período de crescimento econômico x crises) e alterações cambiais devido alterações nos fluxos financeiros internacionais, os quais em alguns

momentos demandaram adoção de medidas corretivas por parte do governo brasileiro para evitar uma valorização ou desvalorização em larga medida do Real.

Assim, a hipótese de que a política brasileira de comércio exterior não está direcionada a investimentos no comércio exterior de serviços não pôde ser falseada. O governo não empreendeu ações que resultassem melhores números no saldo da balança comercial. O período em que o governo implantou o sistema SISCOSERV (2012 a 2015) apresentou os maiores déficits dos últimos 20 anos. Sendo que, desde a sua implantação, a única mudança ocorrida foi a retração econômica de 2015 mencionada por Cintra (2016). Mesmo tendo avançado no controle das operações, não há sinais de que o sistema tenha sido utilizado para determinar estratégias e evoluções no setor. Ademais, os relatórios do sistema não apresentam dados consolidados sobre os principais produtos, destacando com mais ênfase as relações com os parceiros comerciais.

Em contrapartida, identificou-se também que o volume de operações de serviços aumenta ano a ano, assim como sua participação na balança comercial de bens e serviços. Sendo o valor mais representativo nas importações e, conseqüentemente, aumentando anualmente o déficit, visto que as exportações cresceram, porém não na mesma amplitude. O que presume que o comércio exterior de serviços tem evoluído, ao passo que o próprio Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços reconhece a importância dos serviços na economia brasileira, assumindo que são necessárias ações para que o mesmo se torne competitivo.

Segundo Porter (1999), esse fator de reconhecimento, por parte do órgão governamental é o primeiro passo para definição de melhorias, pois para o autor, a competitividade de um país depende da capacidade de sua indústria de inovar e relata que os fatores econômicos não são fundamentais para tornar o país líder no setor de atuação, mas sim a sua atuação política, combinada com investimentos e principalmente, aumento da produtividade.

Além disso, observou-se que os parceiros comerciais no setor de serviços são basicamente países desenvolvidos. A importação e exportação possui como principal parceiro os Estados Unidos, seguidos dos Países Baixos e outros países europeus, como Reino Unido, Alemanha, Suíça e França. A relação brasileira com os Países Baixos destaca-se pela indústria petrolífera, visto que o país é o principal fornecedor de maquinário para a indústria e uma empresa do setor é de origem holandesa.

A relação de parceiros comerciais é importante para determinar os principais mercados,

enquanto que a relação de produtos determina a especialização brasileira. O maior déficit é mencionado no setor de arrendamento mercantil e aluguel de equipamentos e maquinário.

Em relação ao setor da construção, diversos autores mencionaram como uma oportunidade para o desenvolvimento do setor de serviços o potencial produtivo que possuímos devido à presença de grandes construtoras, pioneiras na prestação de serviços no exterior como Norberto Odebrecht, Construtora Andrade Gutierrez e Camargo Correa Construção, as quais poderiam contribuir para o fornecimento de serviços a outros países. Porém, ao consultar os registros do balanço de pagamentos verificou-se que esta conta não possui registros de 2010 a 2013, mesmo com a obrigatoriedade do SISCOSERV, a partir de 2012. Há duas explicações possíveis: a falta de lançamento de dados devido a denúncias de corrupção das construtoras ou o lançamento das contas nos serviços de negócio, arquitetura e engenharia, que é superavitária.

Em relação aos demais serviços, verificou-se que o Brasil tem diversas oportunidades para desenvolver-se. O aluguel de máquinas e equipamentos significa que o país não possui indústria nacional forte e necessita de tecnologia para desenvolvê-la, importando o serviço. O fator tecnológico também é visível quando mencionada a conta de telecomunicações, computação e informações. A rubrica de viagens obteve diminuição do déficit em 2015, que pode ser justificado pelo fomento governamental impulsionado pela Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, que trouxe aumento de visibilidade do país, e pela queda no poder de compra da população, que deixou de viajar ao exterior. Conclui-se que com mais incentivo o Brasil pode trazer turistas do exterior para desenvolver o setor de passagens aéreas, hotelaria e alimentício, visto que é rico em recursos naturais e biomas como o Pantanal e Amazônia, facilitando o atrativo turístico. Na conta de transportes, o setor está relacionado à deficiência da infraestrutura interna e ao volume brasileiro de exportação de *commodities*, tornando o serviço uma venda agregada e secundária à exportação do bem.

Em virtude disso, não é possível comprovar que todas as operações de serviços sejam secundárias. O fenômeno é facilmente evidenciado em transportes e seguros. Onde os valores são dependentes das operações de bens e geram déficit devido ao grande volume de *commodities* no Brasil, que necessitam de contratações de fretes do exterior para garantir a competitividade e suprir a demanda. Porém as demais contas simplesmente significam que o país não possui capacidade de produzir o serviço internamente e o busca no exterior, mesmo com a implantação de barreiras comerciais para evitar as importações. Diante da análise, a hipótese de que os déficits têm como motivo a falta de tecnologia brasileira e a falta de

incentivo, resultando no maior aumento das importações também não pôde ser falseada, confirmando-se verdadeira.

Em contrapartida, os serviços vendidos ao exterior não possuem característica superavitária. Com exceção da conta de negócios, arquitetura e engenharia, que foi a mais superavitária do ano de 2015. Esse superávit expressa que está ocorrendo a profissionalização do mercado interno brasileiro que começa a exportar conhecimento. Assim, entende-se que a venda de serviços profissionais associados a setores de arquitetura, engenharia, serviços de profissionais liberais, entre outros, é uma oportunidade para que o país possa obter saldos positivos na balança comercial de serviços. Neste quesito, faz-se necessária uma análise governamental de possíveis barreiras que impedem o Brasil em especializar-se e desenvolvê-las para que incentivem a exportação.

Quando mencionada a influência política brasileira, foi possível identificar incentivos financeiros e fiscais. Os incentivos financeiros são, basicamente, programas de financiamentos aplicados ao comércio exterior de bens e adaptados aos serviços, ou seja, não há tratamento especial para incentivar o setor de serviços. Ademais, há de se mencionar a burocracia necessária para realização de um financiamento, de modo que o sistema de financiamentos ao mesmo tempo em que é um incentivo, às vezes torna-se um empecilho para as empresas. No quesito fiscal, não há isenções nem mesmo benefícios. As exportações seguem a linha dos bens e as importações pagam altas taxas e impostos para nacionalização. O sistema fiscal é um sistema de proteção interna, possibilitando as exportações, mas sem incentiva-las, enquanto protege a entrada de serviços externos com a taxação e dificuldade no acesso à informação. Mais uma vez identifica-se que a política brasileira não incentiva o comércio exterior de serviços, comprovando a hipótese. A política adequada deve equilibrar as contas da balança comercial ou garantir superávit, com resultados positivos e aumento das exportações, o país estabiliza sua economia interna garantindo reserva de divisas, aumento do PIB, acesso a empregos, capacitação e produtividade.

Os incentivos governamentais internos são no âmbito da capacitação e inovação. A evolução apresentada pelo governo é o aumento do controle das operações e das informações, com o SISCOSEV e NBS. Há programas de auxílio ao serviço nacional para capacitar-se e adaptar-se à exportação. Não há incentivo aos serviços tecnológicos, nem mesmo aos que geram o maior déficit da balança comercial. O governo também não realiza investimentos no setor de serviços, tampouco os incentiva, responsabilizando o setor privado de realizá-los. Em resumo,

o governo realizou ações para desenvolver o setor interno e, a longo prazo, os resultados poderão, ou não, serem vistos no setor externo. Tratam-se de ações específicas, como o programa INOVATIVA, que procura inovações, porém tampouco é voltada especificadamente ao setor de serviços.

Com os resultados desta análise e avaliação do contexto do comércio exterior de serviços, é possível identificar que se fazem necessárias melhorias para desenvolver e fomentar o setor para, conseqüentemente, obter superávit. O governo possui estratégia para o comércio de bens, não considerando o setor de serviços que acaba negativo a ponto de afetar o superávit dos bens. Para que os serviços se desenvolvam e atinjam um equilíbrio das importações com as exportações, é necessário maior engajamento governamental, reestruturação da cultura nacional, enfatizando os serviços para que se tornem mais eficientes, empenho na mudança de leis, no acesso à informação e nas estatísticas do setor.

A simples atualização ferramentas governamentais altera consideravelmente os resultados da balança comercial de serviços. A adaptação e aperfeiçoamento das leis trabalhistas, dos financiamentos, uma reforma tributária que favoreça o desenvolvimento de tecnologias e que permita que a tributação de importações esteja clara ao mercado e uma redução da burocracia nas operações, simplificando o processo. Dentre outros incentivos à exportação, cita-se a reestruturação das formas de financiamento. Proporcionar financiamentos adequados e propícios ao setor de serviços incentiva a exportação, agiliza processos e organiza a burocracia.

Com base nas análises realizadas, acrescenta-se a necessidade de melhora nas informações de comércio exterior de serviços. Os dados mais completos do setor de comércio exterior de serviços são relativamente novos para o mercado e para o governo, se considerado os quatro anos de atuação do SISCOSERV, onde as estatísticas encontradas divergem anualmente e são insuficientes para diagnósticos precisos. Além disso, Lima, Herreros e Mulder (2011) complementam que é necessário planificar ações para aumento do investimento externo direto e para expansão dos serviços; avaliar o papel de cada acordo comercial para que atinja seus objetivos; aumentar a capacitação do profissional que trabalha com serviços e proporcionar a formação de profissionais em serviços mais competitivos; e, potencializar serviços como telecomunicações, construção civil, computação e informática.

Em síntese, os resultados negativos da balança comercial de serviços possuem um

contexto que os influencia e não permite a geração de resultados positivos. No contexto avaliado, a política governamental é capaz de realizar alterações que possibilitem evoluções e suas ações atuais estão progredindo, porém ainda não influenciam a balança comercial de serviços e não alcançam resultados superavitários.

O desenvolvimento interno proporciona desenvolvimento de serviços. Investimentos em infraestrutura de portos e aeroportos, repercutem em aumento de turismos e transportes de carga internacional, auxiliando a reduzir o déficit de duas contas importantes. Para reduzir o maior déficit de serviços, o governo pode implantar políticas de incentivo à tecnologia nacional e produção nacional de máquinas e equipamentos que atualmente são alugados. O setor de construção civil necessita de registros por parte governamental, sendo o primeiro passo para desenvolvê-lo, seguido da reformulação das leis trabalhistas, para fomentar o setor.

Ademais, como estratégia, é fundamental aplicar políticas de capacitação, formando profissionais aptos para trabalhar com comércio exterior e, principalmente, com capacidade de fomentar setores estagnados na balança comercial, como manufaturas, manutenção e reparo, serviços financeiros, culturais, pessoais e de saúde. Essas contas, atualmente, estão em níveis de estagnação e com o incentivo adequado é possível especializar-se e suprir necessidades de importação que o Brasil possui atualmente.

Com a análise detalhada das operações de comércio exterior de serviços e seu contexto pode-se concluir a atual situação das rubricas que a compõem e apresentar políticas de desenvolvimento dos resultados negativos. Com base nos dados e estatísticas percebe-se a situação deficitária do país e as análises do contexto que influenciam os resultados identificam debilidades na estratégia governamental e possíveis soluções para melhoria dos resultados. Com utilidade para conhecimento atualizado dos mecanismos e resultados do comércio exterior de serviços, este trabalho também informa quanto a dificuldades operacionais que podem interferir nas operações de serviço internacionais.

## REFERÊNCIAS

ACS SERVIÇOS. **Dólar**. 2016. Texto Digital. Disponível em: [http://economia.acspservicos.com.br/indicadores\\_iegvi/iegvi\\_dolar.html](http://economia.acspservicos.com.br/indicadores_iegvi/iegvi_dolar.html). Acesso em 08/09/2016.

ADVFN Brasil. **PIB Brasil**. ADVFN Brasil. Indicadores Econômicos. PIB. Brasil. 2016. Texto Digital. Disponível em: <http://br.advfn.com/indicadores/pib/brasil>. Acesso em 06/09/2016.

ALMEIDA, Marilis Lemos de. **Comércio: perfil, reestruturação e tendências**. Educação Social. [online]. 1997, vol.18, n.61, pp. 139-158. ISSN 1678-4626.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira**. 2. ed. rev. ampl. atual. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BRASIL. BCB - Banco Central do Brasil. **Mercado de câmbio – definições**. 2014e. Banco Central do Brasil. Início. Perfil cidadão. Perguntas frequentes e cartilhas. Perguntas frequentes. FAQ – Câmbio. Mercado de câmbio – definições. Texto Digital. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/mercCam.asp#16](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/mercCam.asp#16). Acesso em 16/10/2016.

BRASIL. BCB - Banco Central do Brasil. **Relatório de Gestão das Reservas Internacionais**. 2014a.

BRASIL. BCB - Banco Central do Brasil. **Série histórica do Balanço de Pagamentos - 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM6)**. 2015b. Texto Digital. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>. Acesso em 25/10/2015.

BRASIL; BCB - Banco Central do Brasil. **Série histórica do Balanço de Pagamentos - 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM6)**. 2016c. Início. Economia e finanças. Séries temporais. Séries temporais - Tabelas especiais. Setor Externo. Balanço de Pagamentos. Série histórica do Balanço de Pagamentos – 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM6). Anual. Texto Digital. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist\\_bpm6.asp](https://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist_bpm6.asp). Acesso em 23/09/2016.

BRASIL; BCB - Banco Central do Brasil. **Série histórica dos fluxos de investimento direto - distribuições por país ou por setor.** 2016d. BCB. Início. Economia e finanças. Séries temporais. Séries temporais - Tabelas especiais. Setor Externo. Série histórica dos fluxos de investimento direto – distribuições por país ou por setor. Investimentos diretos no país – Participação no capital. Texto Digital. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistFluxoInvDir.asp>. Acesso em 20/09/2016.

BRASIL; INOVATIVA BRASIL. **Inovativa Brasil.** 2016e. Conheça o Programa. Texto Digital. Disponível em: <http://www.inovativabrasil.com.br/conheca-o-programa/inovativa-brasil/>. Acesso em 20/09/2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **PIB - valores correntes.** 2016f. IBGE em síntese. Contas Nacionais. Valores Correntes. Texto Digital. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-valores-correntes.html>. Acesso em 05/09/2016.

BRASIL; INVEST EXPORT BRASIL. **Panorama do Comércio Internacional de Serviços.** 2015a. Texto Digital. Disponível em: <http://www.investexportbrasil.gov.br/panorama-do-comercio-internacional-de-servicos>. Acesso em 03/10/15.

BRASIL; INVEST EXPORT BRASIL. **Definição de Importação.** 2015c. Texto Digital. Disponível em: <http://www.investexportbrasil.gov.br/definicao-de-importacao>. Acesso em 25/10/15.

BRASIL; INVEST EXPORT BRASIL. **NBS e NEBS.** 2016g. Exportar. Exporte serviços. NBS e NEBS. Texto Digital. Disponível em: <http://www.investexportbrasil.gov.br/nbs-e-nebs>. Acesso em 20/09/2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Internacional. Organização Mundial do Comércio – OMC. **Rodada Uruguai.** 2015i. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/internacional/organizacao-mundial-do-comercio-omc/rodada-uruguai>. Acesso em 31/10/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior. **Barreiras ao Comércio de Serviços.** 2015d. Texto Digital. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2279&refr=2272>. Acesso em 03/10/15.

BRASIL, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Barreiras ao Comércio de Serviços.** Comércio Exterior. Negociações Internacionais – DEINT. Negociações Internacionais de Serviços. Barreiras ao Comércio de Serviços. 2016h. Texto Digital. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2279>. Acesso em 06/09/2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior. **Guia Básico para Exportação de Serviços.** 2014d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior. **Negociações Internacionais de Serviços**. 2015e. Texto Digital. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2272>. Acesso em 03/10/15.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria de Comércio e Serviços. **Estatísticas do Siscoserv Dados Preliminares janeiro – dezembro/2013**. 2014b.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria de Comércio e Serviços. **Serviços, Panorama do Comércio Internacional 2013 (Dados consolidados de 2012)**. 2013a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria de Comércio e Serviços. **Serviços, Panorama do Comércio Internacional 2014**. 2014c.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria de Comércio e Serviços. **Serviços 2015, Panorama do Comércio Internacional**. 2016a.

BRASIL, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Secretaria de Comércio e Serviços. **Perfil dos negócios bilaterais em Serviços – 2015**. 2016b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Secretaria de Comércio e Serviços avança na criação de agenda para incentivar exportação de serviços**. 2015f. Texto Digital. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=4&noticia=13848>. Acesso em 23/09/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior - Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior. **Estrutura do Comércio Exterior**. 2015g. Texto Digital. Disponível em [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1251143349.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1251143349.pdf). Acesso em 27/09/2015.

BRASIL, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **MDIC lança Programa Especial de Exportações - Novos Rumos**. 2013b. Texto Digital. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/portalmDIC/sitio/interna/noticia.php?area=5&noticia=5324>. Acesso em 29/08/2016.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Acordos Internacionais – Português**. 2015h. Texto Digital. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/assuntos-internacionais/assuntos-internacionais-acordos-internacionais-portugues/>. Acesso em 03/10/15.

BRASIL. Portal Brasil. **Câmbio**. 2009. Texto Digital. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/cambio>. Acesso em 27/09/2015.

BRASIL. Portal Brasil. **Governo Lança Portal Brasileiro de Comércio Exterior**. 2011. Texto Digital. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2011/08/governo-lanca-portal-brasileiro-de-comercio-exterior>. Acesso em 01/10/2015.

BRASIL. Portal Brasil. **Registro de importação e exportação de serviços será exigido a partir de agosto.** 2012a. Texto Digital. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/07/registro-em-importacao-e-exportacao-de-servicos-serao-exigidos-a-partir-de-agosto>. Acesso em 03/10/15.

BRASIL. Portal Brasil. **Entra em vigor sistema de registro de importação e exportação.** 2012b. Texto Digital. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/08/entra-em-vigor-sistema-de-registro-de-importacao-e-exportacao>. Acesso em 03/10/15.

BRASIL. Portal da Copa. **Governo Federal, FIFA e CBF apresentam legados da Copa do Mundo de 2014.** 2015j. Texto digital. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/governo-federal-fifa-e-cbf-apresentam-legados-da-copa-do-mundo-de-2014>. Acesso em 22/10/2016.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Decreto Nº 6.480**, de 11 de junho de 2008. 2008. Texto Digital. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6480.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6480.htm). Acesso em 29/08/2016.

BRASIL ESCOLA. **Comércio.** 2016. Texto Digital. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/economia/comercio.htm>. Acesso em 15/10/2016.

BRITO, Kawane; PEREIRA, Paula Agda; BAPTISTA, Jose Abel. **The services exports in brazilian economy.** Congresso Nacional de Exelencia em Gestão. 2015. Texto Digital. Disponível em: <http://www.inovarse.org/filebrowser/download/7934>. Acesso em 05/09/2016.

BROWN, Steve; LAMMING, Richard; BESSANT, John. **Administração da produção e operações: um enfoque estratégico na manufatura e nos serviços.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CACIOLI, Natália. **Mudança em IR de remessas ao exterior encarece viagens e provoca dúvidas.** Estadão. 2016. Texto Digital. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mudanca-em-ir-de-remessas-ao-externo-encarece-viagens-e-provoca-duvidas,10000013259>. Acesso em 14/11/2016.

CALEIRO, João Pero; EXAME. **Real foi segunda moeda que mais desvalorizou no mundo.** 2015. Revista Exame. Economia. Texto Digital. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/real-foi-segunda-moeda-que-mais-desvalorizou-no-mundo>. Acesso em 23/09/2016.

CASTRO, José Augusto de. **Exportação: aspectos práticos e operacionais.** 5. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **A participação brasileira em negociações multilaterais e regionais sobre serviços financeiros.** Rev. bras. polít. int. [online]. 1999, vol.42, n.1, pp. 62-76. ISSN 1983-3121.

CINTRA; Marcos Antonio Macedo. **A crise econômica mundial e a quarta Revolução Industrial. 2016.** Carta Capital. Página Inicial. Blogs. Blog do GR-RI. A crise econômica mundial e a quarta Revolução Industrial. Texto Digital. Disponível em:

<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/a-crise-economica-mundial-e-a-quarta-revolucao-industrial>. Acesso em 23/09/2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Tributação Sobre Importação de Serviços: Impactos, Casos e Recomendações de Políticas**. – Brasília. CNI. 2013. Disponível em: [tributaosobreimportaodeservicios-impactoscasoserecomendaesdepolticas.pdf](http://tributaosobreimportaodeservicios-impactoscasoserecomendaesdepolticas.pdf) Acesso em 05/09/2016.

CONTÁBEIS. **Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) - Remessas ao Exterior**. 2006. Texto Digital. Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/artigos/97/contribuicao-de-intervencao-no-dominio-economico-cide-remessas-ao-exterior/> Acesso em 05/09/2016.

CORTIÑAS LOPEZ, José Manuel; GAMA, Marilza. **Comércio Exterior Competitivo**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

CRUZEIRO, Max Diniz. **De FHC a Dilma**. 2016. Brasil Escola. Meu artigo. Política. De FHC a Dilma. Texto Digital. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/politica/de-fhc-dilma.html>, acessado em 22/09/2016.

DALSTON, Cesar Olivier; OLIVEIRA, Vivian. **Comércio exterior de serviços: SISCOSERV e fretes**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº 125, 2016 (pág. 58-62) Texto Digital. Disponível em: [http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce\\_sobre.asp](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce_sobre.asp), link direto: [http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/126\\_CACL.pdf](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/126_CACL.pdf). Acesso em 29/08/2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DUCS AMSTERDAM. Qual a diferença entre Holanda e Países Baixos? Qual é o certo? 2016. Início. FAQ – Tire sua dúvida no Ducs Amsterdam. Qual a diferença entre Holanda e Países Baixos? Qual é o certo? Texto Digital. Disponível em: <http://www.ducsamsterdam.net/faq-perguntas-e-respostas/qual-a-diferenca-entre-holanda-e-paises-baixos-qual-e-o-certo/>. Acesso em 23/10/2016.

FGV, **Cadeias Globais de Valor**. 2016. Texto Digital. Disponível em: <http://ccgi.fgv.br/pt-br/cadeias-globais-de-valor>. Acesso em 30/08/2016.

FOREGON. **Balança de Serviços**. 2015. Texto Digital. Disponível em: <http://www.foregon.com/glossario/691/balanca-de-servicos.aspx>. Acesso em 03/10/15.

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo Global, história econômica e política do século XX**. Título original: *Global Capitalism (Its Fall and Rise in the Twentieth Century)*. Rio de Janeiro : Zahar, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Thiago; BBC. **'Lava Jato exportação': O que se sabe até agora sobre conexões internacionais do esquema de corrupção**. 2016. Texto Digital. Disponível em:

[http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160505\\_lavajato\\_exterior\\_tg](http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160505_lavajato_exterior_tg), acesso em 26/09/2016.

HORTA, Maria Helena; SOUZA, Carlos Frederico de; WADDINGTON, Sérgio da Cruz. **Desempenho do setor de serviços brasileiro no mercado internacional**. Diretoria de Pesquisa do IPEA. 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Christina Aires Correa. **A questão da expatriação para prestação de serviços em empresas brasileiras no exterior**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº 126, 2016 (pág. 24-29) Texto Digital. Disponível em:  
[http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce\\_sobre.asp](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce_sobre.asp), link direto:  
[http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/126\\_CACL.pdf](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/126_CACL.pdf) Acesso em 29/08/2016.

LIMA, José Duran; HERREROS, Sebastián; MULDER, Nanno. **Comércio de Serviços na América Latina e no Caribe: Como se aproximar do dinamismo mundial?** Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº 106, 2011 (pág. 19-28) Texto Digital. Disponível em:  
[http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce\\_sobre.asp](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce_sobre.asp), link direto:  
[http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/106\\_JDLSHNM.pdf](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/106_JDLSHNM.pdf) Acesso em 29/08/2016.

LÓPEZ, Andrés; NIEMBRO, Andrés; RAMOS, Daniela. **O Comércio Mundial De Serviços**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº 106, 2011 (pág. 6-18) Texto Digital. Disponível em: [http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce\\_sobre.asp](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce_sobre.asp), link direto:  
[http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/106\\_ALANDR.pdf](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/106_ALANDR.pdf) Acesso em 29/08/2016.

MALHOTRA, Naresh K. Basic marketing research : a decision-making approach. Opportunity Translations. LAUDISIO, Maria Cecilia; SHIRAIISHI, Guilherme de Farias. **Pesquisa de marketing: foco na decisão**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MARTELLO, Alexandre. **Balança comercial registra em 2009 o saldo mais baixo em sete anos**. 2010. Globo.com. Economia e negócios. Balança comercial. Texto Digital. Disponível em: [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1433312-9356,00-BALANCA+COMERCIAL+REGISTRA+EM+O+SALDO+MAIS+BAIXO+EM+SETE+A+NOS.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1433312-9356,00-BALANCA+COMERCIAL+REGISTRA+EM+O+SALDO+MAIS+BAIXO+EM+SETE+A+NOS.html) Acesso em 17/10/2016.

MAXIMILIANO, Ana Paula; MÁRQUEZ, Annick Guinat; BIZARRIA, Joyce Marques; ABRAHÃO, Juliana Gerassi. **A influência dos incentivos governamentais na exportação de Serviços de construção civil**. Jovens Pesquisadores. Vol. 2, No 1 (2), jan.-jun./2005.

MELO, Hildete Pereira de; ROCHA, Carlos Frederico Leão; FERRAZ, Galeno; DI SABBATO, Alberto; DWECK, Ruth Helena. **É Possível uma Política Para o Setor Serviços?** Diretoria de Pesquisa do IPEA. 1997.

MPF. Entenda o caso. 2016. MPF. Casos de corrupção. Lava Jato. Entenda o caso. Texto Digital. Disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>. Acesso em 23/10/2016.

MUNDO EDUCAÇÃO. Conceito de Estado. Texto Digital. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/geografia/conceito-estado.htm>. Acesso em 24/10/15.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS): objetivos, a cobertura e disciplinas**. 2016. Texto Digital. Disponível em: [https://www.wto.org/english/tratop\\_e/serv\\_e/gatsqa\\_e.htm](https://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/gatsqa_e.htm). Acesso em 29/08/2016.

PASSARELLI, Hugo; CONGO, Mariana. **O que é PIB?**. ESTADÃO. 2014. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/infograficos/o-que-e-o-pib,economia,377864>. Acesso em 24/10/2015

PEREIRA, Lia Valls. **Exportações de Serviços Comerciais Brasileiros: Desafios para a Formulação de uma Política Comercial**. BNDES, 2002. Texto Digital. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta\\_Expressa/Setor/Exportacao/200212\\_40.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Exportacao/200212_40.html), link direto: [http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_desafio/Relatorio-12.pdf](http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_desafio/Relatorio-12.pdf). Acesso em 04/09/2016.

PEREIRA, Lia Valls; SENNES Ricardo; MULDER; Nanno. **Exportações Brasileiras de Serviços Comerciais**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº 106, 2011 (pág. 32-61) Texto Digital. Disponível em: [http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce\\_sobre.asp](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce_sobre.asp), link direto: [http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/106\\_LVPRSNM.pdf](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/106_LVPRSNM.pdf) Acesso em 29/08/2016.

PEREIRA, Vinícius Rena. **O setor serviços no Brasil**. Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de ciências e letras Campus de Araraquara – SP, 2014.

PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia brasileira: da colônia ao Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Características da Tecnologia: a Terceira Revolução Industrial**. Portal Educação. Home. Informática. Artigos. Artigos. Características da Tecnologia: a Terceira Revolução Industrial. 2013. Texto Digital. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/informatica/artigos/51993/caracteristicas-da-tecnologia-a-terceira-revolucao-industrial>, Acesso em 16/10/2016.

PORTER, Michael E.; On competition; SERRA, Afonso Celso da Cunha. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PRESIDENTES DO BRASIL. **Presidentes do Brasil**. 2016. Texto Digital. Disponível em: <http://presidentes-do-brasil.info/>. Acesso em 22/09/2016.

RIBEIRO, Fernando. **Brasil precisa dar maior importância ao comércio exterior de serviços**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº 106, 2011 (pág. 2-3, editorial) Texto Digital. Disponível em: [http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce\\_sobre.asp](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce_sobre.asp), link direto: <http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/106-EDITORIAL.pdf> Acesso em 29/08/2016.

RIBEIRO, Wagner. **Lei da oferta e procura**. 2009. Texto Digital. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/lei-da-oferta-e-procura/36090/>. Acesso em 27/09/2015.

RODRIGUES, Maurício. **O que é importação?**. Administradores. 2011. Texto Digital. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/o-que-e-importacao/54968/>. Acesso em 27/09/2015.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de marketing: conceitos e metodologia**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANDRONI, Paulo. **Balço de pagamentos e dívida externa**. São Paulo: Ática, 1989.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2004.

SCHMENNER, Roger W.; PERES, Lenke. **Administração de operações em serviços**. São Paulo: Futura, 1999.

SIGNIFICADOS. **Significado de Eficiente**. 2016a. Texto Digital. Disponível em: <http://www.significados.com.br/eficiencia/>. Acesso em 25/08/2016.

SIGNIFICADOS. **Significado de Estratégia**. 2016b. Texto Digital. Disponível em: <https://www.significados.com.br/estrategia/>. Acesso em 25/08/2016.

STEFANO, Fabiane; Revista EXAME. **A Lava-Jato agora é internacional**. 2016. Texto Digital. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1111/noticias/a-lava-jato-agora-e-internacional>, acesso em 26/09/2016.

UOL ECONOMIA. **Real se desvalorizou 48,3% em 2015 com turbulência política e econômica**. 2015. Texto Digital. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/efe/2015/12/30/real-se-desvalorizou-483-em-2015-com-turbulencia-politica-e-economica.html>, acesso em 23/09/2016.

UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development. **Trade in Services 2015**. 2016. Texto digital. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/EN/Infographics.html#&gid=2016&pid=Trade%20in%20services%20in%202015>, acesso em 16/09/2016

UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development. **Statistics**. Unctad. Statistics. More. International Trade. Trade Indicators. Goods and services (BPM6): Trade openness indicators, annual, 2005-2014. 2015. Texto Digital. Disponível em: <http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>, acesso em 01/09/2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WTM DO BRASIL. **Entendendo o SISCOSEV**. 2015. E-book. Texto Digital. Disponível em: <http://conteudo.siscoserv.srv.br/ebook-siscoserv-site-entendendo-o-siscoserv>. Acesso em 03/10/15.

## **ANEXOS**

## ANEXO I – Balanço de pagamentos

<b>Balanço de pagamentos – BPM6</b>
<b>Discriminação (US\$ milhões)</b>
<b><u>Transações correntes</u></b>
<b>Balança comercial (bens) e Serviços</b>
<b>Balança comercial (bens) - Balanço de Pagamentos</b>
<b>Serviços</b>
<b>Serviços de manufatura sobre insumos físicos pertencentes a outros</b>
<b>Serviços de manutenção e reparo</b>
<b>Transportes</b>
<b>Viagens</b>
<b>Negócios</b>
<b>Pessoais</b>
<b>Saúde</b>
<b>Educação</b>
<b>Outras viagens pessoais, inclusive turismo</b>
<i>Dos quais: Com uso de cartões internacionais</i>
<b>Construção</b>
<b>Seguros</b>
<b>Serviços financeiros</b>
<b>Serviços de propriedade intelectual</b>
<b>Telecomunicação, computação e informações</b>
<b>Aluguel de equipamentos</b>
<b>Outros serviços de negócio, inclusive arquitetura e engenharia</b>
<b>Serviços culturais, pessoais e recreativos</b>
<b>Serviços governamentais</b>
<b>Renda primária</b>
<b>Salários e ordenados</b>
<b>Renda de investimentos</b>
<b>Renda de investimento direto</b>
<b>Lucros e dividendos remetidos</b>
<b>Lucros reinvestidos</b>
<b>Juros de operações intercompanhia</b>
<b>Renda de investimento em carteira</b>
<b>Lucros e dividendos</b>
<b>Juros de títulos negociados no mercado externo</b>
<b>Juros de títulos negociados no mercado doméstico – despesas</b>
<b>Renda de outros investimentos (juros)</b>
<b>Renda de reservas – receitas</b>
<b>Demais rendas primárias</b>
<b>Renda secundária</b>
<b>Governo</b>
<b>Demais setores</b>
Transferências pessoais
Outras transferências
<b><u>Conta capital</u></b>
<b>Ativos não financeiros não produzidos</b>
<i>dos quais: passes de atletas</i>
<b>Transferências de capital</b>
<b><u>Conta Financeira: Concessões líquidas (+) / Captações líquidas (-)</u></b>
<b>Investimento direto</b>
<b>Investimentos diretos no exterior</b>
<b>Participação no capital – total</b>
<b>Participação no capital, exceto de lucros reinvestidos</b>
<b>Participação no capital – lucros reinvestidos no exterior – saídas</b>
<b>Operações intercompanhia</b>
<b>Matrizes no Brasil a filiais no exterior</b>
<b>Filiais no Brasil a matrizes no exterior (investimento reverso)</b>
<b>Operações entre empresas irmãs</b>

**Investimentos diretos no país****Participação no capital – total – passivos****Participação no capital, exceto lucros reinvestidos – passivos****Participação no capital – lucros reinvestidos no Brasil – ingressos****Operações intercompanhia – passivos****Matrizes no exterior a filiais no Brasil****Filiais no exterior a matrizes no Brasil (investimento reverso)****Operações entre empresas irmãs****Investimentos em carteira****Investimentos em carteira – ativos****Investimentos em ações – ativos****Investimentos em fundos de investimento – ativos****Títulos de renda fixa – ativos***Títulos de renda fixa – ativos – curto prazo**Títulos de renda fixa – ativos – longo prazo***Investimentos em carteira – passivos****Investimentos em ações – passivos****No país****No exterior****Investimentos em fundos de investimento – passivos****Títulos de renda fixa – passivos****Negociados no mercado doméstico****Negociados no mercado externo**

Curto prazo

Longo prazo

Governo

Outros setores, exceto governo

**Derivativos****Ativos****Passivos****Outros investimentos****Ativos****Passivos****Outras participações em capital****Ativos****Passivos****Moeda e depósitos****Ativos**

Banco Central

Bancos

Governo

Demais setores

**Passivos**

Banco Central

Bancos

Governo

Demais setores

**Empréstimos****Ativos****Passivos***Passivos – curto prazo**Passivos – longo prazo***Banco Central – passivos****Bancos – passivos****Governo – passivos**

**Demais setores – passivos****Seguros, esquemas de pensão e de fundos de garantia**

Ativos

Passivos

**Créditos comerciais e adiantamentos**

Ativos

Passivos

*Curto prazo**Longo prazo***Outras contas a pagar/receber**

Ativos

Passivos

**Direitos Especiais de Saque (Incidência líquida de passivos)****Ativos de reserva****Ouro monetário**

Ouro em barras

Contas em ouro não alocado

**Direitos Especiais de Saque****Posição de reserva no FMI****Outros ativos de reserva**

Moeda e depósitos

Direitos sobre autoridades monetárias

Direitos sobre outras instituições

Títulos

Títulos de renda fixa

Curto prazo

Longo prazo

Investimentos em ações

Instrumentos derivativos

**Demais ativos****Erros e omissões****Memo: Outros investimentos – passivos****Empréstimos – longo prazo****Ingressos**

Organismos

Agências

Compradores

Empréstimos diretos

**Amortizações**

Organismos

Agências

Compradores

Empréstimos diretos

**Memo: Taxa de rolagem****Total**

Ingressos

Amortizações

**Títulos de longo prazo, exceto títulos soberanos**

Ingressos

Amortizações

**Empréstimos diretos**

Ingressos

Amortizações

## ANEXO II – Mecanismos financeiros do comércio exterior de serviços

MECANISMO	MEDIDA LEGAL / MAIS INFORMAÇÕES
<p><b>ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – Redução a Zero do IR e do IOF.</b></p> <p>Antecipação parcial ou total em moeda nacional relativa ao preço da moeda estrangeira vendida ao banco autorizado a operar no mercado de câmbio, pelo exportador, para entrega futura, feita antes da prestação de serviço a residente ou domiciliado no exterior.</p> <p><b>ACE – Adiantamento sobre Cambiais Entregues – Redução a Zero do IR e do IOF.</b></p> <p>Antecipação total ou parcial em moeda nacional, do valor a ser ingressado (venda com prazo), sobre uma prestação do serviço realizada a residente ou domiciliado no exterior.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Qual é a legislação?</b></p> <p>√ Art. 8o do Decreto no 6.306, de 14 de dezembro de 2007.</p> <p>√ Título III, Capítulo 3 da Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013 (Circular que sucede o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais - RMCCI, desde 3/2/2014).</p> <p>√ Portaria MDIC no 26, de 03 de fevereiro de 2012.</p> <p style="text-align: center;"><b>Onde obter mais informações?</b></p> <p>√ Banco Central do Brasil:  <a href="http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/expImp.asp#5">http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/expImp.asp#5</a></p> <p>√ Aprendendo a Exportar:  <a href="http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/default/index/conteudo/id/190">http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/default/index/conteudo/id/190</a></p> <p>√ Banco do Brasil:  <a href="http://www.bb.com.br/portallbb/page44,107,2941,9,1,1,2.bb?codigoMenu=135&amp;codigoRet=2446&amp;bread=1_2">http://www.bb.com.br/portallbb/page44,107,2941,9,1,1,2.bb?codigoMenu=135&amp;codigoRet=2446&amp;bread=1_2</a>)</p> <p>Bancos Privados ou Públicos autorizados pelo Bacen a operar no mercado de câmbio são autorizados a negociar o ACC e o ACE.</p>
<p style="text-align: center;"><b>BNDES Prosoft – Exportação</b></p> <p>Pré-Embarque: Financiamento na fase pré-embarque, para o desenvolvimento de software e serviços de tecnologia da informação (TI), destinados à exportação.</p> <p>Pós-Embarque: Apoiar a comercialização no exterior de software e serviços de tecnologia da informação, desenvolvidos no Brasil, na modalidade de refinanciamento, mediante o desconto de títulos de crédito ou a cessão de direitos creditórios relativos às exportações da Beneficiária (suppliers credit).</p>	<p style="text-align: center;"><b>Qual é a legislação?</b></p> <p>√ Resolução no 1377/06, de 7/12/06.</p> <p>√ Resolução no 1479/07, de 14/8/07.</p> <p style="text-align: center;"><b>Onde obter mais informações?</b></p> <p>√ BNDES:  <a href="http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Documentacao/Arquivos_excluidos/Prosoft/prosoft_exportacao_pre.html">http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Documentacao/Arquivos_excluidos/Prosoft/prosoft_exportacao_pre.html</a>  <a href="http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Documentacao/Arquivos_excluidos/Prosoft/prosoft_exportacao_pos.html">http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Documentacao/Arquivos_excluidos/Prosoft/prosoft_exportacao_pos.html</a></p>
<p style="text-align: center;"><b>BNDES-Exim Pós-Embarque – Serviços</b></p> <p>Financiamento à comercialização de serviços nacionais no exterior, através da modalidade supplier's credit (refinanciamento ao exportador) ou através da modalidade buyer's credit (financiamento direto ao importador).</p>	<p style="text-align: center;"><b>Qual é a legislação?</b></p> <p>√ Circular no 176/02, de 12 de setembro de 2002.</p> <p>Mais informações no site do BNDES – Exim Pós-Embarque.</p> <p style="text-align: center;"><b>Onde obter mais informações?</b></p> <p>√ BNDES:  <a href="http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/produto_eximpos.html">http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/produto_eximpos.html</a></p>

<p align="center"><b>BNDES-Exim Pré-Embarque – Serviços</b></p> <p>Financiamento à produção nacional de serviços a serem exportados.</p>	<p align="center"><b>Qual é a legislação?</b></p> <p>√ Carta-Circular 26/2006, de 28 de julho de 2006. Mais informações no site do BNDES – Exim Pré-Embarque</p> <p align="center"><b>Onde obter mais informações?</b></p> <p>√ BNDES:  <a href="http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/produto_eximpos.html">http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/produto_eximpos.html</a></p>
<p align="center"><b>CCR – Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos</b></p> <p>Garantias recíprocas de conversibilidade, de transferibilidade e de reembolso entre bancos centrais.</p> <p>No caso de um país deixar de honrar algum pagamento por ocasião da compensação multilateral quadrimestral, o Convênio determina o acionamento do Programa Automático de Pagamento - PAP, mecanismo que estabelece um parcelamento do valor devido em quatro prestações mensais.</p>	<p align="center"><b>Qual é a legislação?</b></p> <p>√ Resolução, 3.608, de 11/9/2008, do Conselho Monetário Nacional.</p> <p>√ Circular, 3.406, 26/9/2008 do Banco Central do Brasil 3.406.</p> <p align="center"><b>Onde obter mais informações?</b></p> <p>√ Banco Central do Brasil:  <a href="http://www.bcb.gov.br/?SML">http://www.bcb.gov.br/?SML</a></p> <p>√ Banco do Brasil:  <a href="http://www.bb.com.br/portallbb/page3,8105,8133,21,0,1,1.bb">http://www.bb.com.br/portallbb/page3,8105,8133,21,0,1,1.bb</a></p>
<p align="center"><b>FGE – Fundo de Garantia à Exportação</b></p> <p>Garantia prestada pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação SCE, que objetiva segurar as exportações brasileiras contra os riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam afetar as transações econômicas e financeiras vinculadas a operações de crédito à exportação.</p>	<p align="center"><b>Qual é a legislação?</b></p> <p>√ Sobre o Seguro de Crédito à Exportação: Lei nº 6.704, de 1979.</p> <p>√ Regulamentação da Lei nº 6.704, de 1979, que dispõe sobre o SCE: Decreto nº 3.937, de 2001.</p> <p align="center"><b>Onde obter mais informações?</b></p> <p>√ Secretaria de Assuntos Internacionais / Ministério da Fazenda:  <a href="http://www1.fazenda.gov.br/sain/temas_internacionais/seguro_credito.asp">http://www1.fazenda.gov.br/sain/temas_internacionais/seguro_credito.asp</a></p> <p>√ BNDES:  <a href="http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Fundos/Fge/seguro.html">http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Fundos/Fge/seguro.html</a></p>
<p align="center"><b>PROEX – EQUALIZAÇÃO</b></p> <p>Cobertura de parte dos encargos financeiros incidentes, de forma a tornar as taxas de juros equivalentes às praticadas internacionalmente.</p> <p align="center"><b>PROEX – Financiamento</b></p> <p>Financiamento direto ao exportador brasileiro ou importador, com recursos financeiros obtidos junto ao Tesouro Nacional, para conceder às exportações brasileiras condições equivalentes às do mercado internacional.</p> <p>O Banco do Brasil atua com exclusividade como o agente financeiro da União responsável pela sua gestão.</p>	<p align="center"><b>Qual é a legislação?</b></p> <p>√ Lei no 10.184, de 12 de fevereiro de 2001.</p> <p>√ Portaria MDIC no 208, de 20 de outubro de 2010. Mais informações nos sites do BNDES e do Banco do Brasil.</p> <p align="center"><b>Onde obter mais informações?</b></p> <p>√ CAMEX  <a href="http://www.camex.gov.br/conteudo/exibe/area/3/menu/51/PROEX">http://www.camex.gov.br/conteudo/exibe/area/3/menu/51/PROEX</a></p> <p>√ Banco do Brasil  <a href="http://www.bb.com.br/portallbb/page44,107,2944,9,1,1,2.bb?codigoMenu=135&amp;codigoRet=2448&amp;bread=1_4">http://www.bb.com.br/portallbb/page44,107,2944,9,1,1,2.bb?codigoMenu=135&amp;codigoRet=2448&amp;bread=1_4</a></p>

### ANEXO III – Mecanismos fiscais do comércio exterior de serviços

MODALIDADE	MEDIDA LEGAL / MAIS INFORMAÇÕES
<p style="text-align: center;"><b>PIS/PASEP</b></p> <p>A contribuição para o PIS/Pasep não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas, conforme dispõe o artigo 5º da Lei 10.637/02.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Qual é a legislação?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>√ A Lei Complementar nº 07/1970 instituiu o Programa de Integração Social – PIS.</li> <li>√ A Lei Complementar Nº 08/1970 instituiu o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, no qual União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, contribuam ao fundo destinado aos empregados do setor público.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Onde obter mais informações?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>√ Caixa Econômica Federal: <a href="http://www.caixa.gov.br/voce/social/beneficios/pis/index.asp">http://www.caixa.gov.br/voce/social/beneficios/pis/index.asp</a></li> <li>√ Governo Federal: <a href="http://www.brasil.gov.br/para/servicos/direitos-do-trabalhador">http://www.brasil.gov.br/para/servicos/direitos-do-trabalhador</a></li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>COFINS</b></p> <p>Atualmente a não incidência está prevista no artigo 6º da Lei 10.833/03, cujo pagamento represente ingresso de divisas; (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004).</p>	<p style="text-align: center;"><b>Qual é a legislação?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>√ Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Onde obter mais informações?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>√ Receita Federal: <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/pis/pasepcofins/">http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/pis/pasepcofins/</a></li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>IRPJ e CSLL</b></p> <p>Pelo fato de incidirem sobre o lucro, deverão ser tributados conforme a sistemática de apuração do lucro da empresa.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Qual é a legislação?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>√ Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.</li> <li>√ Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988.</li> <li>√ Lei nº 8.981 de 23 de janeiro de 1995.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Onde obter mais informações?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>√ Receita Federal: <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br/aliquotas/ContribCssl/Default.htm">http://www.receita.fazenda.gov.br/aliquotas/ContribCssl/Default.htm</a> e <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br/Aliquotas/ContribPj.htm">http://www.receita.fazenda.gov.br/Aliquotas/ContribPj.htm</a></li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>ISS</b></p> <p>Não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País, conforme o artigo 2º, I, da Lei Complementar 116/2003. Mas, também de acordo com a LC 116/2003, serão tributáveis os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.</p> <p>Recomenda-se verificar com o Fisco Municipal as situações factuais específicas, pois o traço distintivo, que pode levar à desoneração do ISSQN sobre a exportação de serviços, reside no local onde se deve dar como verificado o resultado da sua</p>	<p style="text-align: center;"><b>Qual é a legislação?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>√ Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Onde obter mais informações?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>√ Entrar em contato com a Secretaria de Fazenda do Município ou Distrito Federal.</li> </ul>

prestação.	
<p><b>Manutenção de Recursos no Exterior</b></p> <p>A legislação atualmente autoriza a manutenção no exterior da totalidade dos recursos relativos ao recebimento de exportações. A IN da RFB prevê que esses recursos mantidos no exterior somente poderão ser utilizados para a realização de investimento, aplicação financeira ou pagamento de obrigação, próprios do exportador, vedada a realização de empréstimo ou mútuo de qualquer natureza. Já a Resolução do Bacen estabelece que o recebimento do valor decorrente de exportação deve ocorrer: a) mediante crédito do correspondente valor em conta no exterior mantida em banco pelo próprio exportador; b) a critério das partes, mediante crédito em conta mantida no exterior por banco autorizado a operar no mercado de câmbio no País, na forma da regulamentação em vigor; c) por meio de transferência internacional em reais, aí incluídas as ordens de pagamento oriundas do exterior em moeda nacional, na forma da regulamentação em vigor; d) mediante entrega da moeda em espécie ao banco autorizado a operar no mercado de câmbio, na forma a ser definida pelo Banco Central do Brasil; e) por meio de cartão de uso internacional, emitido no exterior, vale postal internacional ou outro instrumento em condições especificamente previstas na regulamentação do Banco Central do Brasil.</p>	<p><b>Qual é a legislação?</b></p> <p>√ Instrução Normativa nº 726, de 28 de fevereiro de 2007.</p> <p>√ Resolução Bacen nº 4.051, de 26 de janeiro de 2012.</p>
<p><b>REPES</b></p> <p>Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de TI – Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005</p>	<p><b>Qual é a legislação?</b></p> <p>√ Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005.</p> <p><b>Onde encontrar ajuda?</b></p> <p>√ Receita Federal:  <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LegisAssunto/RegEspTrib.htm">http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LegisAssunto/RegEspTrib.htm</a></p>
<p><b>RECAP</b></p> <p>Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, em que é beneficiária do RECAP a pessoa jurídica preponderantemente exportadora, assim considerada aquela cuja receita bruta decorrente de exportação para o exterior, no ano calendário imediatamente anterior à adesão ao RECAP</p>	<p><b>Qual é a legislação?</b></p> <p>√ Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005.</p> <p><b>Onde encontrar ajuda?</b></p> <p>√ Receita Federal:  <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LegisAssunto/RegEspTrib.htm">http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LegisAssunto/RegEspTrib.htm</a></p>